

JUSTIÇA FEDERAL

TRF2

Relatório de
Atividades

2 0 1 3

RIO DE JANEIRO - RJ
MARÇO / 2014



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A



JUSTIÇA FEDERAL
TRF2

Composição

Presidente:
Desembargador Federal SERGIO SCHWAITZER

Vice-Presidente:
Desembargador Federal POUL ERIK DYRLUND

Corregedora-Regional:
Desembargadora Federal SALETE MACCALÓZ

Desembargador Federal PAULO ESPIRITO SANTO

Desembargadora Federal MARIA HELENA CISNE

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA

Desembargador Federal ANTONIO IVAN ATHIÉ

Desembargador Federal ANDRÉ FONTES

Desembargador Federal REIS FRIEDE

Desembargador Federal ABEL GOMES

Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES

Desembargador Federal MESSOD AZULAY NETO

Desembargadora Federal LANA REGUEIRA

Desembargador Federal GUILHERME COUTO

Desembargador Federal GUILHERME CALMON

Desembargador Federal JOSÉ ANTONIO NEIVA

Desembargador Federal JOSÉ F. NEVES NETO

Desembargadora Federal NIZETE LOBATO CARMO

Desembargador Federal LUIZ PAULO ARAÚJO

Desembargador Federal ALUISIO MENDES

Desembargador Federal GUILHERME DIFENTHAELER

Desembargador Federal MARCUS ABRAHAM

Desembargador Federal MARCELO PEREIRA

Desembargador Federal RICARDO PERLINGEIRO

Desembargadora Federal CLÁUDIA NEIVA

Juíza Federal Convocada SIMONE SCHREIBER

Juiz Federal Convocado THEOPHILO MIGUEL

Juíza Federal Convocada CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Desembargadores Federais Aposentados:

RALDÊNIO BONIFACIO COSTA

LILIANE RORIZ

Juízes Federais em Auxílio:

Juíza Federal Convocada SANDRA CHALU BARBOSA

Juiz Federal Convocado LUIZ NORTON

Juíza Federal Convocada GERALDINE DE CASTRO

Diretor Geral:

ROQUE BONFANTE DE ALMEIDA



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Í N D I C E

1 - APRESENTAÇÃO	3
2 - OBJETIVOS E METAS	6
2.1 - Planejamento das Unidades Jurisdicionadas	7
2.1.1 - Objetivos Estratégicos	8
2.1.2 - Projetos Em Execução e Concluídos	10
2.1.3 - Iniciativas Adicionais	13
2.1.4 - Dificuldades na Execução da Estratégia e as Soluções Encontradas	14
3 - INDICADORES DE PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS	15
3.1 - Resultados Auferidos em relação às Metas Nacionais do Poder Judiciários	15
3.2 - Resultados Auferidos em relação às Metas do Planejamento Estratégico	19
4 – PROGRAMAS E AÇÕES EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2013	28
4.1 - PROGRAMA: 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	28
4.1.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Atividades e Projetos	28
4.1.2 - Resultado da Execução do Programa 0569	32
4.1.2.1 - Pagamento de Pessoal Ativo da União	32
4.1.2.2 - Assistência Médica e Odontológica	32
4.1.2.3 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes	33
4.1.2.4 - Auxílio-Transporte aos Servidores	34
4.1.2.5 - Auxílio-Alimentação aos Servidores	34
4.1.2.6 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	34
4.1.2.7 - Comunicação e Divulgação Institucional	34
4.1.2.8 - Julgamento de Causas	35
4.1.2.8.1 - Plano Orçamentário (PO) - Capacitação de Recursos Humanos	45
4.1.2.8.2 - Plano Orçamentário (PO) - Modernização de Instalações da Justiça Federal	46
4.1.2.8.3 - Plano Orçamentário (PO) - Funcionamento do Centro Cultural Justiça Federal	47
4.1.2.9 - PROJETO 3757 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal	49
4.1.2.10 - PROJETO 11JB - Construção do Edifício-Sede II do TRF-2ª Região-RJ	53
4.1.2.11 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	54
4.2 - PROGRAMA: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	54
4.2.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Operações Especiais	54
4.2.2 - Resultado da Execução do Programa 0089	54
4.2.2.1 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões	54
4.3 - PROGRAMA: 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais	57
4.3.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução dos Orçamentos	57
4.3.2 - Resultado da Execução do Programa 0901	58
4.3.2.1 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	58
4.3.2.2 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (RPVs)	60
4.3.2.3 – Devolução de Valores	62
5 –OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	63
6 - CONCLUSÃO	68
ANEXOS	70
Anexo I - Matriz dos Indicadores Estratégicos da 2ª Região	
Anexo II – Demonstrativo da Força de Trabalho	
Anexo III – Dados Estatísticos	



1 - APRESENTAÇÃO:

Segundo o disposto no art. 22, XXXII, do Regimento Interno, dentre as atribuições do Presidente deste Tribunal inclui-se a de apresentar, na primeira sessão ordinária do mês de março, o “*Relatório de Atividades*” e “*Mapa dos Julgados*”, do exercício anterior ao ano em curso, bem assim o de colocá-los na Rede Corporativa (*Intranet*) do Tribunal. Em cumprimento a esse dispositivo, apresento o “*Relatório de Atividades do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ano 2013*”, que se encontra disponível na pasta “*DOCUMENTOS – Relatórios*”, da página inicial da *Intranet* do TRF-2ª Região.

O presente Relatório foi concebido em consonância com o “*Mapa Estratégico da Justiça Federal 2010-2014*”, buscando tratar, de forma clara e objetiva, as ações desenvolvidas pelas diversas unidades do Tribunal.

Nessa perspectiva, o capítulo inicial – “*OBJETIVOS E METAS*” – identifica os créditos orçamentários disponibilizados para a Justiça Federal de 1º e 2º Grau da 2ª Região, no exercício de 2013, pela Lei 12.798, de 4/4/2013, que aprovou a Orçamento Geral da União – OGU; créditos esses distribuídos em 3 (três) programas: “*0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal*”, “*0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União*” e “*0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais*”.

O capítulo, visualizando o “*Mapa Estratégico da Justiça Federal 2010-2014*” e o “*Mapa Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal 2010-2014*”, evidencia os objetivos estratégicos traçados, os projetos em execução e os concluídos, bem como as dificuldades e as soluções encontradas.

Ele destaca, outrossim, três iniciativas adicionais na área de projetos: o programa “*TRF-25 Anos*”, a reforma do Plenário e o “*TRF2 Digital*”.

O programa “*TRF-25 Anos*” reúne várias ações, com o ideal de assinalar o jubileu de prata da criação e da instalação do TRF-2ª Região. Como iniciativas, citem-se: o Projeto “*Pioneiros*”, a criação do *Centro de Memória Institucional da 2ª Região*, a reforma do Plenário do TRF-2ª Região, o seminário debatendo a evolução da jurisprudência do TRF-2ª Região, a homenagem aos servidores mais antigos e o lançamento de um *site*.

O Projeto “*Pioneiros*” envolve acontecimentos para preservação da memória documental e oral, com a gravação, em vídeo, de entrevistas com os magistrados e os servidores.

A constituição do *Centro de Memória Institucional da 2ª Região* foi por mim anunciada na ocasião do 2º *Seminário Nacional de Museus e Centros de Memória do Poder Judiciário*, produzido pelo Centro Cultural Justiça Federal – CCJF. Aliás, o referido Seminário teve o escopo de fomentar o intercâmbio de experiências entre os museus e centros de memória vinculados ao Poder Judiciário no Brasil, de forma a estimular a implantação de ações sistêmicas e de colaboração mútua no que diz respeito à preservação e à promoção da memória/história do Judiciário brasileiro.

O projeto da reforma do Plenário deu seu primeiro passo no final de 2013. O empreendimento em questão conta com recursos financeiros do Contrato nº 69, celebrado entre o TRF-2ª Região e a Caixa Econômica Federal-CEF, em 27/11/2009, com ônus integral a cargo da instituição financeira.



O projeto “TRF2 Digital”, igualmente inicializado em 2013, com previsão de conclusão da 1ª fase em meados de 2014, justifica-se pela necessidade de revisão dos serviços e recursos disponibilizados na estrutura *web* do Tribunal, de molde a construir uma nova abordagem conceitual para o portal, privilegiando recursos de busca, acessibilidade, usabilidade e responsividade.

O capítulo seguinte – “INDICADORES DE PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS” – identifica o “Plano de Ação para as Metas Nacionais de 2013”; o “Grau de Cumprimento das Metas Nacionais de 2013(em %)”;

o “Grau de Cumprimento das Metas Nacionais Pendentes de Anos Anteriores 2013(em %)”;

os “Resultados auferidos em relação às Metas do Planejamento Estratégico”;

o “Desempenho Geral do Planejamento Estratégico da 2ª Região - PEJF” e o “Desempenho Geral do Planejamento Estratégico de TI da 2ª Região - PETF”.

O próximo capítulo – “PROGRAMAS E AÇÕES EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2013” – detalha as ações empreendidas na concretização dos programas destinados à Justiça Federal da 2ª Região.

O “Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal” é composto de 13 ações, sendo 08 Atividades, 01 Operação Especial e 05 Projetos (3755 – Implantação de Varas Federais; 3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional; 11JB – Construção do Edifício-Sede II do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – RJ; 11IM – Reforma dos Anexos I e II da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ; e 12QU – Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Serra - ES). A teor do previsto na Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015), o aludido Programa tem como objetivo garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

Nesse programa, realço que, em 2/12/2013, foi positivada a implantação do processo judicial eletrônico no TRF-2ª Região, nos mesmos moldes em que foi instalado o sistema na 1ª Instância da JF-2ª Região. O cronograma de implantação do processo digital, abrangendo o período de 13/1/2014 a abril/2014, foi fixado através da Portaria nº TRF2-PTP-2013/00828, de 16/12/2013. Para esclarecimento de questões recorrentes, foi lançado um portal no *site* do TRF-2ª Região, com respostas para várias dúvidas que podem surgir, e disponibilizado um manual para os usuários.

Saliento, também, a continuidade do “Projeto Estratégico da Justiça 100% Digital”, viabilizado por contratos celebrados com o Banco do Brasil – BB e a CEF, incluindo a participação do Conselho da Justiça Federal – CJF e dos cinco Tribunais Regionais Federais. Nessa seara, houve o dispêndio de R\$ 2.847.833,39, em benefício da JF-2ª Região, por conta das citadas instituições financeiras. Desse total, a parcela de R\$ 1.580.193,58 destinou-se ao treinamento do Sistema de Processo Eletrônico (PJE) e à aquisição de solução de *backup* e de solução de *firewall* com *virtual private network* - VPN (rede privada virtual). A soma restante, R\$ 1.267.639,81, serviu para a compra de dispositivo de armazenamento (*storage*).

Relato, à guisa de ilustração acerca dos valores gerenciados pela JF-2ª Região, que no âmbito da Tecnologia da Informação, à exceção das despesas com serviços de natureza continuada, empregamos a quantia de R\$ 23.077.800,64, contabilizados os recursos dos contratos firmados com as instituições bancárias anteriormente citadas – BB e CEF –, os provenientes do Sistema Integrado de Gestão de Informação na Justiça Federal e os do Julgamento de Causas.



O “Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União” é aplicado à execução das despesas com o pagamento do pessoal inativo, pensionistas e encargos sociais.

O “Programa 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais”, considerando os Destaques Recebidos de Autarquias e Fundações Públicas, destina-se ao pagamento de débitos judiciais devidos pela União.

O capítulo final, por oportuno, enumera outros eventos que compreendo relevantes na busca da prestação célere, efetiva e transparente, em resposta aos anseios de justiça de nossa sociedade.

Em remate, o “ANEXO I” traz a “Matriz dos Indicadores Estratégicos da 2ª Região”; o “ANEXO II” exhibe o “Demonstrativo da Força de Trabalho”; e o “ANEXO III” revela a “Movimentação Processual por Órgão Julgador”, o “Mapa de Atividades – Julgados por Órgão e Relator”, o “Mapa de Atividades – Julgados por Órgão e Relator Fase” e o “Comparativo Histórico”.

Hoje não basta a capacidade de se minimizarem recursos para atingir determinado fim que constitui a base da eficiência. Além de bem gerir os recursos e administrar do modo certo, é preciso fazer as coisas certas, o que implica escolhas com consequências de longo prazo.

No entanto, mais do que ser eficaz, a sociedade atual demanda efetividade das ações administrativas. Para isso, mais do que reformas organizacionais é forçoso aperfeiçoar continuamente os fluxos de trabalho e informação, com a melhoria dos recursos financeiros e humanos, acrescentando-se escolhas conscientes que gerem resultados efetivos para a Justiça Federal.



2 - OBJETIVOS E METAS:

A Lei nº 12.798, de 4/4/2013, aprovou o Orçamento Geral da União - OGU para 2013, estimando a receita e fixando a despesa do exercício. A Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região foi contemplada, para a execução no referido exercício, com uma dotação inicial de R\$ 1.193.610.656,00 (um bilhão, cento e noventa e três milhões, seiscentos e dez mil, seiscentos e cinquenta e seis reais), havendo posteriormente um acréscimo de R\$ 158.670.897,36 (cento e cinquenta e oito milhões, seiscentos e setenta mil, oitocentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos). Houve, ainda, uma redução de R\$ 34.180.625,00 (trinta e quatro milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais), resultando numa dotação autorizada de R\$ 1.316.059.952,36 (um bilhão, trezentos e dezesseis milhões, cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos).

Ao longo do exercício de 2013, a Justiça Federal da 2ª Região recebeu destaques no montante de R\$ 1.984.378.950,00 (um bilhão, novecentos e oitenta e quatro milhões, trezentos e setenta e oito mil, novecentos e cinquenta reais) para atender às Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado.

Ao final do exercício, restaram indisponíveis para execução recursos contingenciados no montante de R\$ 4.253.580,00, sendo R\$ 2.429.290,00 relativos ao TRF-2ª Região e R\$ 1.824.290,00 relativos à Justiça Federal de 1º Grau.

R\$

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR TRF- 2ªREGIÃO	VALOR SEÇÕES	ENTIDADES	TOTAL
Dotação Inicial	308.644.279,00	884.966.377,00	0,00	1.193.610.656,00
Acréscimos	27.429.396,00	127.045.214,40	0,00	154.474.610,36
Especiais	2.293.663,00	1.902.624,00	0,00	4.196.287,00
Redução Orçamentária	13.955.148,00	20.225.477,00	0,00	34.180.625,00
DOTAÇÃO AUTORIZADA	324.412.190,00	993.688.738,36	0,00	1.318.100.928,36
Destaques Recebidos	0,00	0,00	1.984.378.950,00	1.984.378.950,00
Destaques Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	324.412.190,00	993.688.738,36	1.984.378.950,00	3.302.479.878,36
Dotação Indisponível	2.429.290,00	1.824.290,00	0,00	4.253.580,00
TOTAL GERAL	321.982.900,00	991.864.448,36	1.984.378.950,00	3.298.226.298,36

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – TRF-2ª Região

Os créditos orçamentários disponibilizados para Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região foram, no exercício de 2013, distribuídos em 03 (três) Programas: 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal; 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais.



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 117757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

R\$

PROGRAMA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESTAQUES RECEBIDOS/CONCEDIDOS	TOTAL
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	146.966.000,00	0,00	146.966.000,00
0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	1.171.134.928,36	0,00	1.171.134.928,36
0901 Cumprimento das Sentenças Judiciais	0,00	1.984.378.950,00	1.984.378.950,00
TOTAL	1.318.100.928,36	1.984.378.950,00	3.302.479.878,36

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – TRF-2ª Região

Dos programas destinados à Justiça Federal da 2ª Região, destaca-se o Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, que é composto de 13 ações, sendo 08 Atividades, 01 Operação Especial e 05 Projetos (3755 – Implantação de Varas Federais; 3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional; 11JB – Construção do Edifício-Sede II do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – RJ; 11IM – Reforma dos Anexos I e II da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ; e 12QU – Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Serra - ES). De acordo com o previsto na Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015), o aludido Programa tem como objetivo garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

O Programa 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais, considerando os Destaques Recebidos de Autarquias e Fundações Públicas destina-se ao pagamento de débitos judiciais devidos pela União.

2.1 - PLANEJAMENTO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS

Inicialmente, é importante destacar que o ano de 2013 caracterizou-se pela transição do planejamento estratégico regional para o nacional da Justiça Federal, norteado pela Resolução do CJF nº CF-RES-2012/00194, de 20 de julho de 2012 e Resolução deste Tribunal nº T2-RSP-2012/00108, de 10 de dezembro de 2012, em substituição ao planejamento que vinha sendo adotado desde 2010, através da Resolução deste Tribunal nº 48, de 18 de dezembro de 2009.

Diante da dificuldade da execução e monitoramento dos planos estratégicos regionais, o Comitê Técnico do Planejamento Estratégico da Justiça Federal, coordenado pelo Conselho da Justiça Federal e composto por representantes dos cinco tribunais regionais, propôs a revisão dos painéis estratégicos, para melhor adequar indicadores e metas, além de harmonizar o painel com as metas propostas pelo CNJ, no intuito de otimizar as coletas de informações.

Como ponto de partida do processo de revisão, foi definido que a estratégia da Justiça Federal seria traduzida por meio de um único mapa estratégico, institucional, de acordo com a metodologia do BSC- *Balanced Scorecard*. Assim, os órgãos que compõem a Justiça Federal contribuiriam para o alcance da estratégia por meio do desdobramento dos indicadores e metas, bem como pelas iniciativas estratégicas propostas.

7



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Desta forma, a Justiça Federal da 2ª Região iniciou, efetivamente, em 2013, a execução e o acompanhamento do Planejamento Estratégico da Justiça Federal – PEJF e do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI, bem como dos programas, projetos e processos estratégicos aprovados para o quinquênio 2010-2014.

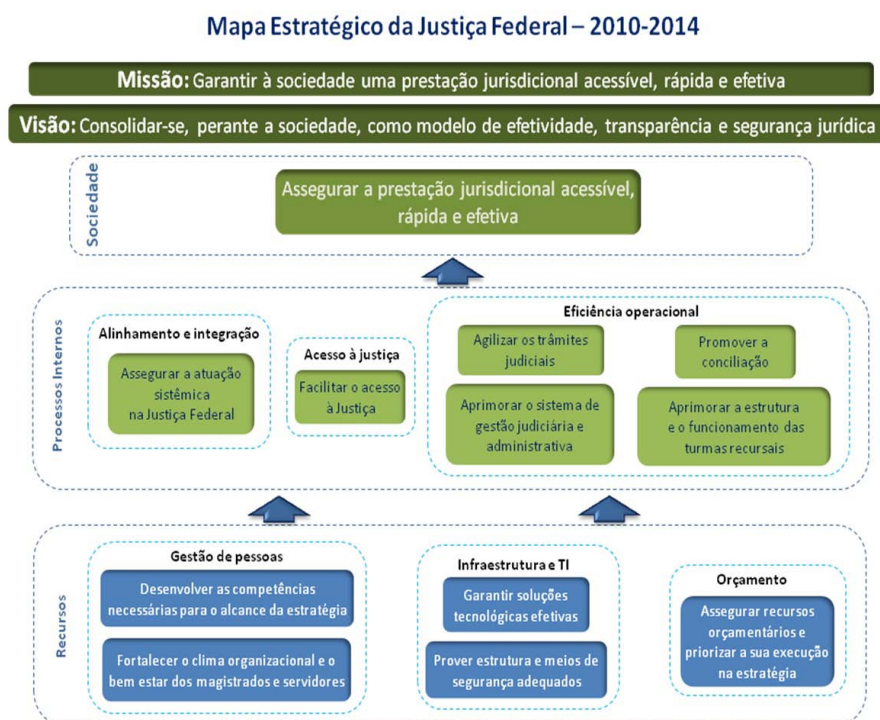
2.1.1 - Objetivos Estratégicos

O Mapa Estratégico da Justiça Federal baseia-se na representação equilibrada de um conjunto de 11 (onze) objetivos estratégicos e de 34 (trinta e quatro) indicadores operacionais e financeiros, segundo três perspectivas (sociedade, processos internos e recursos), interligados por relações de causa e efeito e operacionalizados por ações e projetos, apontando o caminho para o sucesso de sua missão institucional e o alcance da visão de futuro, qual seja, “*Consolidar-se, perante a sociedade, como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica*”.

Para conseguir esse resultado, a Justiça Federal estabeleceu suas prioridades estratégicas: alinhamento e integração sistêmica, acesso à justiça e a eficiência operacional, mediante a agilização dos trâmites judiciais, a promoção da conciliação, o aprimoramento dos sistemas de gestão e da estrutura e do funcionamento das turmas recursais. Além disso, conta com o suporte de seus processos de aprendizagem e crescimento, dos recursos orçamentários, da estrutura física e da prontidão de TI.

Esse conjunto de temas e objetivos está demonstrado no novo Mapa Estratégico da Justiça Federal, apresentado na figura abaixo a seguir:

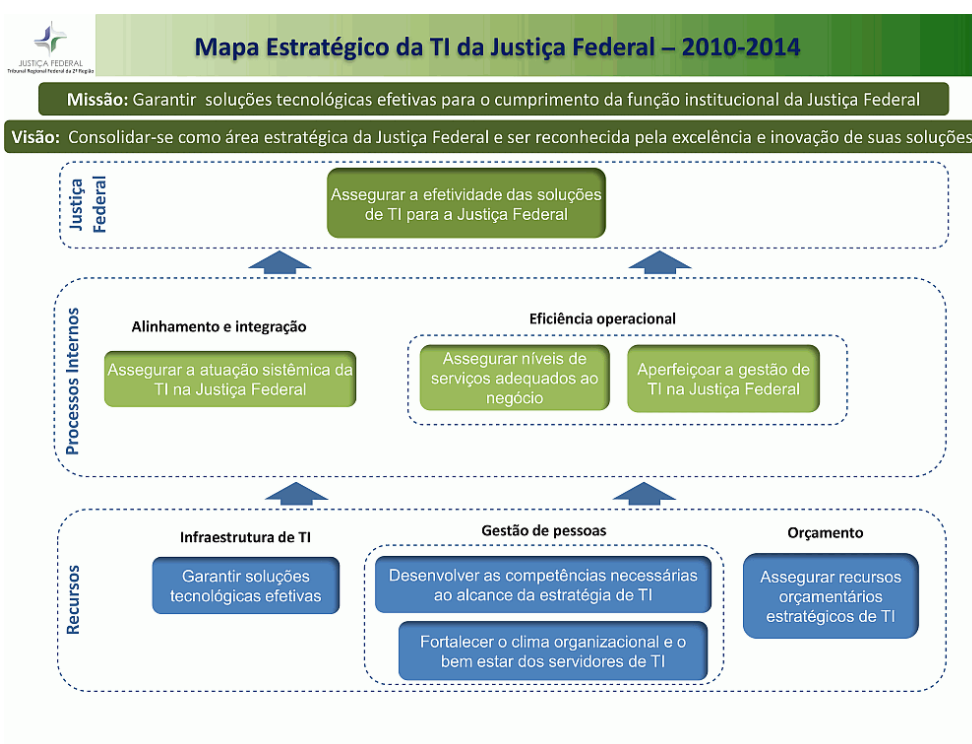
FIGURA 1 - MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL



Concomitante à revisão do Planejamento Estratégico da Justiça Federal, foi realizado o mesmo procedimento para a revisão do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), envolvendo o Comitê de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, por intermédio da Secretaria de Tecnologia da Informação do CJF, conforme demonstrado no mapa adiante:

O Mapa Estratégico de TI da Justiça Federal está estruturado na representação de 7 (sete) objetivos estratégicos e de 11 (onze) indicadores operacionais e financeiros, igualmente segundo as três perspectivas já elencadas (sociedade, processos internos e recursos), conforme apresentado na figura a seguir:

FIGURA 2 - MAPA ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL



Para a consecução dos objetivos estratégicos previstos no Planejamento Estratégico, foram desenvolvidas pelo Tribunal e suas subunidades, dentre outras, as seguintes iniciativas:

- Execução, com o devido acompanhamento e controle através de metodologia específica para a Justiça Federal, de projetos que compõem a carteira de iniciativas estratégicas da 2ª Região; os quais serão detalhados ao longo deste relatório;
- Definição de atividades relacionadas ao cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário, estabelecidas pelos Presidentes dos Tribunais, durante o VI Encontro Nacional do Judiciário, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sendo que algumas são específicas para o segmento da Justiça Federal;



- Coleta de indicadores previamente definidos quando da elaboração do Mapa para monitoramento do desempenho do Planejamento Estratégico e promoção de ajustes, quando for o caso;
- Coleta de informações Complementares, que são alimentadas e disponibilizadas no Portal de Informações Gerenciais da 2ª Região, quais sejam, Força de Trabalho de Magistrados da Justiça Federal da 2ª Região, Força de Trabalho do TRF-2ª Região, Força de Trabalho da SJES, Força de Trabalho da SJRJ, Quantidade de Magistrados e Servidores do TRF-2ª Região, Quantidade de Terceirizados do TRF-2ª Região, Quantidade de Estagiários da 2ª Região – SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas, Quantidade de Estagiários da 2ª Região – EMARF – Escola de Magistratura Regional Federal, Dados de Consumo do TRF-2ª Região, Dados de Consumo da SJES e Dados de Consumo da SJRJ;
- Coleta das informações processuais disponíveis no Portal de Estatísticas, visando ao alinhamento dos indicadores contidos no *Relatório do Justiça em Números* - CNJ, com os indicadores do PEJF;
- Análise e priorização das contratações e aquisições de Tecnologia da Informação, através de reuniões do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 2ª Região.

No âmbito das Seccionais, o foco manteve-se em dar continuidade às ações determinadas pela legislação, notadamente aquelas vinculadas à estrutura e funcionamento de Varas Federais, Turmas Recursais e Juizados Especiais Federais.

2.1.2 - Projetos Em Execução e Concluídos

A execução dos projetos no Tribunal Regional de Federal da 2ª. Região e unidades jurisdicionais manteve-se de acordo com as diretrizes apontadas pelo Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2010-2014, agora em seu quarto e último ano de implementação. Com o apoio do Escritório de Projetos, tanto do TRF-2ª Região quanto das unidades seccionais, os projetos vêm sendo acompanhados e adequados de acordo com a Metodologia de Gerenciamento de Projetos da Justiça Federal, contribuindo, dessa forma, para um crescimento e evolução na escala de maturidade no que diz respeito ao uso de técnicas de governança corporativa, onde está inserido o Planejamento Estratégico.

O quadro a seguir lista a situação dos projetos da Justiça Federal da 2ª Região, relacionados por com cada unidade institucional. Não foram exibidos os projetos que, embora fazendo parte do portfólio original, estavam com o *status* de **concluídos, cancelados, excluídos ou suspensos** no relatório do exercício anterior. Isto se deu para destacar apenas os projetos que ainda têm possibilidade de alteração de *status* até a conclusão do primeiro ciclo do Planejamento Estratégico, ao final de 2014.



STATUS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DA 2ª. REGIÃO

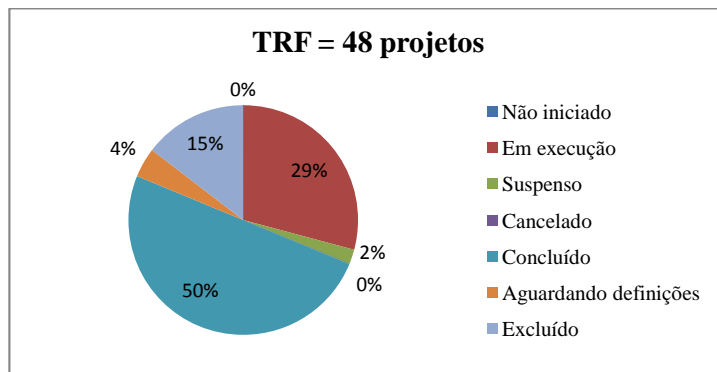
Unidade Responsável	Projeto	Status	Previsão de Término
TRF2	1. Acessibilidade – PNE	Em execução	dez/2014
TRF2	3. Atendimento ao Cidadão	Concluído	dez/2013
TRF2	6. Administração 100% Digital	Em execução	dez/2014
TRF2	7. Justiça 100% Digital	Em execução	dez/2014
TRF2	8. Portal de Informações Gerenciais	Aguardando definições	dez/2014
TRF2	10. Padronização das Tabelas Nacionais	Em execução	dez/2014
TRF2	11. Implantação de novas Varas e JEFs	Em execução	dez/2014
TRF2	14. Ampliação da Área Física do TRF2	Em execução	dez/2014
TRF2	16. Atualização do Parque Gráfico	Concluído	dez/2013
TRF2	24. Implantação do novo Sistema de Gestão de Pessoas – SGP	Em execução	dez/2014
TRF2	27. Comunicação Institucional	Em execução	dez/2014
TRF2	28. Programação Visual	Em execução	dez/2014
TRF2	32. Escritório de Processos	Em execução	dez/2014
TRF2	39. Agenda Ambiental	Suspenso	dez/2014
TRF2	40. Racionalização do Consumo de Energia Elétrica	Aguardando definições	dez/2014
TRF2	41. Nova Sede do TRF2	Aguardando definições	dez/2014
TRF2	42. Governança de TI	Em execução	dez/2014
TRF2	43. Memória Institucional	Concluído	dez/2013
TRF2	46. Reforma do Plenário do TRF2	Em execução	abr/2014
TRF2	47. PROGRAMA TRF 25 anos	Em execução	out/2014
TRF2	48. TRF2 Digital	Em execução	dez/2014
SJRJ	1. Reforma Foro Rio Branco	Não iniciado	dez/2015
SJRJ	9. Transferência Sede Administrativa	Concluído	dez/2013
SJRJ	19. Instalação 9ª. VFEF e 10ª. VFcr	Concluído	jan/2013
SJRJ	20. Instalação 11º JEF, 10ª, 11ª e 12ª VFEF	Concluído	mar/2013
SJRJ	21. Instalação de 8 Gabinetes de Turmas Recursais	Em execução	dez/2014
SJRJ	22. Instalação Foro de Campo Grande (5 JEFs)	Em execução	dez/2014
SJRJ	23. Inauguração 4ª. VF de São Gonçalo	Cancelado	
SJES	1. Alinhamento Estratégico da Estrutura Organizacional	Não iniciado	Não definida
SJES	5. Administração 100% Digital	Em execução	dez/2014
SJES	6. Justiça 100% Digital	Em execução	dez/2014
SJES	9. Pesquisa de Satisfação dos Usuários Externos	Concluído	fev/2013
SJES	10. Boletim Interno Eletrônico	Em execução	jul/2014

Fonte: Gestão Estratégica/ TRF-2ª Região

Os gráficos a seguir apresentam de maneira sintética os *status*, em valores percentuais, dos projetos monitorados ao longo do exercício de 2013, na 2ª Região, segmentados por unidades jurisdicionais e integrados num gráfico global.

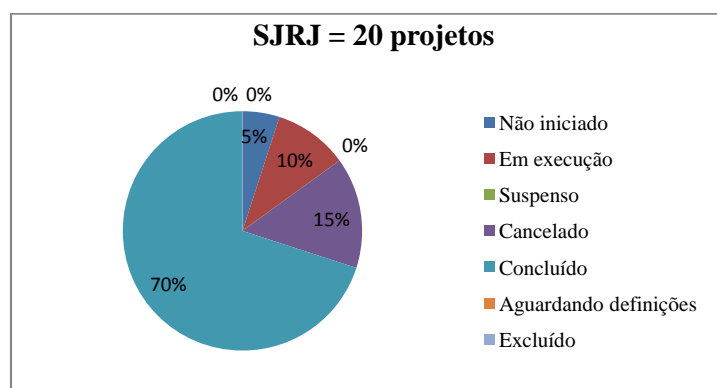


GRÁFICO 1 - STATUS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DO TRF-2ª Região



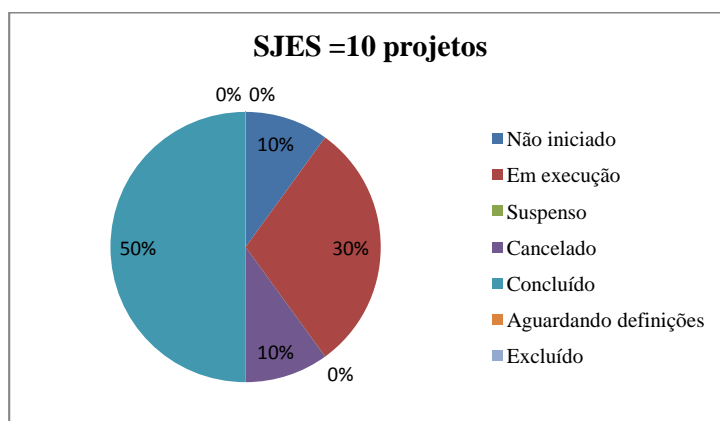
Fonte: Gestão Estratégica / TRF-2ª REGIÃO

GRÁFICO 2 - STATUS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DA SJRJ



Fonte: Gestão Estratégica / TRF-2ª Região

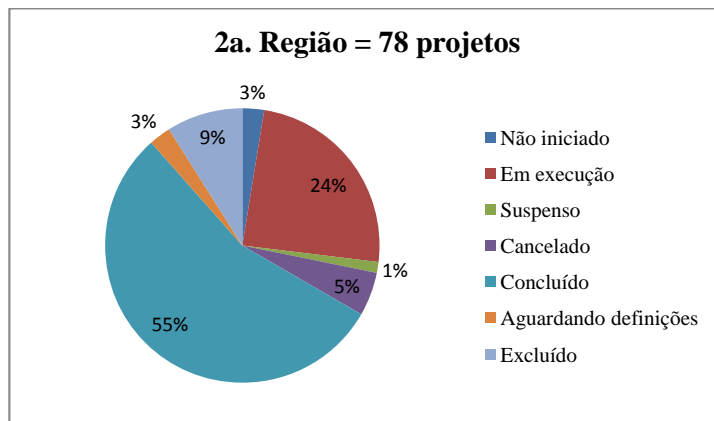
GRÁFICO 3 - STATUS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DA SJES



Fonte: Gestão Estratégica / TRF-2ª Região



GRÁFICO 4 - STATUS INTEGRADO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DO TRF-2ª REGIÃO



Fonte: Gestão Estratégica / TRF-2ª Região

Pela análise dos gráficos, constata-se que, de um modo geral, 79% dos projetos para a 2ª Região estão concluídos ou em andamento, evidenciando uma evolução progressiva em termos de aplicação da metodologia de gerenciamento de projetos. É importante levar em consideração o limite temporal para execução do primeiro ciclo do planejamento estratégico, até o final de 2014, que atua como marco para a conclusão das atividades em cada um dos projetos estratégicos. As diferenças percentuais, nos gráficos por unidade jurisdicional, também refletem as especificidades de cada Região, no que diz respeito ao tipo de portfólio e atuação dos Escritórios de Projetos na aplicação da Metodologia.

2.1.3 - Iniciativas Adicionais

Além dos projetos elencados no portfólio da 2ª Região, podemos citar como contribuições adicionais as seguintes iniciativas ocorridas ao longo do exercício, que foram consideradas estratégicas:

- **Programa TRF 25 anos.** Surgiu da necessidade de se fazer um resgate da memória institucional no período compreendido entre a data da promulgação da Constituição de 1988 – 05 de outubro de 1988 -, quando foram criados os cinco Tribunais Regionais Federais, bem como a inauguração da sala do novo Plenário do TRF-2ª Região, no dia 4 de abril de 1991. Utilizando um conceito previsto na Metodologia de Gerenciamento de Projetos da Justiça Federal, segundo o qual “um programa é um conjunto de projetos agrupados com a finalidade de facilitar o gerenciamento, de uma forma que não seria possível alcançar os mesmos resultados se cada projeto fosse gerenciado de modo independente”, foi criado um Programa específico, com o apoio do Escritório de Projetos, para os projetos e planos de ação relacionados à celebração dos 25 anos desde a criação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

- **Reforma do Plenário do TRF-2ª Região.** Projeto que justificou seu início (a previsão de conclusão é março de 2014), por conta do desgaste natural de vários componentes estruturais ao longo dos 20 anos da existência do mesmo. A reforma tem por objetivo dotar o Plenário de revestimentos mais modernos, bem como acústica e iluminação mais eficientes, realizando adaptações físicas para atender as normas de segurança exigidas pelo corpo de bombeiros.



- **TRF2 Digital.** Projeto iniciado em 2013, com previsão de conclusão da 1ª fase em meados de 2014, tendo como justificativa uma necessidade de revisão dos serviços e recursos disponibilizados na estrutura *web* do TRF-2ª Região, tanto em nível externo quanto interno. O projeto tem como objetivo construir uma nova abordagem conceitual para o portal, privilegiando recursos de busca, acessibilidade, usabilidade e responsividade.

2.1.4 - Dificuldades na Execução da Estratégia e as Soluções Encontradas

A revisão do planejamento estratégico nacional, com a entrada em vigor do Mapa Estratégico unificado para a Justiça Federal, ocasionou algumas dificuldades no processo de gerenciamento da estratégia, destacadas nos pontos a seguir:

- coleta de alguns indicadores da área-meio;
- existência de indicadores que não permitiam a mensuração de suas variáveis;
- processos e projetos nacionais, definidos como estratégicos que não evoluíram ou não foram monitorados pelo órgão central.

Para enfrentar esses obstáculos, o Comitê Técnico do Planejamento Estratégico da Justiça Federal, composto por representantes do CJF e dos demais tribunais regionais, propôs, em Reunião de Análise Estratégica Nacional, realizada no dia 15/4/2013, a revisão dos painéis estratégicos para melhor adequar indicadores e metas, além de harmonizar o painel com as metas propostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), otimizando e uniformizando as coletas de informações dos Tribunais.

No que diz respeito aos Projetos Estratégicos da 2ª Região, a revisão do Planejamento Estratégico não produziu alterações significativas no processo de gerenciamento dos mesmos, visto que foi mantida a metodologia em curso, coordenada pelo Conselho da Justiça Federal, bem como os portfólios de projetos a serem monitorados em cada unidade da Região. Apesar das dificuldades já elencadas no relatório do exercício de 2012, tais como a implantação de uma cultura voltada para projetos, além de uma relação desfavorável entre o número de projetos e o quantitativo de pessoal capacitado para gerenciá-los, houve um crescimento em termos de maturidade organizacional na adesão à Metodologia, que se traduz no crescimento numérico em termos de projetos concluídos em cada unidade da 2ª Região.



3 - INDICADORES DE PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS

3.1 RESULTADOS AUFERIDOS EM RELAÇÃO ÀS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

Conforme estabelecido na Resolução nº 70/2009, do CNJ, são aprovadas, anualmente, pelos Presidentes de todos os tribunais do Brasil, as metas nacionais de desempenho para o Judiciário.

Concomitante aos projetos regionais, a Justiça Federal da 2ª Região não mediu esforços para alcançar o cumprimento das Metas do Poder Judiciário, tanto as pendentes dos anos anteriores, quanto as relativas ao ano de 2013.

Em conjunto com o Conselho da Justiça Federal e o Conselho Nacional de Justiça, atuou também no desdobramento da estratégia do Poder Judiciário, através de programas, projetos e ações como Processo Judicial Eletrônico, Justiça Aberta, Justiça em Números, Gestão por Processos e Conciliação (Semana Nacional de Conciliação).

Para apoiar e coordenar os planos de ação para as metas nacionais, a Presidência do TRF-2ª Região designou, através da Portaria Nº TRF2-PTP-2013/00405, de 29/5/2013, um Desembargador Federal e um Juiz Federal, com a atribuição de gerenciar e controlar o efetivo cumprimento das mesmas até 31/12/2013, bem como de representar o Tribunal perante o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal.

PLANO DE AÇÃO PARA AS METAS NACIONAIS DE 2013

META	DESCRIÇÃO DA META	PLANO DE AÇÃO
01/2013	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.	Disponibilizada, no Portal de Estatísticas da Justiça Federal da 2ª Região, ferramenta de monitoramento e gestão do acervo processual da meta.
02/2013	Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008, no STJ; 70%, em 2010 e 2011, na Justiça Militar da União; 50%, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2009, na Justiça do Trabalho; 90%, em 2010, na Justiça Eleitoral; 90%, em 2011, na Justiça Militar dos Estados; e 90%, em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º grau da Justiça Estadual.	Consistiu na identificação de processos judiciais mais antigos e na adoção de medidas concretas para priorização do julgamento dos processos distribuídos até 2008, no TRF2 e na 1ª Instância, e nos JEF e TR até 2010. Disponibilizada, no Portal de Estatísticas, ferramenta de monitoramento e gestão do acervo processual da meta.
05/2013	Designar audiências e realizar demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que o ano de 2012.	Destaca-se a realização de diversas iniciativas voltadas à concretização de audiências de conciliação, capacitação de juízes e servidores para atuarem nos mutirões. Como resultado, o desempenho foi superior ao ano anterior, totalizando 21.461 audiências designadas contra 21.298 do ano anterior.
06/2013	Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das turmas recursais.	Executado plano de ação nacional, em conjunto com o CJF e demais regionais, para implantação definitiva do processo de trabalho "Processamento de Recursos Inominados", nas Turmas Recursais do RJ e do ES.





META	DESCRIÇÃO DA META	PLANO DE AÇÃO
16/2013	Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal.	Plano de aprimoramento da estrutura e dos sistemas de controles internos. (em execução)
17/2013	Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.	Plano de aprimoramento das sistemáticas e processos de trabalho de licitação e contratos.
18/2013	Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011.	Disponibilizada, no Portal de Estatísticas da Justiça Federal da 2ª Região, ferramenta de monitoramento e gestão do acervo processual da meta. Divulgação da meta e medidas de priorização através de ofício da Corregedoria. Realizado Fórum de Combate à Corrupção em parceria com a EMARF, com a presença do Conselheiro do CNJ, gestor da Meta e magistrados da 2ª Região.
19/2013	Realização de parcerias entre o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais de Justiça, os Tribunais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais de Contas, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa.	Implantado e divulgado o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI. A Corregedoria atuou no gerenciamento da meta, repasse de orientações às unidades jurisdicionais sobre a forma de alimentação desse novo Cadastro Nacional.

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

A tabela a seguir mostra o grau de cumprimento obtido pela Justiça Federal da 2ª Região nas metas nacionais de 2013:

GRAU DE CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DE 2013 (EM %)

META	DESCRIÇÃO	GRAU DE CUMPRIMENTO (%)	SITUAÇÃO
		2013	
01/2013	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.	99,9%	
02/2013	Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008, no STJ; 70%, em 2010 e 2011, na Justiça Militar da União; 50%, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2009, na Justiça do Trabalho; 90%, em 2010, na Justiça Eleitoral; 90%, em 2011, na Justiça Militar dos Estados; e 90%, em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º grau da Justiça Estadual.	194,8%	







16




Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

META	DESCRIÇÃO	GRAU DE COMPRIMENTO (%)	SITUAÇÃO
		2013	
05/2013	Designar audiências e realizar demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que o ano de 2012.	100,7%	
06/2013	Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das turmas recursais.	100%	
16/2013	Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal.	70,6%	
17/2013	Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.	100%	
18/2013	Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011.	68,42%	
19/2013	Realização de parcerias entre o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais de Justiça, os Tribunais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais de Contas, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa.	SIM	

 - cumprida  - pendente  - não cumprida

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região (números consolidados da Justiça Federal da 2ª Região - TRF2 e seccionais)

Portanto, das seis metas nacionais e outras duas específicas para a Justiça Federal para o ano de 2013, a Justiça Federal da Segunda Região cumpriu, integralmente, cinco dessas metas.







Há de se ressaltar que a meta 01/2013, que teve um índice de 99,9%, somente não foi superada, devido à distribuição, no final do exercício, da carga inicial decorrente da implantação dos processos eletrônicos no 2º grau.




Outra meta cumprida parcialmente foi a meta 16/2013, referente ao fortalecimento da estrutura de controle interno, pois de 17 requisitos de avaliação, o Tribunal não conseguiu cumprir apenas cinco.

No quadro a seguir é apresentado o grau de cumprimento da Justiça Federal nas Metas Nacionais do Poder Judiciário, ainda consideradas pendentes pelo CNJ, comparativamente aos anos de 2011 e 2012.



GRAU DE CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS PENDENTES DE ANOS ANTERIORES (EM %)

META	DESCRIÇÃO	GRAU DE CUMPRIMENTO (%)			SITUAÇÃO
		2011	2012	2013	
02/2009	Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).	94,1%	96,9%	97,8%	
02/2010	Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007.	84,6%	91,2%	95,01%	
02/2012	Julgar, até 31/12/2012, pelo menos: 80% dos processos distribuídos em 2007 no STJ 70%, em 2009, na Justiça Militar da União 50%, em 2007, na Justiça Federal 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais 80%, em 2008, na Justiça do Trabalho 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados 90%, em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais e no 2º grau da Justiça Estadual.	-	197,2%	198,9%	
03/2010	Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009).	21,5% (execução não fiscal)	32,1% (execução não fiscal)	37,9% (execução não fiscal)	
		-14,8% (execução fiscal)	-13,4% (execução fiscal)	8,7% (execução fiscal)	
04/2010	Lavar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.	87,3% (dez11)	81,6% (dez12)	99,7% (dez13)	
		74,4% (acum11)	90,3% (acum12)	99,2% (acum13)	

 - cumprida  - pendente  - não cumprida

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região (números consolidados da Justiça Federal da 2ª Região - TRF2 e seccionais)



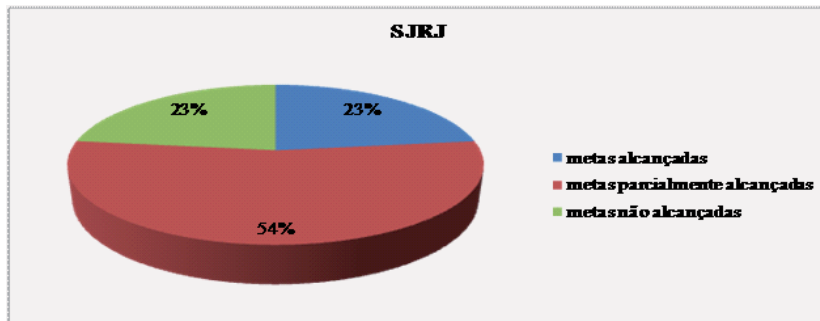
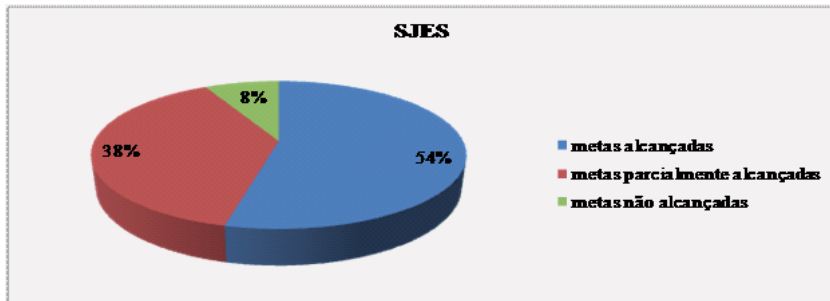
3.2 - RESULTADOS AUFERIDOS EM RELAÇÃO ÀS METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

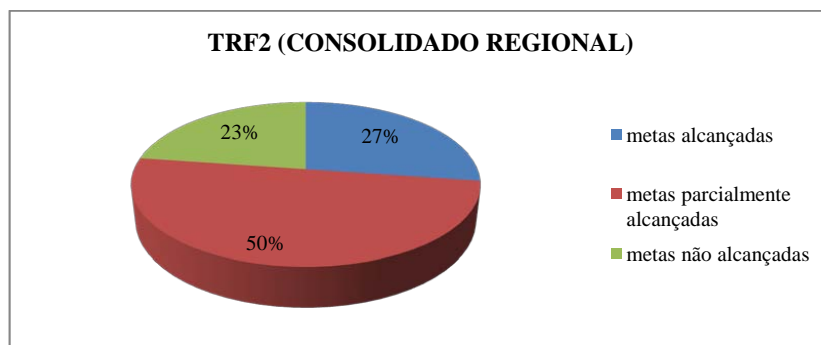
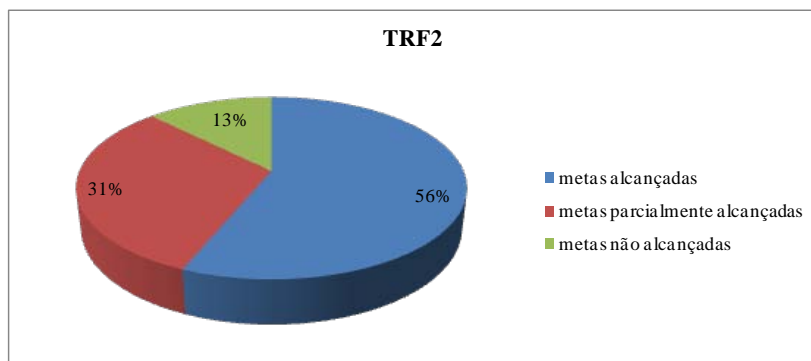
A Justiça Federal da 2ª Região tem seu desempenho estratégico monitorado através da mensuração semestral e consolidação anual de 34 indicadores estratégicos definidos na revisão do Planejamento Estratégico 2010-2014, ocasião em que é analisado o alcance das metas estabelecidas, tanto para o Tribunal como para as seccionais vinculadas.

Para cada um dos indicadores foi proposta uma meta anual a ser atingida, com a descrição de como sua valoração seria aferida, de modo a bem demonstrar os resultados da gestão.

A seguir, apresentamos os gráficos, por órgão da 2ª Região, contendo os desempenhos das metas do Painel Estratégico da Justiça Federal – PEJF e uma tabela resumo, com os indicadores estratégicos e seus respectivos resultados e desempenhos apurados em 2012 e 2013.

GRÁFICO 5 - ALCANCE DAS METAS ESTRATÉGICAS DA JF – PEJF





Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2



**DESEMPENHO COMPARATIVO DE INDICADORES DO PEJF
2012/2013**

INDICADOR	SJES				SJRJ				TRF2				TRF2 (CONSOLIDADO REGIONAL)			
	REALIZADO		META	DESEMP	REALIZADO		META	DESEMP	REALIZADO		META	DESEMP	REALIZADO		META	DESEMP
	2012	2013	2013	2013	2012	2013	2013	2013	2012	2013	2013	2013	2012	2013	2013	2013
1. Taxa de alcance das metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NI	NI	100,0%	NI
2. Taxa de satisfação do cliente (usuário/cidadão)	NM	NM	55,0%	NM	NM	NM	55,0%	NM	NM	NM	55,0%	NM	NM	NM	55,0%	NM
3. Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da Justiça Federal	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
4. Taxa de não aderência aos padrões e metodologias estabelecidos para a Justiça Federal	EX - Excluído - RAE de 15 de abril de 2013															
5. Taxa de atendimento às demandas por sistemas informatizados nacionais	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NI	NI	60%	NI
6. Taxa de implantação de varas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
7. Taxa de nomeação dos cargos vagos de magistrados	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	125,0%	64,4%	100,0%	64,4%	125,0%	64,4%	100,0%	64,4%
8. Taxa de efetividade do acesso à Justiça	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
9. Taxa de serviços judiciais definidos na carta de serviços da JF disponíveis via web	ND - O projeto para elaboração da carta e disponibilização dos serviços na Web está em desenvolvimento no CIF.															
10. Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau	65,1%	68,0%	55,0%	71,2%	67,2%	66,4%	55,0%	74,7%	NA	NA	NA	NA	67,0%	66,6%	55,0%	74,3%
11. Taxa de processos no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	90,4%	87,9%	115,0%	76,4%	94,5%	96,5%	115,0%	84,0%	NA	NA	NA	NA	93,8%	95,3%	115,0%	82,8%
12. Taxa de processos antigos julgados no 1º grau	41,8%	44,4%	50,0%	88,7%	38,8%	48,2%	50,0%	96,4%	NA	NA	NA	NA	39,1%	47,8%	50,0%	95,6%
13. Taxa de congestionamento do 2º grau	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	42,8%	51,9%	35,0%	74,0%	42,8%	51,9%	35,0%	74,0%
14. Taxa de processos de conhecimento no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	102,4%	92,4%	115,0%	80,3%	102,4%	92,4%	115,0%	80,3%
15. Taxa de processos antigos julgados no 2º grau	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	38,9%	44,6%	50,0%	89,1%	38,9%	44,6%	50,0%	89,1%
16. Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do JEF	58,4%	49,8%	35,0%	77,2%	46,3%	41,1%	35,0%	90,6%	NA	NA	NA	NA	47,6%	42,7%	35,0%	88,2%
17. Taxa de processos no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	112,0%	129,3%	115,0%	112,4%	112,8%	108,8%	115,0%	94,6%	NA	NA	NA	NA	112,6%	111,3%	115,0%	96,8%
18. Taxa de processos antigos julgados no JEF	62,1%	75,2%	50,0%	150,4%	67,9%	71,1%	50,0%	142,2%	NA	NA	NA	NA	66,4%	72,3%	50,0%	144,6%
19. Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	81,3%	89,3%	100,0%	89,3%	81,3%	89,3%	100,0%	89,3%
20. Taxa de congestionamento na turma recursal	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	72,6%	71,7%	45,0%	51,5%	72,6%	71,7%	45,0%	51,5%
21. Taxa de processos antigos julgados na turma recursal	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	73,0%	83,0%	70,0%	118,6%	73,0%	83,0%	70,0%	118,6%
22. Taxa de congestionamento nas turmas regionais de uniformização	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	6,8%	28,3%	3,0%	73,9%	6,8%	28,3%	3,0%	73,9%
23. Taxa de congestionamento na Turma Nacional de Uniformização	NA - Indicador específico do CIF															



24. Taxa de audiências de conciliação	137,8%	161,5%	110,0%	146,8%	116,2%	93,4%	110,0%	84,9%	73,3%	130,5%	110,0%	118,6%	114,6%	100,8%	110,0%	91,6%
25. Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da Justiça Federal	ND - Suspensão, com proposta de exclusão.															
26. Taxa de magistrados com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas	ND - Suspensão, com proposta de adequação no CJF.															
27. Taxa de servidores com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas	ND - Suspensão, com proposta de adequação no CJF.															
28. Taxa de satisfação dos magistrados com o clima organizacional	32,6%	32,6%	55,0%	59,3%	15,2%	15,2%	55,0%	27,6%	80,4%	80,4%	55,0%	146,2%	22,0%	22,0%	55,0%	40,0%
29. Taxa de satisfação dos servidores com o clima organizacional	78,8%	78,8%	55,0%	143,2%	78,8%	78,8%	55,0%	143,2%	72,2%	72,2%	55,0%	131,2%	83,0%	83,0%	55,0%	150,9%
30.1 Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com as soluções de TI - magistrados	50,0%	50,0%	55,0%	90,9%	0,0%	0,0%	55,0%	0,0%	83,3%	83,3%	55,0%	151,5%	0,0%	0,0%	55,0%	0,0%
30.2 Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com as soluções de TI - servidores	100,0%	100,0%	55,0%	181,8%	50,0%	50,0%	55,0%	90,9%	66,7%	66,7%	55,0%	121,3%	100,0%	100,0%	55,0%	181,8%
31.1 Taxa de satisfação dos magistrados com as instalações físicas e com os meios de segurança	75,0%	75,0%	55,0%	136,4%	0,0%	0,0%	55,0%	0,0%	100,0%	100,0%	55,0%	181,8%	0,0%	0,0%	55,0%	0,0%
31.2 Taxa de satisfação dos servidores com as instalações físicas e com os meios de segurança	100,0%	100,0%	55,0%	181,8%	100,0%	100,0%	55,0%	181,8%	100,0%	100,0%	55,0%	181,8%	100,0%	100,0%	55,0%	181,8%
32. Taxa de instalações físicas adequadas aos padrões de acessibilidade	ND - Diagnóstico em apuração pelo CJF															
33. Taxa de previsão orçamentária, destinada aos projetos estratégicos, garantida	ND - Suspensão, o CJF está analisando os mecanismos adequados de coleta.															
34. Taxa de execução orçamentário-financeira dos projetos em relação ao planejado	ND - Suspensão, o CJF está analisando os mecanismos adequados de coleta.															

Fontes: Núcleo de Estatísticas (Tribunal Regional Federal da 2ª Região); Portal de Informações Gerenciais da Justiça Federal da 2ª Região; Relatório Pesquisa de Clima de Servidores (Secretaria de Desenvolvimento Institucional do Conselho da Justiça Federal); Apresentação Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2010-2014 (Secretaria de Desenvolvimento Institucional do Conselho da Justiça Federal)

Siglas: Seção Judiciária do Espírito Santo - SJES; Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ; Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2; Não medido - NM; Não se aplica - NA; Não informado - NI; Não definido - ND; Excluído - EX.

Observações: a) O indicador n. 3 somente será coletado no último ano do horizonte estratégico, em 2014; b) Os indicadores n. 28, 29, 30.1, 30.2, 31.1 e 31.2 têm periodicidade bianual, com resultados e desempenhos válidos para 2012 e 2013.



TRF2MEM201401454A



Cabe observar, com relação às metas não definidas, que as mesmas estão relacionadas às propostas de adequação dos indicadores estratégicos que estão em análise pelo CJF, seja quanto à sua descrição, seja quanto ao mecanismo adequado de coleta.

No que tange às metas não medidas, vale destacar o fato de se referirem ao indicador Taxa de Satisfação do Cliente, cuja pesquisa, gerenciada pelo CJF, estava prevista para ser efetivada nos anos de 2012 e 2014, e foi iniciada em dezembro de 2013, com previsão de término em fevereiro de 2014.

Já as metas excluídas relacionam-se ao indicador Taxa de Não Aderência aos Padrões e Metodologias Estabelecidos para a Justiça Federal, excluído na RAE (Reunião de Análise da Estratégia) de 15 de abril de 2013, face à dificuldade de aferição do mesmo.

As metas não informadas referem-se àquelas calculadas pelo CJF, cujos resultados não foram disponibilizados até o fechamento do relatório em questão.

Outro ponto que deve ser mencionado consiste no fato de que a maior parte dos indicadores são específicos, seja para o 1º grau de jurisdição, 2º grau, TRF-2ª Região, ou 2ª Região, bem como no fato de sua periodicidade não ser anual, motivo pelo qual consta a abreviação NA (não se aplica) na Tabela de Desempenho Comparativo de Indicadores do PEJF – 2012/2013.

A partir da análise global das Metas Estratégicas, consolidadas na tabela anterior, demonstramos, abaixo, o desempenho geral da estratégia da 2ª Região, relativo aos indicadores do Painel Estratégico da Justiça Federal – PEJF, ao longo do exercício:

DESEMPENHO GERAL DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA 2ª REGIÃO – PEJF

INDICADORES	METAS 2012	Desempenho Médio (%)	METAS 2013	Desempenho Médio (%)
Metas Alcançadas	9	37%	6	27%
Metas Parcialmente Alcançadas	11	46%	11	50%
Metas Não Alcançadas	4	17%	5	23%
Total de Metas Coletadas	24	100%	22	100%

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2

Inicialmente, cabe explicitar que 22 (vinte e dois) indicadores tiveram suas variáveis coletadas e informadas em 2013, em comparação com 2012, quando foram coletados 24 (vinte e quatro) indicadores. O total de 34 (trinta e quatro) indicadores vinculados aos objetivos estratégicos foi desdobrado em 36 devido ao fracionamento dos indicadores 30 – Taxa de Satisfação dos Clientes Internos da JF com as Soluções de TI (30.1 - Magistrados / 30.2 - Servidores) e 31 – Taxa de Satisfação dos Magistrados e Servidores com as Instalações Físicas e com os Meios de Segurança (31.1 - Magistrados / 31.2 - Servidores).

Para fins de avaliação do alcance das metas do Painel Estratégico da Justiça Federal – PEJF, foram adotados os seguintes critérios de classificação, conforme a escala de desempenho adotada pela metodologia de gestão da estratégia da Justiça Federal:

- 1) Metas Alcançadas – aquelas cujos indicadores apresentaram desempenho equivalente ou superior a 100% (cem por cento), podendo ser consideradas como integralmente alcançadas ou superadas;



- 2) Metas Parcialmente Alcançadas – aquelas cujos indicadores apresentaram desempenho dentro da expectativa da meta, entre 85% e 99% (oitenta e cinco e noventa e nove por cento), ou abaixo da expectativa da meta, entre 70% e 84% (setenta e oitenta e quatro por cento);
- 3) Metas Não Alcançadas - aquelas cujos indicadores apresentaram desempenho abaixo de 70% (setenta por cento), indicando a necessidade de implementação de ações visando ao alcance das metas projetadas para o ano seguinte, ou de reavaliação dos níveis de desempenho estipulados.

A partir da escala de desempenho acima referida, verifica-se que foi apurado o alcance, em média, de 27% (vinte e sete por cento) das metas dos indicadores do PEJF que foram coletados e informados, desempenho global inferior ao verificado no ano anterior, situado em 37% (trinta e sete por cento).

Já o percentual médio de 50% (cinquenta por cento) de metas parcialmente alcançadas foi superior ao apurado no ano anterior, assim como o percentual médio de 23% das metas não alcançadas.

No ano em análise, pode-se destacar o desempenho acima da expectativa apurado para a Taxa de Processos Antigos Julgados no JEF, em ambas as seccionais, que superou, regionalmente, a meta projetada em 44,6%, seguindo a tendência já apontada em 2012, em função da significativa diminuição do estoque de processos em questão, e a despeito da redução na velocidade de julgamento dos processos antigos considerados (distribuídos no período 2007/2010).

Outros indicadores cujos desempenhos sobressaem são a Taxa de Processos Antigos Julgados na Turma Recursal, tendo superado a meta anual em 18,6%, em decorrência da redução do estoque de processos antigos computados (distribuídos no período 2007/2010), e a Taxa de Audiências de Conciliação, cujo desempenho apurado situou-se acima da expectativa, tanto na SJES, com superação da meta em 46,8%, quanto no TRF-2ª Região, cuja meta foi superada em 18,6%. No que se refere a este último indicador, verifica-se que o quantitativo de audiências de conciliação designadas, a nível regional, tem aumentado continuamente, desde 2010, como resultado da realização de mutirões de conciliação pelo Núcleo Permanente de Soluções de Conflitos (NPSC), Varas e JEFs, e da efetivação de audiências independentes pelas Varas e JEFs.

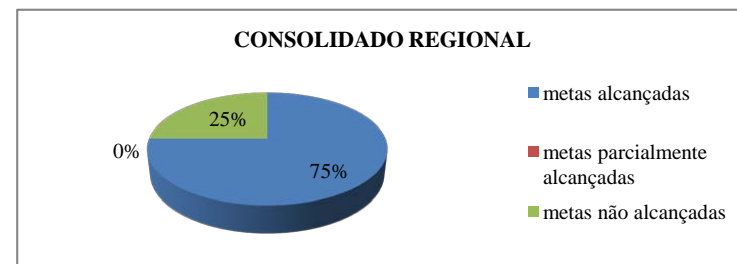
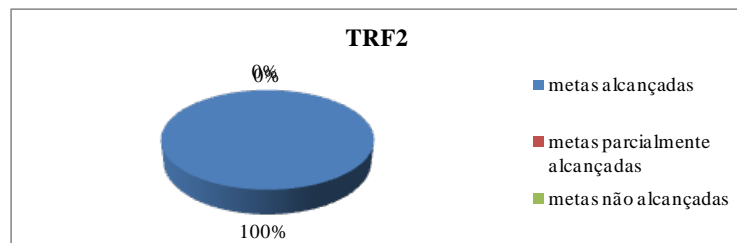
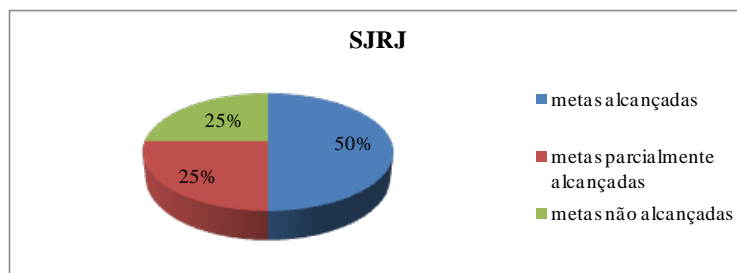
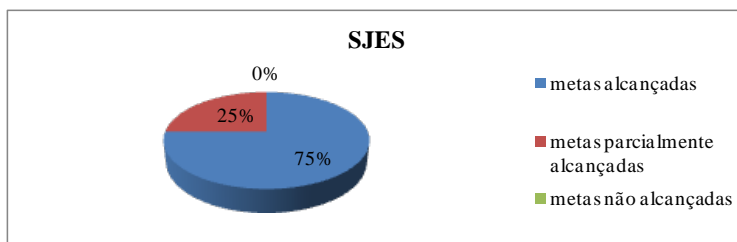
Ainda, com relação às turmas recursais, cabe observar que o desempenho abaixo da expectativa do indicador Taxa de Congestionamento na Turma Recursal reflete a reestruturação ocorrida nas turmas recursais da SJRJ, no ano anterior, em função dos ajustes em andamento na estrutura de pessoal das duas novas turmas implantadas e à carência de Juízes suplentes, bem como a reestruturação efetivada na SJES, com a implantação de uma nova turma (Lei 12.665/2012 e Resolução do TRF-2ª Região nº. T2-RSP-2012/00061).

Por fim, cabe fazer referência ao indicador Taxa de Congestionamento do 2º Grau, cujo resultado ficou abaixo da expectativa, com um desempenho menor que o do ano de 2012, indicando a necessidade de implementação de ações ou de projetos visando ao alcance da meta de 30% projetada para 2014. Nesse aspecto, o progresso na execução do projeto regional Justiça 100% Digital e a consequente implantação do processo judicial eletrônico no âmbito do TRF-2ª Região, com o emprego do sistema operacional Apolo, já utilizado na 1ª instância, provavelmente terão influência no alcance das metas estipuladas para 2014, tendo em vista o aumento na velocidade dos trâmites judiciais e da disponibilidade de informações decorrentes da utilização do meio digital.



A seguir, apresentamos os gráficos, por órgão da 2ª Região, contendo os desempenhos das metas do Painel Estratégico de TI – PETI, e uma tabela resumo, com os indicadores estratégicos e seus respectivos resultados e desempenhos apurados em 2012 e 2013.

GRÁFICO 6 - ALCANCE DAS METAS ESTRATÉGICAS DE TI – PETI



Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2



Apresentamos, abaixo, a tabela resumo contendo os resultados e desempenhos apurados em 2012 e 2013 para os indicadores estratégicos do Painel Estratégico de TI – PETI.

DESEMPENHO COMPARATIVO DE INDICADORES DO PETI 2012/2013

INDICADOR	SJES				SJRJ				TRF2				TRF2 (CONSOLIDADO REGIONAL)			
	REALIZADO		META		REALIZADO		META		REALIZADO		META		REALIZADO		META	
	2012	2013	2013	2013	2012	2013	2013	2013	2012	2013	2013	2013	2012	2013	2013	2013
1.1. Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com as soluções de TI - Magistrados	50,0%	50,0%	55,0%	90,9%	0,0%	0,0%	55,0%	0,0%	83,3%	83,3%	55,0%	151,5%	0,0%	0,0%	55,0%	0,0%
1.2. Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com as soluções de TI - Servidor	100,0%	100,0%	55,0%	181,8%	50,0%	50,0%	55,0%	90,9%	66,7%	66,7%	55,0%	121,3%	100%	100%	55,0%	181,8%
2. Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da TI da Justiça Federal	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
3. Taxa de não aderência aos padrões e metodologias de TI estabelecidos para a Justiça Federal	EX - Excluído - RAE de 15 de abril de 2013															
4. Taxa de processos estratégicos de governança de TI monitorados	25,0%	50,0%	50,0%	100,0%	25,0%	50,0%	50,0%	100,0%	75,0%	75%	50,0%	150%	41,7%	58,3%	50,0%	116,7%
5. Taxa de solução das solicitações dos clientes	98,7%	98,5%	70,0%	140,7%	NM	79,5%	70,0%	113,6%	100,0%	100,0%	70,0%	142,9%	99,7%	90,4%	70,0%	129,1%
6. Taxa de servidores de TI com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas	ND - Suspensão, com proposta de adequação no CJF.															
7. Taxa de satisfação com o clima na unidade de TI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
8. Taxa de aderência ao requisito de envelhecimento Foneça de Trabalho (Res. n. 90/CEJ)	ND - Suspensão, com proposta de adequação no CJF.															
9. Taxa de processos operacionais estratégicos de TI monitorados	ND - Suspensão, com proposta de adequação no CJF.															
10. Taxa de previsão orçamentária destinada aos projetos estratégicos de TI garantida	ND - Suspensão, o CJF está analisando os mecanismos adequados de coleta.															
11. Taxa de execução orçamentário-financeira dos projetos de TI em relação ao planejado	ND - Suspensão, o CJF está analisando os mecanismos adequados de coleta.															

Fontes: Portal de Informações Cereciais da Justiça Federal da 2ª Região; Secretaria de TI do TRF2 - STI; Relatório Pesquisa de Clima de Servidores (Secretaria de Desenvolvimento Institucional do Conselho da Justiça Federal); Apresentação Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2010-2014 (Secretaria de Desenvolvimento Institucional do Conselho da Justiça Federal).
 Siglas: Seção Judiciária do Espírito Santo - SJES; Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ; Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2; Conselho da Justiça Federal - CJF; Não medido - NM; Não se aplica - NA; Não informado - NI; Excluído - EX; ND - Não definido.

Assim como na Tabela de Desempenho Comparativo de Indicadores do PEJF, anteriormente disposta, observa-se na tabela acima, com relação às metas não definidas, que as mesmas estão relacionadas às propostas de adequação dos indicadores estratégicos que estão em análise pelo CJF, seja quanto à sua descrição, seja quanto ao mecanismo adequado de coleta.

Já as metas excluídas relacionam-se ao indicador Taxa de Não Aderência aos Padrões e Metodologias de TI Estabelecidos para a Justiça Federal, excluído na RAE (Reunião de Análise da Estratégia) de 15 de abril de 2013, face à dificuldade de aferição do mesmo.

As metas não informadas referem-se àquelas calculadas pelo CJF, cujos resultados não foram disponibilizados até o fechamento do relatório em questão.

A partir da análise global das Metas Estratégicas, consolidadas na tabela anterior, podemos demonstrar o desempenho geral da estratégia da 2ª Região, relativamente aos indicadores do Painel Estratégico de TI - PETI, no exercício de 2013:

DESEMPENHO GERAL DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TI DA 2ª REGIÃO – PETI

INDICADORES	METAS 2012	Desempenho Médio (%)	METAS 2013	Desempenho Médio (%)
Metas Alcançadas	3	75%	3	75%
Metas Parcialmente Alcançadas	0	0%	0	0%
Metas Não Alcançadas	1	25%	1	25%
Total de Metas Coletadas	4	100%	4	100%

Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica/TRF2



Inicialmente, cabe explicitar que 4 (quatro) indicadores tiveram suas variáveis coletadas e informadas em 2013, o mesmo quantitativo que em 2012. O total de 11 (onze) indicadores vinculados aos objetivos estratégicos de TI foi desdobrado em 12 devido ao fracionamento do indicador – Taxa de Satisfação dos Clientes Internos da JF com as Soluções de TI (1.1 - Magistrados / 1.2 - Servidores).

Para fins de avaliação do alcance das metas do Painel Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI, foram adotados os mesmos critérios de classificação que os utilizados no Painel Estratégico da Justiça Federal - PEJF, conforme a escala de desempenho adotada pela metodologia de gestão da estratégia da Justiça Federal, anteriormente descrita.

A partir da referida escala de desempenho, verifica-se que foi apurado o alcance, em média, de 75% (setenta e cinco por cento) das metas dos indicadores do PETI que foram coletados e informados, desempenho global equivalente ao verificado no ano anterior. Não foram apuradas metas parcialmente alcançadas, sendo que as metas não alcançadas situaram-se num percentual médio de 25%.

No ano em análise, pode-se destacar o desempenho acima da expectativa apurado para a Taxa de Satisfação dos Clientes Internos da Justiça Federal com as Soluções de TI - Servidor, que superou, regionalmente, a meta projetada em 81,8%, mesmo desempenho que no ano anterior, devido à abrangência do indicador em tela para os dois anos considerados (periodicidade bianual).

Destacaram-se, ainda, os indicadores Taxa de Processos Estratégicos de Governança de TI Monitorados, com superação da meta em 16,7%, e Taxa de Solução das Solicitações dos Clientes, com superação da meta em 29,1%. O primeiro, em decorrência da implantação e monitoramento, em 2013, de mais um dos quatro processos estratégicos de governança que compõem o indicador em tela em ambas as seccionais (processos estratégicos de governança considerados: Aquisição de Bens e Serviços, Gerenciar Projetos em TI, Gestão de Contratos e Gestão de Risco). Quanto ao segundo indicador apontado, não é possível fazer uma análise comparativa do período 2012/2013, ante à impossibilidade da SJRJ de mensurar a variável em questão no ano de 2012, ao passo que os dados apurados em 2013 referem-se a todos os órgãos da 2ª Região.

As fichas da totalidade dos indicadores podem ser observadas no **Anexo I** – Matriz dos Indicadores Estratégicos da 2ª Região.



4 - PROGRAMAS E AÇÕES EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2013

4.1 - PROGRAMA: 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Objetivo: Garantir o exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

4.1.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Atividades/Projetos:

AÇÃO	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
Ação: Pagamento de Pessoal Ativo da União UO 12103: RP não processados:	182.018.341,00		179.989.728,74 2.028.612,26	
Ação: Assistência Médica e Odontológica dos Servidores, Empregados e Dependentes (1) Produto: Pessoa beneficiada (unidade) UO 12101: O valor de R\$ 3.752.693,50 foi empenhado pelo TRF 2ª Região (UO 12103) e se refere ao pagamento do Plano de Saúde dos Magistrados e servidores da Justiça Federal de 1ª Grau, cujo contrato firmado pelo TRF-2ª Região engloba as Seções Judiciárias (RJ e ES). (Dotação autorizada: R\$ 4.204.666,00). Desse total, R\$ 746.000,00 referem-se a Empenhos a Liquidar. UO 12103: RP não processados:	3.955.177,00	3.388	3.573.745,09 128.978,48	2.454 0
Ação: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Produto: Criança atendida (unidade) UO 12103: RP não processados:	1.096.400,00	200	1.021.040,45 0,00	161 0

28



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

AÇÃO	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
Ação: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Produto: Servidor beneficiado (unidade) UO 12103: RP não processados:	679.440,00	328	659.772,05 10.495,27	281 8
Ação: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Produto: Servidor beneficiado (unidade) UO 12103: RP não processados:	9.905.555,00	1.110	9.874.337,92 0	1.115 0
Ação: Assistência Jurídica a Pessoas Carentes Produto: Pessoa assistida (unidade) UO 12103: RP não processados	30.000,00	80	0,00 0,00	0 0
Ação: Comunicação e Divulgação Institucional Plano Orçamentário: Comunicação e Divulgação Institucional Produto: Matéria veiculada (unidade) UO 12103: RP não processados	57.000	765	49.500,00 5.300,00	480 0
Ação: Comunicação e Divulgação Institucional Plano Orçamentário: Rádio e TV Justiça Produto: Matéria veiculada (unidade) UO 12103: RP não processados	12.000	40	238,00 4.336,90	57 0



AÇÃO	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
<p>Ação: Julgamento de Causas na Justiça Federal</p> <p>Plano Orçamentário: Julgamento de Causas na Justiça Federal</p> <p>Produto: Processo julgado (unidade)</p> <p>UO 12101: “O valor de R\$ 10.289.755,31 foi empenhado pelo TRF 2ª Região (UO 12103) e se refere ao pagamento dos estagiários; ao pagamento do contrato de prestação de serviços de manutenção, suporte técnico e atualização dos Sistemas de Acompanhamento Processual e Sistema de folha de pagamento da Justiça Federal de 1º Grau. (Dotação autorizada: R\$ 10.290.585,36). Desse total, R\$ 1.567.888,12 referem-se a Empenhos a Liquidar”</p> <p>UO 12103:</p> <p>RP não processados:</p>	43.829.963,00	78.000	32.029.491,04 11.725.605,12	81.874 0
<p>Ação: Julgamento de Causas na Justiça Federal</p> <p>Plano Orçamentário: Capacitação de Recursos Humanos</p> <p>Produto: Servidor capacitado (unidade)</p> <p>UO 12103:</p> <p>RP não processados</p>	1.270.524,00	855	883.117,77 139.903,90	983 22
<p>Ação: Julgamento de Causas na Justiça Federal</p> <p>Plano Orçamentário: Modernização de Instalações da Justiça Federal.</p> <p>Produto: Instalação modernizada (unidade)</p> <p>UO 12103:</p> <p>RP não processados</p>	2.189.600,00	1	0,00 2.189.600,00	0 2
<p>Ação: Julgamento de Causas na Justiça Federal</p>				

30



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

AÇÃO	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
Plano Orçamentário: Funcionamento do Centro Cultural Justiça Federal Produto: Centro cultural mantido unidade) UO 12103: RP não processados	5.517.200,00	1	4.191.889,55	1
			1.254.695,60	0
Ação: Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal (E-Jus). Produto: Sistema implantado (% de execução física) UO 12101: RP não processados:	10.277.213,16		677.300,00	
			9.599.340,60	
Ação: Construção do Edifício-Sede II do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - RJ * Produto: Sede construída (% de execução física) UO 12103: RP não processados:	4.525.985,00	3%	0,00*	0
			0,00	
Ação: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos servidores públicos federais. Produto: UO 12103: RP não processados	30.223.122,00		30.016.165,72	
			56.474,94	

Fonte: SIOP/2013

*Diante dos fatores consignados no subitem 4.1.2.10, a dotação foi integralmente cancelada dentro do exercício.



4.1.2 - Resultado da Execução do Programa 0569:

4.1.2.1 - Pagamento de Pessoal Ativo da União

Durante o exercício de 2013, houve aportes adicionais no montante de R\$ 8.234.341,00, visando ao atendimento de despesas ordinárias, das despesas geradas pelas leis nº 12.771/2012 e nº 12.774/2012, que reajustaram os vencimentos de magistrados e servidores após o fechamento de Proposta Orçamentária para 2013, além do pagamento de despesas de exercícios anteriores, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 224, de 26/12/2012, do CJF, com destaque para os valores pagos parcialmente a magistrados a título de Parcela Autônoma de equivalência (decisão do CJF nos autos do Processo Administrativo – PA nº 2006160031), segundo limites estabelecidos pelo Conselho da Justiça Federal.

Ao final do exercício, foram inscritos em restos a pagar R\$ 2.028.612,26, visando a atender despesas com ressarcimento de pessoal requisitado (82,73% do montante inscrito), despesas com vencimentos e vantagens fixas, decorrentes de acertos de dezembro/2013 e reposicionamento de servidores (portaria conjunta STF nº 4/2013) e despesas com pequenos passivos. À exceção da parcela relativa aos requisitados, pois dependem do envio de documentação pelos órgãos de origem, as demais despesas não foram realizadas em face de o aporte adicional ter ocorrido em 23 de dezembro de 2013, o que dificultou a operacionalização do pagamento.

A execução de restos a pagar foi composta em sua maioria por ressarcimentos de servidores requisitados, competência 2012, além de pagamento de acertos de dezembro/2012 e pequenos passivos.

4.1.2.2 - Assistência Médica e Odontológica

Em cumprimento ao art. 230 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 9.656, de 3/6/98, e Resolução CJF nº 2, de 20/2/08, e com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10/12/97, foram alocados recursos visando assegurar aos servidores, magistrados e dependentes uma perfeita saúde física e mental para proporcionar melhor desempenho funcional e aumento na qualidade e capacidade laborativa. A atividade envolve despesas com serviços especializados de assistência médico-hospitalar, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, odontologia, serviços de assistência social e psicológica e a aquisição de equipamentos, medicamentos, vacinas, materiais de consumo e serviços de manutenção de equipamentos hospitalares e odontológicos.

Verifica-se que foram concedidos, na média aritmética, 2.454 benefícios no Auxílio Saúde e Plano de Saúde. A meta de 3.388 não foi alcançada, haja vista que, à época da elaboração da Proposta Orçamentária para 2013, segundo critério estabelecido pelo CJF, considerou-se a expectativa de que todos os servidores ativos, inativos e instituidores de pensão aderissem ao benefício, além de serem previstos 2 dependentes para cada servidor ativo e inativo. Outro fator relevante foi o fato de alguns servidores terem migrado para planos de saúde oferecidos por outros órgãos públicos, o que afastou o direito de receber o auxílio-saúde pelo Tribunal, tendo em vista ser vedada a acumulação de benefícios da mesma natureza percebidos pelos cofres públicos. Nesse sentido, embora formalmente a meta realizada tenha sido inferior, foram adotadas todas as medidas gerenciais ao pleno atendimento dos benefícios sociais, tendo sido alcançado o objetivo do programa.

No campo da valorização do servidor e no investimento nos aspectos motivacionais, foram desenvolvidos vários programas voltados para o bem-estar físico e psicossocial.

Em cumprimento ao disposto no artigo 206-A da Lei nº 8.112/90, introduzido pelo artigo 317 da Lei 11.907/09, que acrescentou a exigência de Exame Médico Periódico - EMP para



os servidores. O Tribunal convocou para o exame médico periódico, no exercício de 2013, somente os servidores Técnicos Judiciários/Segurança e Transporte, sendo realizados 58 exames. Vale ressaltar que dos 91 servidores dessa categoria funcional, lotados neste Tribunal, alguns possuem cargo em comissão, sendo por isso facultativa a realização do exame periódico.

Essa ação se conjuga a outras que objetivam proporcionar condições para o acompanhamento e a valorização do bem maior do ser humano, a saúde. Essa preocupação do legislador encontra ressonância também no fomento do clima organizacional adequado, contando com servidores motivados, satisfeitos e produtivos.

Com relação às ações executadas à conta dessa Atividade, cabe destacar:

EVENTO	BENEFICIÁRIO	QTD
Campanha de Vacinação contra o vírus Influenza	Magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço.	1.090
Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicologia	Magistrados e servidores do Quadro de Pessoal (ativo) do TRF - 2ª Região.	39*
Programa de Fornecimento de Medicamentos para Doenças Crônicas	Magistrados e servidores ativos e inativos do Quadro deste Tribunal.	182
Programa de Fornecimento de Medicamentos para Doenças Agudas	Magistrados e servidores em exercício neste Tribunal	794

*Média Aritmética (Critério Caixa)

Fonte: Planilha fornecida pelo setor de Enfermagem.

4.1.2.3 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes

Esta ação permite assegurar a assistência pré-escolar dos dependentes dos Magistrados e servidores deste Tribunal, na faixa etária de 0 a 6 anos (incluindo os excepcionais cujo desenvolvimento corresponda à idade mental relativa à faixa etária estabelecida), em cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXV, da Constituição Federal/88, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 20/12/06, no art. 54, inciso IV, da Lei nº 8.069/90, regulamentado pela Resolução nº 4/CJF, de 14/3/08.

Consigna-se que o auxílio Assistência Pré-escolar aos dependentes teve como teto o valor de R\$ 561,00, valor previsto na Portaria Conjunta nº 005/CJF, de 5/12/11, do Conselho Nacional de Justiça, dos Tribunais Superiores, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e pago através da tabela de cotas-parte dos beneficiários e do TRF-2ª Região, conforme percentual fixado na Resolução nº 4/CJF, de 14/3/08, com a redação dada pela Resolução nº 252/CJF, de 22/8/2013, e Anexo II.

Observa-se que a meta aritmética, 161 beneficiários, corresponde a número menor que a meta estabelecida na LOA (200). O fato de a meta atingida ter sido inferior àquela estabelecida na LOA decorreu das seguintes circunstâncias: ingresso de novos beneficiários inferior ao inicialmente previsto e exclusão de crianças cadastradas por atingirem a idade limite. Convém salientar, no entanto, que o objetivo da ação foi alcançado, uma vez que todos aqueles que requereram o benefício foram atendidos.



4.1.2.4 - Auxílio-Transporte aos Servidores

Trata-se de prestação de benefício transporte, sob a forma de pecúnia, em caráter indenizatório ao servidor ativo, permitindo, assim, o auxílio no custeio das despesas com deslocamento do servidor da residência aos locais de trabalho.

O benefício encontra amparo na Medida Provisória nº 2.165-36, de 23/8/01, publicada no D.O.U. de 24/8/01; Resolução nº 4/CJF, de 14/3/08 e Resoluções nº 12/TRF, de 22/9/00 e nº 28/TRF, de 18/10/01.

O quantitativo apurado (281) foi inferior à meta prevista (328), em virtude de exonerações, falecimentos e aposentadorias ocorridas no período. Registra-se, ainda, que o benefício não se tornou vantajoso devido às alterações de residência ou licenças, ausências e afastamentos, uma vez que o desconto de 6% ficou acima do gasto mensal com passagens. Todavia, assinala-se que o objetivo da ação foi atingido, uma vez que todos aqueles que requereram o benefício foram plenamente atendidos.

4.1.2.5 - Auxílio-Alimentação aos Servidores

Esta atividade refere-se à prestação de benefício alimentação sob a forma de pecúnia, pago no mês anterior ao da competência do benefício, nos termos do disposto no art. 22 da Lei nº 8.460, de 17/9/92, com a redação dada pelo art. 3º da Lei nº 9.527, de 10/12/97, sendo regulamentada para servidores através da Resolução nº 4/CJF, de 14/3/08 e Resolução nº 10/TRF, de 4/4/05, e para magistrados conforme Resolução nº 175/CJF, de 16/12/11.

Valor mensal de R\$ 710,00, concedido para o período de 20/12/11 a 31/12/13, conforme Portaria Conjunta nº 005, de 5/12/11, do Conselho Nacional de Justiça, dos Tribunais Superiores, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Verifica-se que, pela média dos doze meses, a meta de 1.110 foi superada (1.115), alcançando-se o objetivo, pois foram atendidos todos os servidores que requereram o benefício. Ressaltamos que, à época da elaboração da Proposta Orçamentária para 2013, segundo critério estabelecido pelo CJF, considerou-se o quantitativo de servidores inscritos no benefício.

4.1.2.6 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

A Ação visa assegurar o acesso da população carente à assistência jurídica integral e o pleno exercício dos direitos e garantias individuais e coletivos previstos no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e envolve despesas com pagamento de honorários a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais nomeados para a prestação desses serviços.

No exercício de 2013, não foram apresentadas demandas de assistência jurídica gratuita ao TRF-2ª Região, não havendo, portanto, execução física e orçamentária à conta desta ação.

4.1.2.7 - Comunicação e Divulgação Institucional

No exercício de 2013, houve veiculação de 537 matérias associadas à execução orçamentária da ação em tela. Embora a meta prevista não tenha sido atingida, foram veiculadas outras 958 matérias sem custo relacionado à dotação, seja em instrumentos internos ou através de impressos, TV, rádio e *Internet*.



A inscrição em Restos a Pagar permitirá o pagamento do contrato que assegura a continuidade dos serviços de TV Corporativa do TRF-2ª Região e a aquisição de componentes necessários ao adequado funcionamento da câmera filmadora utilizada na produção de matérias televisivas sobre atividades e iniciativas do Tribunal, veiculadas através do canal TV Justiça.

4.1.2.8 - Julgamento de Causas

Os recursos alocados nesta ação foram utilizados para viabilizar as condições necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços prestados nas áreas judiciárias e administrativas, garantindo a efetividade da prestação jurisdicional.

Como resultado da atividade jurisdicional do TRF-2ª Região em 2013, foram julgados 81.874 processos, ultrapassando a meta prevista (78.000) em 3.874 feitos (aproximadamente 5%). Esses dados estatísticos evidenciam que o total de processos julgados no ano superou em 34% o de processos ingressados, que totalizaram 61.160 feitos.

O panorama da produtividade dos magistrados de 2ª instância da Justiça Federal da 2ª Região manteve-se com pequena variação, se comparados os exercícios de 2012 e 2013. Essa aproximação do quantitativo efetivamente julgado com os números estimados revela a austeridade e a dedicação da força de trabalho que, conjugadas, são capazes de traçar o perfil da prestação jurisdicional como célere e de qualidade, objetivo precípuo da visão institucional. O detalhamento dos dados estatísticos encontra-se no Anexo III.

No campo dos processos eletrônicos, a fim de padronizar o trâmite processual entre as Seções Judiciárias e o TRF-2ª Região, emitimos: a Nota Técnica nº 01/2013, que orienta sobre os procedimentos que os órgãos devem adotar, no sistema eletrônico, para possibilitar a correta informação da tramitação do processo na 2ª instância; a Nota Técnica nº 02/2013, que objetiva evitar a dupla e indevida tramitação dos feitos eletrônicos na 1ª instância e no TRF-2ª Região; e a Nota Técnica nº 03/2013, que regula o envio e o trâmite eletrônico de conflitos e declínios de competência a serem processados originariamente em 2ª Instância.

No tocante ao gerenciamento de matérias judiciárias, diante da necessidade de otimização do controle de convênios judiciários, criamos a Seção de Controle de Convênios Judiciários - SCCJUD, por intermédio da Resolução nº TRF2-RSP-2013/00040, de 19/9/2013.

No campo de gestão de pessoas, consignamos que, em 31/12/13, a força de trabalho deste Tribunal contava com 32 Magistrados (sendo 8 convocados) e 1.271 servidores, totalizando 1.303 pessoas (*vide* Anexo II – Demonstrativo da Força de Trabalho).

Na mesma data, o TRF-2ª Região dispunha de 266 estagiários e as Seções Judiciárias vinculadas, de 919, compreendidos os níveis superior e médio, assim distribuídos:

Quantitativo de Estagiários na Justiça Federal da 2ª Região

POSIÇÃO EM 31/12/13			
ESTAGIÁRIOS	NÍVEL SUPERIOR		
	TRF2	SJRJ	SJES
ÁREA – FIM	90	614	105
ÁREA – MEIO	75	54	10
TOTAL	165	668	115



POSIÇÃO EM 31/12/13			
ESTAGIÁRIOS	NÍVEL MÉDIO		
	TRF2	SJRJ	SJES
ÁREA – FIM	35	7	-
ÁREA – MEIO	66	98	31
TOTAL	101	105	31

Fonte: Planilhas fornecidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas e EMARF .

Em 1/8/13, autorizamos o aumento da Bolsa-auxílio de nível superior de R\$ 660,00 para R\$ 726,00 e de nível médio de R\$ 396,00 para R\$ 435,60.

No intuito de melhorar o desempenho das atividades judiciárias, investimos na contratação para fornecimento de itens bibliográficos, tanto em papel, quanto em meio eletrônico. A ação proporciona ferramenta precioso aos operadores de Direito, sejam estes magistrados ou servidores do Órgão, sejam advogados, estagiários e comunidade jurídica em geral, além de garantir o acesso do cidadão a obras de referência no campo jurídico.

Nesse sentido, empenhamos recursos, no valor de R\$ 64.319,60, na aquisição de códigos, legislações comentadas, doutrina e livros técnicos, para atualização dos Gabinetes, Secretarias e Divisão de Biblioteca.

Na esfera do Projeto Biblioteca Digital, a Divisão de Biblioteca, em parceria com o Núcleo de Digitalização - NUDIG, começou a digitalização das obras raras em domínio público, com acesso através do SOPHIA. Foram digitalizados, aproximadamente, 180 títulos.

Impende anotar a homologação da migração de, aproximadamente, 16.422 atos para o Sistema Sophia.

Renovamos a assinatura da Biblioteca Digital Forense, no valor de R\$ 53.100,00, que oferece 100 acessos simultâneos para toda a Justiça Federal da 2ª Região – JF-2ª Região, aí incluídos magistrados e servidores, disponibilizando, digitalmente, 571 títulos da editora e a coleção completa da Revista Forense.

Também adquirimos a base jurídica *online VLex*, ao custo de R\$ 33.165,00, contendo mais de 1.800 livros jurídicos, *e-books*, dicionários, 1.600 títulos de periódicos (nacionais e internacionais), legislação e jurisprudência. A base *Vlex* possui um tradutor para 13 línguas e está disponível para todos os servidores e usuários das Bibliotecas da JF-2ª Região, através de acesso ilimitado pela *Intranet e Internet*.

Ainda na área da mídia digital, compramos 350 livros eletrônicos (*e-books*), que serão oferecidos aos usuários mediante leitores eletrônicos, que têm capacidade para até 1.500 livros eletrônicos, cada um. Com esta ação, alcançamos o objetivo pioneiro, entre os demais Tribunais Regionais, de inserir os usuários da Biblioteca do TRF-2ª Região em um novo contexto de leitura moderna, facultando acesso a uma vasta gama dos melhores títulos eletrônicos de Direito disponíveis no mercado editorial.

A Renovação da assinatura do DOINET-Diários Oficiais *on line* trouxe como novidade, no exercício de 2013, uma funcionalidade que permite a pesquisa avançada na base do Diário Eletrônico da JF-2ª Região. Assim, a partir de determinada palavra, facultar-se a qualquer cidadão a realização de busca textual ou numérica ilimitada em todas as edições do e-DJF2R, publicadas no período de nov/2009 até os dias atuais. O valor da contratação foi de R\$ 44.175,00.



De igual modo, com o objetivo de dotar este Regional das informações relevantes ao desenvolvimento de nossas atividades, executamos os valores referentes à renovação/aquisição de 54 títulos de periódicos (revistas técnicas e informativas), no montante aproximado de R\$ 90.000,00.

Dados comparativos sobre aquisição de material bibliográfico do biênio 2012/2013

	2012	2013
Livros / Exemplares	366	840
Periódicos / Assinaturas	58	54
Assinatura Digital / Diários*	16	18
Acervo Digital / Títulos **	571	2.371

Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação do TRF-2ª Região *Das 18 assinaturas, 16 são Diários Oficiais, 1 Revista Forense Digital, além da base VLex, que possui 1.600 títulos. ** Inclui bases digitais Forense e VLex.

Apontamos que o acervo bibliográfico contabiliza, em seu banco de dados do sistema automatizado SOPHIA, os seguintes números:

- 9.629 títulos de livros/folhetos, que correspondem a 13.467 exemplares;
- 618 títulos de periódicos, que correspondem a 36.688 fascículos;
- 23.387 mídias digitais;
- 51.425 atos normativos;
- 301 títulos de DVD (502 exemplares).

Ressaltamos que o aumento significativo, pelo segundo ano seguido, de objetos digitais cadastrados no Sophia, decorreu da descontinuidade do NXT4, sistema de busca anterior.

No que tange ao alinhamento institucional, consignamos que as equipes das Bibliotecas do TRF-2ª Região, SJRJ, SJES e CCJF promoveram ações de integração, com o escopo de unificar as aquisições, especificar os dados técnicos, padronizar as normas, ampliar e aperfeiçoar os serviços e, por último, promover a transferência física da Biblioteca da SJRJ para o Tribunal.

No domínio das ações de fomento à cultura e responsabilidade social, a Biblioteca, em parceria com a Seção de Gestão Ambiental – SEGEST, recebeu, aproximadamente, 80 alunos do Instituto Benjamin Constant, com deficiência visual. Esta ação pretendeu divulgar e disponibilizar o espaço com recursos acessíveis da Biblioteca do Tribunal, alinhado com a orientação do CNJ, que incentiva a promoção de iniciativas de inclusão social.

No exercício findo, a Divisão de Biblioteca contabilizou 19.930 atendimentos, englobando consultas, empréstimos, pesquisas, orientações e demais serviços oferecidos na Sala de Leitura. Nesse contexto, o quantitativo de usuários que frequentou a Biblioteca foi de aproximadamente, 15.124 usuários.



Dados comparativos sobre o atendimento prestado no biênio 2012/2013

Serviços Prestados\ Ano	2012	2013	Varição
Gabinetes	8173	8451	+ 3,31%
Secretarias	2960	1791	- 39,49%
Advogados	2572	1884	- 26,75%
Orientações *	1046	1080	+ 3,25%
Diversos	1907	1815	- 4,82%
Sala de Leitura	4832	4909	-1,59%
Total	21.490	19.930	- 7,26%

Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação do TRF-2ª Região.

* Tendo em vista que muitos funcionários que utilizam os serviços da Biblioteca para estudo de caráter pessoal estão também, de certa forma, trazendo benefícios às atividades desenvolvidas em seus setores de trabalho, este item passou a ser contabilizado.

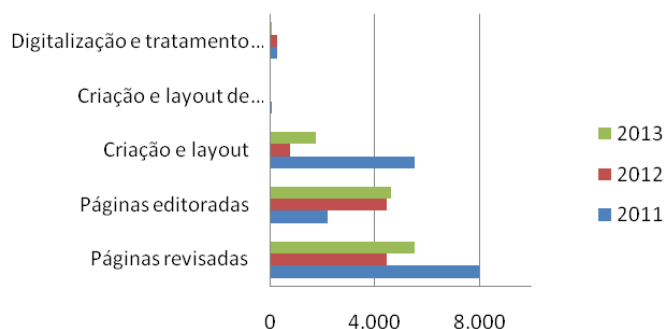
Na área de Produção Gráfica e Editorial e WEB, a Subsecretaria de Produção Visual – SPRO, instituída pela Resolução TRF2-RSP-2013/00038, encetou trabalho de uniformização das apresentações visuais e de melhoria dos seus processos de trabalho, com foco na valorização da imagem institucional. Para tanto, iniciou os projetos de criação do *portfólio* de peças institucionais (*design* institucional) e de padronização das apresentações oficiais (*prezi/powerpoint*), bem como de revisão do processo de atendimento das solicitações pelos setores da SPRO (fluxo de trabalho).

Além disso, focou os serviços de criação, impressão e acabamento, das seguintes publicações e impressos, no exercício de 2013: Boletim Interno, Habeas Data, Revista da SJRJ, Revista EMARF, Revista de Fenomenologia da EMARF, Relatório de Gestão, Relatório de Atividades, Folder Conhecendo a justiça SJRJ, Campanhas de saúde bucal e Encontro de Gestores 2013, ambos da SJRJ, folders mensais e institucionais para CCJF, material didático para o CAE, convites e sinalizações para solenidades, crachás (TRF-2ª Região, SJRJ e SJES), folders, cartazes e banners de divulgação do CCJF/ES, cartazes para divulgação de aquisições de livros da biblioteca, cartazes e apostilas para os cursos oferecidos pelo setor de capacitação, dentre outros.

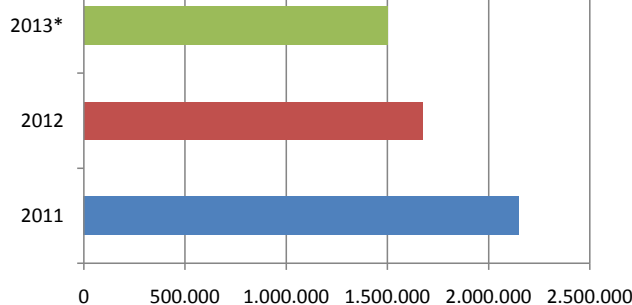


Gráficos – Dados comparativos dos principais serviços gráficos prestados 2011/2012/2013

SEPROV - Seção de Programação Visual



SEPROD - Seção de Produção Gráfica
Impressões em off-set (páginas)



De outro giro, a Coordenadoria de Disseminação e Governança de Informações na Web – CODGIN entabulou a definição e construção da nova infraestrutura ferramental para construção dos portais de *Internet* e *Intranet*, com vistas a disponibilizar uma solução *web* descentralizada e a atender aos requisitos de acessibilidade, responsividade e usabilidade. No particular, foram desenvolvidos alguns *sites*, ainda que, a princípio, de forma isolada. Dentre eles, destacam-se: os *sites* de Acesso à Informação, Biblios Digital, *Com-par-trilhando* e Eventos, tendo o primeiro recebido mais de 100 mil visitas em 2013.

Em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação-STI, foi reorganizada a infraestrutura de *servidores* da nova solução do portal, principalmente no que se refere à definição das políticas de *backup* e retenção, além da criação de novos ambientes. Principiou-se, ainda, a definição da nova sistemática para gestão de usuários para acesso aos *sites* restritos, bem como a análise de vulnerabilidades de segurança descobertas.

Com o advento da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), a CODGIN voltou suas atenções para as demandas tecnológicas que sobrevieram à lei. Após adesão à utilização do sistema *eSic*, desenvolvido pela Controladoria Geral da União, desenvolveu, em conjunto com a STI, a customização para uso no TRF-2ª Região, e, internamente, a homologação do sistema.



Ainda na mesma seara, foi contratada empresa especializada em sistemas de gestão documental, a fim de avaliar o SIGA-Doc, desenvolvido pela SJRJ. A empresa elaborou relatório sustentando que o SIGA-Doc atende a grande parte dos requisitos do MOREQ JUS e que suas funções estão estruturadas segundo os princípios em que o sistema foi construído, realizando ações de controle do(s) documento(s) e/ou seu trâmite estabelecido para o(s) Expediente(s) e Processo(s). Constatou, porém, que os itens que necessitam de melhoria dependem da implantação, na JFRJ, do Programa de Gestão de Documentos, a fim de definir as exigências necessárias para garantir a produção de documentos autênticos, fidedignos, íntegros e acessíveis. Tal diagnóstico ensejou a contratação de capacitação da equipe de gestão documental do TRF-2ª Região, com a primeira etapa realizada em 2013, para que se efetivem os melhoramentos cabíveis.

Importante mecanismo gerencial na celebração de parceria, efetivamos o Convênio entre esta Corte e a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ para utilização do *ICA-Atom*, software desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos. O Sistema vai promover o tratamento do acervo permanente com base em regras de descrição arquivística adotada em nível internacional. Isso permite a divulgação do acervo documental e o intercâmbio de informações entre as instituições detentoras de acervo desta natureza. Além disso, é assegurada a divulgação do acervo via *web*. Por seu turno, a FIOCRUZ está adotando o SIGA como sistema de gerenciamento dos seus documentos correntes, com ênfase na Gestão Documental.

Frisamos que houve recuperação dos registros audiovisuais contidos em 347 fitas mini dv para mídias pesquisáveis. Os registros foram gravados em HD externo e em DVDs. Os respectivos DVDs encontram-se disponíveis para consulta no Arquivo e os HDs foram encaminhados à STI para guarda, manutenção e armazenamento dos dados em *servidor* que garanta a preservação. Esse acervo irá compor o repositório digital da memória institucional do TRF- 2ª Região.

No âmbito da Jurisprudência, citam-se, entre outras, as seguintes atividades:

- Divulgação do novo Portal de Jurisprudência e capacitação de servidores e estagiários para a pesquisa.
- Através de um modelo de Contratação de soluções de TI, foi elaborada especificação para adoção do GSA, e não mais do Artemis, para que a alimentação da base seletiva contemplasse, além da Jurisprudência do TRF-2ª Região, a das Turmas Regionais de Uniformização de Jurisprudência TRUJ e a das Turmas Recursais. Esta nova contratação, além ampliar a pesquisa qualitativamente, conta com funcionalidade para a seleção automática das ementas, aumentando sua eficiência, e fazendo com que a inclusão da Jurisprudência das Turmas Recursais na 1ª instância não precise alocar mais equipamentos e sistemas de informática, treinamento e recursos humanos.
- Desenho de uma Prova de Conceito – POC para avaliar a funcionalidade mencionada acima, testando não só o seu funcionamento, mas também as alterações nos quantitativos selecionados em comparação com o antigo formato de seleção.
- Ampliação do escopo da nova contratação do Portal de Jurisprudência, para que, além da Jurisprudência dos colegiados, seja incluída a pesquisa nas bases de Sentenças, de Jurisprudência Administrativa e de Atos Normativos.



Nas ações relacionadas a atendimento ao Cidadão, a Seção de Atendimento ao Cidadão-SECACI, integrada no organograma da SED/SDOC, vem representando um importante papel na relação entre Estado e sociedade, uma vez que está encarregada de prestar o Serviço de Informação ao Cidadão- SIC, instituído pela Lei nº 12.527/2011, regulando o acesso à informação previsto nos artigos 5º, inciso XXXIII; 37, § 3º, inciso II, e 216, § 2º, da Constituição Federal.

Com efeito, a Lei de Acesso à Informação inaugura, no plano formal, aquilo que o TRF-2ª Região já materializava, a saber: o fornecimento e transparência das informações relacionadas ao Órgão.

Neste sentido, foi lançada em 2013 a página do Tribunal destinada a atender os requisitos da citada lei, visando à gestão transparente da informação e assegurando amplo acesso a ela e sua divulgação.

No exercício de 2013, foi efetuada ainda a adesão ao sistema *e-Sic*, desenvolvido pela Controladoria Geral da União, e a sua customização ficou a cargo da CODGIN e da STI, tendo previsão de início de utilização para abril de 2014.

A seguir, encontram-se os dados relativos ao atendimento ao cidadão:

Dados comparativos sobre o Atendimento da Jurisprudência no biênio 2012/2013

Atividades \ Ano	2012	2013	Varição
Pesquisa	10.534	4.123	-60,87%
Informações Processuais	43.925	56.601	22,40%

Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação do TRF – 2ª Região

Ao demais, distinguimos a importância dos servidores designados como gestores de contrato. O acompanhamento e a fiscalização, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/93, garantem a prestação de serviços com qualidade e em estrita observância às especificações constantes dos editais.

Sob a perspectiva das contratações em geral, salientamos que, no exercício de 2013, foram efetivadas 599 contratações, compreendendo, inclusive, as Notas de Empenho substitutivas de contratos, na forma do artigo 62 da Lei nº 8.666/93. Ressalvamos que não foram computados os eventuais aditamentos.

Do descumprimento contratual resultou o recolhimento de multas ao erário no valor global de R\$ 4.258,92, bem como o encaminhamento de expediente à Procuradoria da Fazenda Nacional, para inscrição de débitos na Dívida Ativa da União no valor de R\$ 32.359,07.

A Administração, desde o advento do pregão eletrônico, vem investindo neste procedimento, que repercute positivamente com expressiva economia no preço final, haja vista o seu caráter negocial. Considerada a relação custo previsto/valor homologado, a realização do pregão, em sua forma eletrônica, apresentou uma redução na expectativa de despesa, em média, de 17%. O impacto no exercício de 2013 representou uma economia de R\$ 6,9 milhões.

A Administração adotou, observado o devido planejamento, as ações voltadas à preservação do complexo predial que abriga este Tribunal. É dever do Gestor público a aplicação dos recursos necessários à conservação e manutenção das instalações prediais, de forma a manter o adequado funcionamento.



Para consecução desse objetivo, foram contratados, entre outros, os seguintes objetos:

- Aquisição de material elétricoR\$ 62.487,50

Resultado alcançado: Garantia da operacionalidade plena dos sistemas elétricos do prédio (incluindo rede elétrica comum e estabilizada), que mantém todos os demais sistemas (de refrigeração, de hidráulica, de informática etc.) em funcionamento.

- Aquisição de material eletroeletrônicoR\$ 65.221,68

Resultado esperado: Manutenção da operacionalidade plena do sistema de supervisão e automação predial, proporcionando, assim, a operação remota dos sistemas elétricos, hidráulicos e de refrigeração, racionalizando o consumo e reduzindo gastos de energia elétrica.

- Aquisição de baterias estacionárias seladas R\$ 137.522,00

Resultado alcançado: Manter a plena funcionalidade do sistema de energia de emergência dos *no-breaks*, em razão do fim da vida útil das baterias instaladas, garantindo, em face de eventual falta de energia da rede comercial, o tempo necessário para salvar trabalhos em andamento, e, principalmente, mantendo a energia estabilizada mesmo com a ocorrência de variações de tensão decorrentes de descargas atmosféricas.

- Remanejamento e instalação de divisóriasR\$ 78.817,80

Resultado esperado: Melhoria na distribuição espacial do prédio e adequação do espaço de trabalho dos setores às suas atividades com a instalação de divisórias, otimizando, dessarte, os processos de trabalho a serem desenvolvidos pelos usuários.

- Aquisição de normas técnicas R\$ 60.950,00

Resultado alcançado: Manter o setor técnico atualizado com as orientações das normas brasileiras regulamentadas pela ABNT, em especial, na sua aplicação a reformas, obras e manutenções.

Selecionamos a contratação de alguns objetos ao longo do exercício de 2013, a saber:

- Aquisições de 19 (dezenove) veículos automotores, sendo quinze do tipo sedan pertencentes ao grupo “B” e quatro do grupo “E”R\$ 890.900,00

Resultado esperado: Renovar, parcialmente, a frota oficial de veículos, reduzindo, assim, custos com manutenção, bem como a idade média da frota oficial.

- Fornecimento e instalação de mobiliárioR\$ 64.400,00

Resultado esperado: Proporcionar melhorias nas condições de organização do trabalho e também no que se refere à postura e à ergonomia.

- Aditamento à execução dos serviços de reforma do prédio da rua Visconde de InhaúmaR\$ 92.300,31.

Resultado esperado: Melhoria das condições de segurança do prédio, através da impermeabilização do telhado e cobertura do mesmo, da substituição das esquadrias e da melhoria das instalações prediais (elétrica e hidráulica), visando à adequação do espaço ao uso pelo TRF-2ª Região. Com a reforma do prédio, será possível ampliar a área deste Tribunal.



No campo das rotinas aplicadas a materiais, salientamos que tanto as ações voltadas à aquisição e à manutenção de bens, quanto às de desfazimento devem seguir a pauta das melhores práticas gerenciais. Para um planejamento adequado do espaço e da atualização de alguns bens, dada a vida útil de diversos equipamentos, impõe-se o acompanhamento da matéria, de forma a promover a minimização de gastos e intercâmbio entre as unidades gestoras, de forma a garantir que um bem ocioso em um órgão possa ser utilizado em outro, em fina sintonia com a sustentabilidade.

Nesse passo, mencionamos a transferência de equipamentos de informática à Seção Judiciária do Espírito Santo; a doação de veículos ao 12º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado, à Prefeitura Municipal de Corguinho e à Prefeitura Municipal de Paty do Alferes; e a doação de equipamentos de informática para a Associação Ecológica Piratingaúna e a Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek. Decerto, que os atos de transferência e doação contribuem para a importância da reutilização de materiais, alinhando austeridade da gestão pública e compromisso com a agenda ambiental.

A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, criada pelo Ministério do Meio Ambiente, foi instituída, no âmbito do segundo grau de jurisdição da JF-2ª Região, pela Portaria nº 131/2006 da Secretaria Geral. A A3P do TRF-2ª Região visa a difundir ideias de conscientização coletiva, com foco nos seguintes objetivos:

- ✓ minimizar os impactos negativos causados ao meio ambiente pelas atividades operacionais e administrativas da instituição;
- ✓ estimular a geração de economia de recursos naturais e institucionais (uso racional de bens de consumo, redução dos gastos públicos e adequada gestão de resíduos);
- ✓ estimular a prática dos 3 Rs: REDUZIR, REUTILIZAR e RECICLAR.

Para materializar a pauta dessas metas, a Seção de Gestão Ambiental – SEGEST realiza ações socioeducativas permanentes que proporcionam uma maior conscientização ambiental (público interno e externo), de forma a propagar critérios de cidadania mais amplos, contribuindo para o cumprimento do preceito instituído pelo art. 225, parágrafo primeiro, VI, da Carta Magna.

Destacamos, em relação ao exercício de 2013, a elaboração de novos projetos de educação ambiental e parcerias multissetoriais.

O Projeto ReCorte Ambiental possui como foco ‘plantar a semente’ de um paradigma mais sustentável (implementação de referenciais de sustentabilidade na gestão pública), bem como promove a integração do Judiciário com a sociedade em geral e, sobretudo, com o público infanto-juvenil, na intenção de servir como facilitador na formação de cidadãos mais plenos.

O Projeto SustentAÇÃO Itinerante, diferente do projeto anterior, pretende atender a parcela da sociedade destituída de recursos para o deslocamento até a Corte. Nesses termos, é a SEGEST que vai até os segmentos sociais (movimento inverso), visando a servir como canal de promoção de educação socioambiental.

Nesse diapasão, a SEGEST recebeu alunos de algumas instituições de ensino e promoveu visitas a escolas, com o fito de disseminar as boas práticas aplicáveis à sustentabilidade.

Em parceria com a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região e com o Núcleo de Comunicação Social da Justiça Federal do Rio de Janeiro, a SEGEST participou da palestra para agentes comunitárias da Cidade de Deus, que faz parte do projeto “Justiça Comunitária”, criado pela Secretaria de Estado de Ação Social e Direitos Humanos - SEASDH.



Ainda com relação a esse segmento, destacamos a *V Semana do Meio Ambiente*, oportunidade em que foi organizada, no auditório desta Corte, a Mesa Redonda *Análise Jurídica e Social da Política Nacional de Resíduos Sólidos*, contando com a presença de diversas autoridades.

Em junho de 2013, concretizamos o descarte e destinação ambientalmente corretos de cerca de 11 toneladas de resíduos sólidos perigosos e não perigosos – como lâmpadas fluorescentes, resíduos químicos, reatores, baterias, *tonners*, etc, através da contratação de empresa especializada e licenciada para tanto.

O montante de materiais recicláveis recolhidos durante o presente exercício foi de 16,36 toneladas.

No domínio da tecnologia de informação, importa pontuar que adquirimos coletores de dados, microcomputadores, *tablets*, monitores, impressoras térmicas, *notebooks*, mídias para *backup*, suprimento de rede, assim como executamos melhorias na conectividade *Internet*, redundância para sistema de consulta processual e fábrica de *software*.

O conjunto dessas contratações ambiciona modernizar o ambiente computacional dos magistrados (com aquisição de *notebooks*) e dos funcionários; a manutenção do funcionamento do serviço de rede e a melhoria de sistemas (manutenção, evolução e criação de novos sistemas). Esclarecemos que os *tablets* foram adquiridos com o propósito de permitir a assinatura eletrônica em dispositivo móvel pelos magistrados, agilizando, destarte, a prestação jurisdicional.

Sob a perspectiva dos recursos arrecadados pela JF-2ª Região, sublinhamos que a receita global ultrapassou o patamar de R\$ 6 bilhões. Logo, apura-se que os valores recolhidos ao Tesouro, a cargo das Unidades da JF-2ª Região, montam a mais de 5 vezes o valor das despesas para a manutenção do TRF-2ª Região, da SJRJ e da SJES.

R\$

Arrecadação Justiça Federal da 2ª Região		
ESPÉCIE	ÓRGÃO	VALOR
CUSTAS JUDICIAIS	SJRJ	8.823.166,84
	SJES	1.310.547,72
	TRF-2ª Região	123.018,93
SUBTOTAL		10.256.733,49
FAZENDA NACIONAL	DÍVIDA ATIVA	3.667.713.093,44
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	FGTS	
DEPÓSITOS JUDICIAIS*	Antes da Lei nº 9.703/98	
	Após a Lei nº 9.703/98	2.616.184.655,12
SUBTOTAL		2.616.184.655,12
TOTAL		6.294.154.482,05

Fontes:

1 - Custas Judiciais - Dados do SIAFI.

2 - Fazenda Nacional - Relatório da PRFN - 2ª Região e da Caixa Econômica Federal

Fazenda Nacional - Relatório da PRFN - 2ª Região: Arrecadação da Dívida Ativa + Conversão de Depósitos Judiciais em Renda da União.

Pendente FGTS

3- Depósitos Judiciais - Relatório Encaminhado pelo CJF.

* Utilizada Arrecadação Bruta



As despesas de operação e manutenção da JF-2ª Região corresponderam a cerca de 17,66% dos recursos arrecadados ao Tesouro como fruto de nossas atividades, fato que se destaca na gestão do Tribunal e Seções no exercício de 2013.

Despesas Operacionais Justiça Federal da 2ª Região	
Unidades	Valor (R\$)
TRF-2ª Região	279.833.028,80
Seções Jurisdicionadas (SJRJ e SJES)	831.934.338,72
TOTAL	1.111.767.367,52

Observações/Considerações:

¹⁾ O critério de apuração levou em conta as despesas empenhadas;

²⁾ Excluídas as despesas com inativos e pensionistas, com projetos e os valores relativos a Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor

A partir de 2013, foram suprimidas três ações que passaram a integrar a atividade 4257 (Julgamento de Causas na Justiça Federal) sob a forma de Planos Orçamentários – POs. São elas: 1136 (Modernização de Instalações da Justiça Federal), 4091 (Capacitação de Recursos Humanos) e 8417 (Funcionamento do Centro Cultural da Justiça Federal). Dessa forma, embora tais ações não constem da LOA 2013, suas respectivas programações tiveram continuidade no exercício de 2013, por intermédio dos POs 0002, 0003 e 0005 da ação 4257.

4.1.2.8.1 - Plano Orçamentário (PO) - Capacitação de Recursos Humanos

Os recursos alocados nessa Atividade destinam-se à execução de despesas com a qualificação dos magistrados e servidores para reciclagem e aprimoramento de seus conhecimentos, envolvendo a realização e participação em cursos, treinamentos, seminários, palestras e outros eventos do gênero, nas áreas jurídica, administrativa, tecnológica, comportamental e afins.

A atividade em tela se reveste de relevância na conquista de instrumental moderno e atualizado, por parte de Magistrados e servidores, de forma a que a prestação de nossos serviços alcance a excelência almejada pela sociedade.

Considerando os esforços da Administração para promover o aperfeiçoamento de sua força de trabalho, conforme dispõe o art. 39, § 2º da Constituição Federal e a Lei nº 11.416, de 15/12/2006, verifica-se que, a cargo da Divisão de Capacitação de Recursos Humanos, o número de servidores treinados em 2013 foi de 810 (sendo 793 com ônus e 17 sem ônus). Deve ser acrescida ao quantitativo a parcela correspondente a 190, relativa ao treinamento de magistrados da Justiça Federal da 2ª Região. O montante perfaz 983 treinandos com ônus no exercício de 2013.

Portanto, a meta constante na Proposta Orçamentária – 855 servidores – foi superada em 15%, segundo o critério de se contabilizar cada servidor capacitado uma única vez, mesmo que tenha participado de mais de um curso.

O quantitativo apurado da meta de treinandos com ônus pode ser explicado pela participação cada vez maior de servidores, contados uma única vez, nas ações de capacitação, o que demonstra o interesse na qualificação profissional. Também evidencia a busca de melhor eficiência na contratação de cursos, denotando melhor aproveitando da verba destinada para capacitação.



Este Tribunal dispõe, na função de gerente, de 380 servidores - sendo 168 cargos em comissão (CJ) e 212 funções comissionadas (FC), tendo sido treinado o quantitativo de 128 gerentes, o que representa, aproximadamente, 33,68% desses servidores. Certamente, a Lei nº 11.416/2006 reforçou o próprio espírito do treinamento, alinhando a motivação, a valorização do esforço pessoal e o foco principal no capital intelectual.

Observa-se que o total de 810 treinados na Área de Recursos Humanos representa cerca de 63,72% da Força de Trabalho deste Tribunal, em 31/12/13 (1.271 servidores ativos). Analisando-se todos os treinamentos realizados pelos servidores, apura-se um total de 1.417 capacitados, o que demonstra que os servidores, em média, participaram de um a dois eventos no ano.

Destacamos que serão capacitados 22 servidores à conta de valores inscritos em Restos a Pagar.

4.1.2.8.2 – Plano Orçamentário (PO) - Modernização de Instalações da Justiça Federal

AÇÃO: PROJETO	Dotação	Execução
	Autorizada	Liquidado
Ação: Modernização de Instalações na Justiça Federal.	R\$ 2.189.600,00	R\$ 0,00
UO 12103		

RESTOS A PAGAR

Foram inscritos R\$ 2.189.600,00 em Restos a Pagar.

Os recursos foram destinados às ações, que tiveram por objetos a prestação de serviços de reforma do Prédio da Rua Visconde de Inhaúma, nas demandas de obras nas estruturas civis e no sistema de refrigeração, e na reforma de 2 andares do Edifício-Sede do TRF-2ª Região.

Justificando a inscrição do valor em Restos a Pagar, cumpre esclarecer que os projetos executivos foram realizados pelo corpo técnico do TRF-2ª Região e necessitaram de diversas modificações, em função da complexa logística dos serviços. O tempo exigido para a conclusão do termo de referência, seus ajustes, análise jurídica prévia e processamento do certame, somente ocorreram no final do terceiro trimestre do exercício. Após a celebração do contrato, ocorrida próxima ao final do exercício objeto do relatório, seguiram-se as etapas de legalização das intervenções a serem executadas no prédio da Rua Visconde de Inhaúma.

O tempo exigido pela Prefeitura para autorizar a impermeabilização e reparo da cobertura, aliado ao período necessário para o completo trâmite dos processos administrativos, anteriores à contratação, contribuíram para que a reforma não pudesse ter tido uma execução física e consequentemente financeira em 2013.

Devido aos fatores acima elencados, as ações serão concluídas em 2014 à conta de Restos a Pagar.



4.1.2.8.3 - Plano Orçamentário (PO) - Funcionamento do Centro Cultural Justiça Federal

O papel fundamental da arte, da cultura e da história na construção da identidade nacional é reconhecido pela Constituição de 1988. A Lei Magna determina que é dever do Estado garantir aos cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. Entre outras atribuições, compete ao Estado preservar o patrimônio histórico e apoiar e incentivar a instituição de espaços culturais.

Este Regional tem plena consciência da importância de um espaço como o Centro Cultural, para o fomento de ideias, intercâmbio cultural, disseminação do saber em seus mais variados matizes. Assume-se, portanto, efetiva responsabilidade no campo sociocultural, de forma a promover cultura, garantindo a expressão do pensamento e a democratização do acesso a diversas manifestações culturais.

Não se deve esquecer da complexa e desafiante missão do CCJF, que é a de oferecer um canal de fruição cultural à sociedade brasileira – em especial à população carioca –, respeitando a pluralidade de nossas manifestações culturais, em consonância com os preceitos constitucionais que asseguram o direito à cultura.

A visitação em 2013 recebeu 146.035 (cento e quarenta e seis mil e trinta e cinco) visitantes ao longo do ano. O *site* do CCJF teve um total de 56.932 acessos.

O CCJF abrigou nesse período 325 (trezentos e vinte e cinco) projetos diversos, que promovem a inclusão social através da cultura e contribuem para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.

As atividades oferecidas ao público podem ser assim sintetizadas:

29 exposições inauguradas; 105 apresentações musicais diversas; 19 mostras cinematográficas; 10 atividades de artes cênicas; 20 lançamentos de livros, sendo 13 jurídicos e 7 não jurídicos; 38 palestras, seminários, debates e mesas redondas sobre temas jurídicos; 5 palestras, debates e mesas redondas sobre temas não jurídicos; 21 oficinas; 12 cursos; 19 atividades realizadas na biblioteca dentro do projeto Biblioteca do CCJF e 7 atividades também realizadas na biblioteca integrantes do projeto Mescla Literária e 20 atividades novas foram apresentadas no setor educativo, todas direcionadas para o público externo.

Cumprir destacar, na programação ofertada ao público durante o ano de 2013, os seguintes eventos:

- ✓ Exposições: *Bureaucratics*, do fotógrafo Jan Bannings, *Foto Rio 2013*, com curadoria de Milton Guran, *Nostalgia dos Tempos da Pureza*, do fotógrafo Antanas Sutkus, *Névoa Baixa*, *Sol que Racha*, da artista plástica Cláudia Dowek e a *1ª Bienal Internacional da Caricatura*, com a curadoria de Luciano Magno.
- ✓ Apresentações musicais: *Homenagem aos 150 anos de Ernesto Nazareth*, com a pianista Yuka Shimizu, *Muito Prazer*, *Eu Sou a Harpa*, com a harpista Vanja Ferreira, *História Através da Música*, com o espetáculo *O Rádio nas Ondas da História*, série *Música no Museu*, de curadoria de Sérgio Costa e Silva, o grupo vocal, *Ordinarius do Choro*, com o show *Rio de Choro* e *Vida ao Jongo*, com o grupo Jongo da Serrinha.
- ✓ Espetáculos de artes cênicas: Infantil: *A Fantástica Baleia Engolidora de Circos*, de Álvaro Assad, *O que você gostaria que ficasse*, de Miguel Thiré, *Amor e Ódio em Sonata*, de Leonardo Talarico e *Querida Helena Serguêievna*, de Isaac Bernat.



- ✓ Mostras de audiovisual: *Festival do Rio 2013, Curta Cinema 2013, Festival Gay de Cinema 2013, Festival Internacional de Cinema de Futebol, Rio Mountain Festival 2013 e Mostra Internacional de Filme Etnográfico.*
- ✓ Oficinas: *Programa Produtor Cultural Independente, Era uma vez na Internet! – Atualidade dos contos de fadas, Intertranças: uma viagem pelo mundo através da leitura e Workshop de Direção e Laboratório.*
- ✓ Cursos: *Cultura e Política no Irã contemporâneo, Questões do Amor, História da Música Ocidental, História do Império Otomano.*
- ✓ Projeto Justiça e Pensamento: *Direito de transição: anistia, memória e comissão da verdade, Direito de laje nas favelas cariocas, Entre Quereres e Poderes – um estudo empírico sobre a imparcialidade judicial,* todos coordenados pela Juíza Federal Fernanda Duarte.
- ✓ Eventos jurídicos: *2º Colóquio Internacional Políticas, Direitos e Éticas, 3º Cúpula Justiniana, 3º Colóquio sobre Acesso à Justiça e Direitos Fundamentais e 2º Seminário Nacional de Museus e Centros de Memória do Poder Judiciário e O Valor da Memória, Verdade e Justiça na Construção Democrática.*
- ✓ Eventos não-Jurídicos: *Seminário Caminhos para Liberdade Religiosa e O Oriente nas Letras e nas Artes.*
- ✓ Lançamentos de livros: *Direitos Culturais no Brasil,* de Allan Rocha, *Direito Constitucional Internacional,* de Luis Roberto Barroso e Carmem Tibúrcio, *Processo em Perspectiva,* de Aluísio Mendes, *As Nove Sintonias de Beethoven,* do maestro Ricardo Rocha e *Brasil, Brasil,* de Mauro Ventura.
- ✓ Dentro do Projeto Biblioteca: os bate-papos *Foi no Carnaval que Passou,* com Deka Teubl e Sonia Sampaio, *Vultos Eminentes na Literatura Brasileira – Mário Quintana,* com Lydia Simonato e Larissa Loretti, *A Experiência de Um Artista Brasileiro na Alemanha,* com Alex Mello, Mão na Lata, com Milton Guran e a *Ação Cultural Liberte a Literatura,* com CCJF e REDARTE.
- ✓ Dentro da série Mescla Literária, *Retrós,* com a Língua Solta, coordenado por Eliana Pichinine.
- ✓ Atividades educativas: *Oficina de confecção de livros,* com Gabriela Irigoyen, *Violão Carioca,* com curadoria de Fabio Neves, visita mediada à exposição *Mind Your Step,* com o Marcos Semola e a oficina *Canta, Canta Meu Surrão,* com Rosa Dias.

Em 2013, dentro da rotina de preservação permanente do CCJF, foram contratadas empresas para troca do carpete e reforma do palco do teatro do CCJF, bem como colocação de novas poltronas. Tudo com previsão de conclusão dos serviços no primeiro trimestre de 2014.

Registram-se também obras de restauro na Sala de Sessões e nas colunas de sustentação do segundo pavimento, adaptação de um espaço em sala de higienização de documentos e adaptação de uma galeria para abrigar o Centro de Memória do Judiciário da 2ª Região. Obras a serem concluídas até abril de 2014.



No ano de 2013, a empresa que explora uma cafeteria nas dependências do CCJF depositou nos cofres públicos o valor de R\$ 21.189,21, em contrapartida pela concessão do espaço para exercer a atividade comercial.

Cumpra salientar que os dados transcritos acima, longe de representarem meras cifras, justificam, inegavelmente, a necessidade de investimento em uma instituição de tal natureza, favorecendo a preservação de nossa história, além de contribuir para o fortalecimento da cidadania, um dos principais pilares da democracia.

4.1.2.9 - PROJETO 3757 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal

Identificação da Ação						
Código	3757			Tipo: Projeto		
Título	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Federal (E-Jus)					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	12101					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	10.124.954,00	8.667.558,75	3.598.884,30	3.598.884,30	-	5.068.674,45
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Sistema implantado		% de execução física	Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema implantado		% de execução física	0,97	-	0,44	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
15.180.473,45	15.053.410,89	8.575,01	Sistema implantado		% de execução física	1,85

Nota: Execução física não incluída, tendo em vista tratar-se de ação gerenciada pelo CJF.

Fontes: Dados Financeiros: SIAFI / Dados Físicos: Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF-2ª Região.

Preliminarmente, cabe registrar que as dotações desse Projeto são consignadas na UO 12.101 – Justiça Federal de 1º Grau, apesar de serem executadas também pelos Tribunais Regionais Federais e pelo CJF, tendo em vista sua abrangência nacional.



Destaca-se que os créditos relativos a essa ação não foram descentralizados inicialmente, tendo sido bloqueados pelo CJF devido à necessidade de contingenciamento de recursos da Justiça Federal.

A dotação liberada para execução perfaz o montante de R\$ 8.680.659,00 tendo sido empenhados R\$ 8.667.558,75, dos quais R\$ 5.068.674,45 foram inscritos em Restos a Pagar, tendo em vista que a execução dos créditos ocorreu ao final do exercício, pois os mesmos se encontravam contingenciados.

Da dotação destinada à 2ª Região, restaram contingenciados, R\$ 1.444.295,00, sendo oportuno destacar que tal situação não prejudicou a execução das ações planejadas para o exercício, pois tal montante seria utilizado pela Seção Judiciária do Espírito Santo para atender despesa cuja licitação foi frustrada em dezembro/2013, fato que não permitiu a realização de novo certame em face da falta de tempo hábil.

Diante disso, a análise a seguir apresenta as despesas atendidas à conta do projeto em tela, observando, para tanto, a Unidade responsável pela execução dos respectivos créditos e o montante liberado para execução.

Unidade Responsável pela Execução – TRF-2ª Região (Unidade Gestora – UG 090028):

Os recursos disponibilizados (R\$ 758.926,27) visam possibilitar importantes investimentos na capacidade de infraestrutura, objetivando criar o ambiente adequado para suportar a implantação de projetos estratégicos para o órgão, além de garantir o desempenho frente ao crescimento normal no uso dos serviços e recursos de TI.

Neste contexto, o investimento realizado em dispositivos *storage*, viabiliza a implantação de projeto relativo segurança da instituição, disponibilizando recursos com capacidade para suportar adequadamente a política de retenção de imagens do circuito de câmeras de segurança CFTV.

Objetiva ainda a implantação do projeto de documentação do Tribunal criando a infraestrutura necessária para adoção definitiva do Sistema *Base Arch*, que irá servir de armazenamento digital permanente e histórico de informações, processos históricos, vídeos e fotos da Segunda Região.

Além dos investimentos em infraestrutura, viabilizaram-se contratações de *mentoring* para melhoria de nosso ambiente tecnológico e a Fábrica de *Software*, ações que permitem tanto a melhoria de desempenho, como a evolução de funcionalidades para o sistema SIGA-DOC.

Com os recursos inscritos em Restos a Pagar, foi possível a implantação da solução de gravação de áudio e vídeo digital. Também foram realizadas melhorias na infraestrutura de TI, como implementação da sala-cofre para abrigar os *datacenters* do TRF-2ª Região e da SJRJ, suporte para instalação de *storage* (incluindo treinamento *on-site*).

Unidade Responsável pela Execução - SJRJ (Unidade Gestora UG 090016):

Os recursos disponibilizados (R\$ 5.810.877,03) possibilitaram investimentos em infraestrutura de tecnologia da informação objetivando melhorar o desempenho e garantir a disponibilidade dos sistemas institucionais, em especial o sistema de acompanhamento processual e o sistema de gestão integrada administrativa, cujo módulo de gestão de documentos – SIGA-DOC – é utilizado pelo CJF no ambiente computacional da 2ª Região.



A aquisição de máquinas-servidoras mais robustas sanou em parte a necessidade de substituição dos equipamentos antigos, do aumento da capacidade computacional e da implementação de soluções como o balanceamento de carga e alta disponibilidade de serviços e sistemas neles residentes. Permitiu, ainda, o uso de ferramentas de virtualização de ambiente, grandes consumidoras de recursos de *hardware*; a migração do sistema operacional dos servidores para o *Windows 2012* e a implantação de novos serviços, como por exemplo o *System Center Configuration Manager* responsável pelo monitoramento, distribuição de aplicativos e inventários de *software* e *hardware* das estações de trabalho e dos servidores de arquivos de cada um dos *sites* da SJRJ.

Foram adquiridos novos terminais de autoatendimento que substituíram os terminais com contrato de garantia vencido, objetivando minimizar a indisponibilidade dos serviços de consulta processual oferecidos aos advogados e jurisdicionados nas unidades desta Seccional, bem como realizar a atualização dos equipamentos que já se encontravam defasados tecnologicamente.

Além da renovação de equipamentos, foram feitas compras de *software*. O padrão adotado pela Seção Judiciária do Rio de Janeiro para suíte de *software* de escritório é o da empresa Microsoft. O aumento do parque computacional, bem como a necessidade de mantê-lo íntegro implicaram esta demanda de aquisição e atualização das licenças, uma vez que a utilização de *software* ultrapassado coloca em risco a segurança das informações.

Outrossim, manter a padronização do ambiente computacional existente garante a preservação do conhecimento técnico adquirido sobre a plataforma ao longo dos anos. A substituição dos sistemas existentes por produtos similares implicaria, dentre outros inconvenientes, descarte das licenças já adquiridas dos produtos em uso e conseqüente perda de todo investimento já realizado. Novas versões de *software*, sejam os próprios para estações clientes, quanto aqueles utilizados em equipamentos servidores, oferecem novas funcionalidades e trazem correções de falhas operacionais e de segurança identificadas nas versões anteriores.

A indisponibilidade do conjunto de sistemas e recursos de TI compartilhados pelas Seccionais pode produzir impacto direto sobre o desempenho de toda a JF de 1º Grau da 2ª Região. A diversidade de produtos, funcionando de maneira integrada e interagindo com soluções providas por diversos fabricantes de *software*, ou até mesmo outros órgãos, confere alta complexidade ao ambiente requerendo grande esforço no sentido de torná-lo íntegro e, tanto quanto possível, disponível para os usuários internos e externos cujos trabalhos dependem do pleno funcionamento deste ambiente computacional.

Além da criticidade da sustentação dos sistemas processuais, principalmente após o advento do projeto “Justiça 100% Digital”, em 2013 o SIGA-Documentos está em produção, não somente na JFRJ, na JFES e no TRF-2ª Região, mas também no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (RJ-ADM-2010/00266) e no Conselho da Justiça Federal (T2-EXT-2011/07547 – Termo de Cooperação nº 003/2011 - CJF).

A transferência de conhecimento e experiência em determinada área de conhecimento promovendo a evolução e o desenvolvimento, chamada de “*mentoring*”, agrega conhecimento técnico e agilidade ao atendimento direto aos usuários, à solução de situações emergenciais e contorno de *panes*. A aplicação de subsídios à contratação de profissionais de notório saber oferece a oportunidade de se contar com o apoio de profissionais especialistas em novíssimas tecnologias ou aquelas em fase de implantação. Este tipo de conhecimento que se pretende agregar não é adquirido facilmente ou simplesmente através de eventos de capacitação, mas sim obtidos através de anos de experiência e estudo.



Estas aquisições e contratações devem ser consideradas como parte da solução para se alcançar a estabilidade e fomentar a evolução dos serviços e, conseqüentemente, contribui para a concretização da modernização da gestão da informação na SJRJ, alinhada às estratégias institucionais.

Os valores executados em Restos a Pagar possibilitaram a implantação de solução de captura e armazenamento de áudio e vídeo, melhorias na infraestrutura de TI, com aquisição de discos para expansão de capacidade de armazenamento, computadores servidores, além de melhorias no parque computacional, como aquisição de licenças Microsoft, *tablets*, microcomputadores e impressoras.

Unidade Responsável pela Execução - SJES (Unidade Gestora UG 090014):

Com os recursos disponibilizados (R\$ 2.110.855,70), foi possível atualizar as licenças Microsoft tanto para a área-meio, como para a área-fim oferecendo, com isto, várias ferramentas e permitindo a atualização dos recursos disponíveis.

Foi possível ainda a modernização da tecnologia utilizada nas varas do interior, ampliando a disponibilidade da rede e a velocidade de acesso das Subseções via aquisições de licenças do tipo global.

Por intermédio da aquisição do Cisco NAM, permitiram-se o controle e a verificação do tráfego da rede atuando com rapidez na identificação dos problemas que ocasionam a inoperância da rede aumentando, desta forma, a disponibilidade do sistema.

Adquiram-se também as licenças referentes ao projeto de atualização da *Intranet*, o qual possibilitará atualizar a tecnologia hoje empregada que se encontra defasada, bem como as alterações e melhorias necessárias para a adequação da *Intranet* a esta nova tecnologia.

Foi ampliado o quantitativo de licenças antivírus, e renovadas as já existentes nesta Seccional visando manter a continuidade do negócio em função do final da vigência do suporte da atual solução integrada de segurança e pela necessidade de expandir a segurança para os novos equipamentos não contemplados pela quantidade de licenças atual. Com estas licenças, será possível empregar uma atuação muito mais abrangente na segurança do ambiente de tecnologia da informação corporativa, combinando ferramentas de proteção contra diversas ameaças digitais.

O limite destinado à SJES viabilizou, ainda, a aquisição de equipamentos do tipo *nobreaks* para as Subseções. Com esta ferramenta, será possível proteger os equipamentos de *hardware* - como servidores - garantindo, com esta medida, a disponibilidade do sistema e continuidade do serviço prestado.

Por fim, foi implementado o projeto de solução otimização de rede WAN, com o qual buscou-se viabilizar meios modernos e ágeis ao que tange à comunicação da rede corporativa da Justiça Federal de Primeiro Grau no Estado do Espírito Santo, que, com o advento do processo eletrônico, bem como sua expansão para cumprir a determinação do CNJ para prestação da Justiça 100% digital, vem aumentando a demanda de tráfego de dados entre seu edifício-sede e as Subseções Judiciárias interligadas por rede de longa distância (WAN).

A execução à conta de recursos inscritos em Restos a Pagar possibilitou a implantação de solução de gravação de áudio e vídeo e solução para medicina ocupacional (incluindo *software* e implantação) e melhorias na infraestrutura de TI, como VPN para acesso remoto, servidores *blade*, equipamentos para ampliação de capacidade de armazenamento, *switches* (incluindo treinamento), solução de rede sem fio (controladoras e treinamento), solução de virtualização de aplicações, solução de análise de tráfego de rede, cartuchos de fita para realização de cópias de segurança e treinamento de segurança em redes.



4.1.2.10 - PROJETO 11JB - Construção do Edifício-Sede II do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - RJ

Identificação da Ação						
Código	11JB			Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede II do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - RJ					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		
Unidade Orçamentária	12103					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.525.985,00	-	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sede construída		% de execução física	3	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
119.212,23	-	119.212,23	Edifício construído	% de execução física	-	

Fontes: Dados Financeiros: SIAFI / Dados Físicos: Secretaria de Infraestrutura e Logística do TRF-2ª Região.

No exercício de 2012, a execução da programação restou prejudicada, diante da necessidade de levantamentos topográficos do terreno e de prospecção geotécnica, em face da descoberta da existência de um rio canalizado sob o espaço construtivo

Em 2013, outro fator superveniente ocorreu quando a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro decidiu rescindir a Cessão de Uso nº 175/2012 F/SPA, sob fundamento de que o terreno cedido ao TRF-2ª Região tornara-se de relevante interesse público para implantação do Sistema VLT - Veículo Leve sobre Trilhos.

Apesar dos esforços da Administração para tentar reverter a situação, as tratativas revelaram-se infrutíferas.

Em face da rescisão da cessão mencionada, a equipe de dirigentes promoveu, no exercício de 2013, novo levantamento de áreas disponíveis para a construção da nova sede do TRF-2ª Região no Centro do Rio de Janeiro, sendo que tal iniciativa não redundou em êxito.

Nesse contexto, tornou-se inviável a execução do projeto, implicando a não aplicação dos recursos orçamentários e o consequente cancelamento do montante autorizado na LOA 2013 (R\$ 4.525.985,00).

Do mesmo modo, houve o cancelamento dos recursos inscritos em Restos a Pagar, com a rescisão das contratações efetivadas em 2012 (prospecção geotécnica e levantamento topográfico).



4.1.2.11 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Os recursos alocados no orçamento destinaram-se ao pagamento da parte da União Federal no custeio do Regime de Previdência de 1.088 Magistrados e servidores públicos federais ativos do TRF-2ª Região. Cabe esclarecer que não há meta física atribuída a esta ação na LOA de 2013.

4.2 - PROGRAMA: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

4.2.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Operações Especiais:

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Física	Liquidado (1)	Física
Ação: Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Nacional				
Produto: Pessoa Beneficiada (unidade)				
UO 12103:	41.198.578,00		40.538.587,15	
RP não processados			133.134,78	

Fonte: SIAFI

Obs:

(1) Foram computados inclusive os valores relativos à conta “Crédito Pago – Folha” efetivamente liquidados.

4.2.2 - Resultado da Execução do Programa 0089

4.2.2.1 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Através desta operação especial que se destina, exclusivamente, à execução das despesas com o pagamento do pessoal inativo, pensionistas e encargos sociais, foram atendidos 200 beneficiados no âmbito deste Tribunal, conforme detalhamento do quadro abaixo.

ÓRGÃO	Quantitativos ¹			TOTAL ²
	Inativos	Pensão		
		Instituidores	Beneficiários	
TRF- 2ª Região	166	34	49	200

Fonte: Planilha fornecida pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

Observações/Considerações:

1) Estes quantitativos incluem Magistrados e servidores; excluído 1 inativo que não percebe proventos por este Tribunal, tendo em vista opção por outro Órgão, em razão da impossibilidade de acumulação;

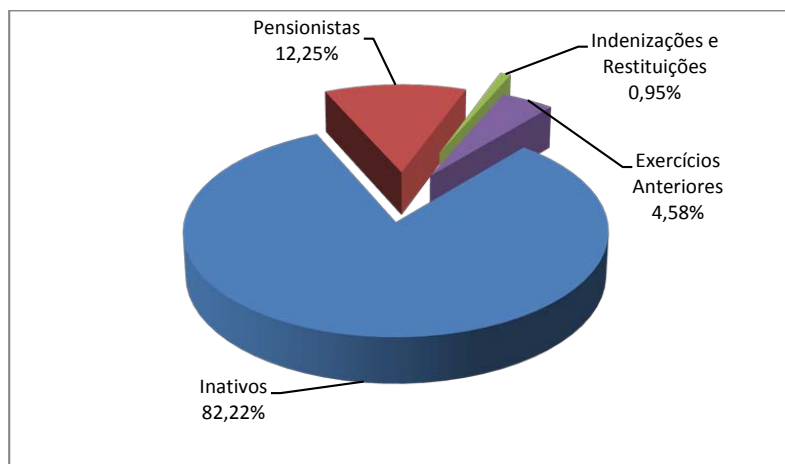
2) No quantitativo total, não está computado o número de beneficiários.



Houve, no exercício de 2013, uma dotação final de R\$ 41.198.578,00 para uma liquidação efetiva de R\$ 40.538.587,15.

Destaca-se que o montante inscrito em Restos a Pagar, no valor de R\$ 80.000,00, é destinado ao pagamento de valores relativos às diferenças devidas a servidores inativos/pensionistas não pagos à época.

O gráfico, a seguir, demonstra o detalhamento das despesas liquidadas nesta atividade, ao final do exercício.



No tocante às despesas executadas, destacam-se as seguintes ocorrências constantes da tabela a seguir:

R\$		
Espécie	Fundamento Legal/Normativo	Valor
Parcela Autônoma de Equivalência	Proc. Nº 2006.16.0031-CJF	1.564.907,72
Despesas de Exercícios Anteriores*	Res. nº 106/2010 - CJF	124.750,86

Fonte: Divisão de Cadastro e Pagamento/Secretaria de Gestão de Pessoas.

*Exclui o valor pago a título de Exercícios Anteriores referente a PAE

Nos quadros a seguir, demonstramos o total de Magistrados e servidores inativos, e pensionistas em 31 de dezembro de 2013 e as concessões do exercício.



Composição do Quadro de Magistrados e Servidores Inativos		
Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	109	15
1.1 Voluntária	85	13
1.2 Compulsória	2	-
1.3 Invalidez Permanente	11	2
1.4 Outras	11	-
2. Proporcional	57	5
2.1 Voluntária	33	-
2.2 Compulsória	10	2
2.3 Invalidez Permanente	7	3
2.4 Outras	7	-
3. Totais (1+2)	166	20

Fonte: SECOAP/ATER/SGP

Observações/Considerações:

Aposentadorias em 2013:

-2 concessões de aposentadorias de magistrados (“voluntária integral”) e 18 concessões de aposentadorias de servidores (11 “voluntária integral”; 2 “invalidez permanente integral”; 2 “compulsória proporcional” e 3 “invalidez permanente proporcional”);

-4 falecimentos de servidores inativos (3 “integral voluntária” e 1 “proporcional invalidez”).

Instituidores de Pensão		
Regime de Proventos do Magistrado/Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	21	1
1.1. Integral	17	1
1.2. Proporcional	4	-
2. Em Atividade	28	2
3. Total (1+2)	49	3

Fonte: SECOAP/ATER/SGP

Observações/Considerações:

Total de Instituidores:

Acumulado até 31/12/13: 5 magistrados e 29 servidores.

No ano de 2013:

-inclusão de 1 pensionista de magistrado, sem alteração no nº de instituidores;

-inclusão de 2 pensionistas de servidores e exclusão de 2 pensionistas (1 reversão por maioria e 1 cancelamento por morte), com alteração no nº de instituidores.



4.3 - PROGRAMA: 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais

4.3.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução dos Orçamentos

Art. 100 da Constituição Federal de 1988 e art. 78 do ADCT

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Destaque		Execução	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Produto: Destaque:	1.315.474.805,00		1.313.847.111,05	
TOTAL				
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Produto:				
Destaque RP Não Processados	592.355.651,00		590.333.609,49 2.022.041,51	
TOTAL				
Ação: Contribuição Patronal Sobre Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor Produto: Destaque:	76.548.494,00		9.767.204,10	
TOTAL				
TOTAL GERAL				

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SPO

Demonstrativos de Restos a Pagar 2013

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Valor Inscrito	Execução	R\$
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações UO 12103: Entidades (Dotação Descentralizada):			
TOTAL			
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Destaque:	5.558.719,75	3.314.106,66	
TOTAL			

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças



4.3.2 - RESULTADO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA 0901

4.3.2.1 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS)

A inclusão e a previsão das despesas voltadas para o pagamento de sentenças judiciais observaram as determinações da Lei n.º 12.708/12 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013).

Ao longo do exercício, foram depositados precatórios num montante de R\$ 1.317.791.153,15, oriundos da Administração Direta (R\$ 1.004.694.429,64), Indireta (R\$ 309.347.927,07), Comitê Gestor da 2ª Região (R\$ 2.889.492,51) e Entidades Não Integrantes do Orçamento da União (R\$ 859.303,93), considerando, para tanto, os recursos autorizados no orçamento de 2013 e demais transferências financeiras. Vale registrar que todos os depósitos foram realizados pela Unidade Gestora 090048.

Depósitos de Precatórios

ORIGEM	Destaque		Transferências Financeiras		TOTAL	
	2013					
	QTD	Valores	QTD	Valores	QTD	Valores
Administração Direta (Exercício Anterior)	1	1.140.445,02			1	1.140.445,02
Administração Direta	2.386	1.003.553.984,62			2.386	1.003.553.984,62
Entidades	944	118.910.999,58			944	118.910.999,58
FRGPS e FNAS	1.997	190.436.927,49			1.997	190.436.927,49
Comitê Gestor da 2ª Região			26	2.889.492,51	26	2.889.492,51
Entidades Não Integrantes do Orçamento da União			7	859.303,93	7	859.303,93
TOTAL	5.328	1.314.042.356,71	33	3.748.796,44	5.361	1.317.791.153,15

Obs: Valor efetivamente depositado. Não abate o valor das devoluções realizadas no exercício.

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ

Os quadros abaixo referem-se ao detalhamento dos depósitos efetuados:

Depósitos de Precatórios – Exercícios Anteriores

ORIGEM	NATUREZA						TOTAL	
	Alimentar		Comum		Capital			
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
Administração Direta	1	1.140.445,02					1	1.140.445,02
TOTAL	1	1.140.445,02					1	1.140.445,02

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias - SAJ

Obs: Precatório da proposta 2010 retificado de natureza comum para natureza alimentar, conforme decisão judicial.



Depósitos de Precatórios – Proposta 2013

ORIGEM	NATUREZA						TOTAL	
	Alimentar		Comum		Capital		QTD	Valor
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor		
Administração Direta	1.779	298.111.018,91	128	301.956.275,91	6	1.125.662,84	1.913	601.192.957,66
Entidades	862	96.490.893,91	18	5.439.219,54			880	101.930.113,45
FRGPS/FNAS	1.997	190.436.927,49					1.997	190.436.927,49
TOTAL	4.638	585.038.840,31	146	307.395.495,45	6	1.125.662,84	4.790	893.559.998,60

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias - SAJ

Depósitos de Precatórios Parcelados – Propostas 2004 a 2011

ORIGEM	Comum		Capital		TOTAL	
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
Administração Direta	438	400.166.095,14	35	2.194.931,82	473	402.361.026,96
Entidades	50	13.401.976,95	14	3.578.909,18	64	16.980.886,13
TOTAL	488	413.568.072,09	49	5.773.841,00	537	419.341.913,09

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ

Depósitos de Precatórios – Outras Entidades

ORIGEM	NATUREZA						TOTAL	
	Alimentar		Comum		Capital		QTD	Valor
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor		
Comitê Gestor do Rio de Janeiro			18	1.741.106,97			18	1.741.106,97
Comitê Gestor do Espírito Santo			8	1.148.385,54			8	1.148.385,54
Entidades Não Integrantes do Orçamento da União	2	342.579,70	5	516.724,23			7	859.303,93
TOTAL	2	342.579,70	31	3.406.216,74			33	3.748.796,44

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias - SAJ



4.3.2.2 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Pequeno Valor)

Os Requisitórios de Pequeno Valor (RPV) são limitados a 60 salários mínimos e representam cerca de 90% do volume de requisitórios processados. Como definidos na Resolução/CJF nº. 168/2011, os RPVs são processados mensalmente e depositados com correção monetária, em até 60 dias, contados a partir do registro da requisição no Tribunal.

Excepcionalmente em 2013, em face das limitações orçamentárias nessa rubrica, as requisições de outubro e novembro não foram liquidadas dentro do prazo estabelecido em lei (art. 17 da Lei 10.259/01 e Resolução nº 168/11 CJF). As requisições de outubro foram atendidas apenas no dia 31/12/2013. Esses depósitos foram corrigidos monetariamente e, para compensação da mora, foram acrescidos de 0,5% de juros. As requisições de novembro não foram liquidadas no exercício de 2013. Os débitos aguardam o recebimento em 2014 dos recursos necessários.

Ao todo foi depositado o montante de R\$ 594.054.590,27 oriundos de requisições expedidas por Varas Federais, Comarcas Estaduais com competência delegada e Juizados Especiais Federais. Desse montante, R\$ 44.465.934,10 são referentes a Requisitórios autuados em dezembro de 2012 e liquidados em janeiro de 2013.

O exame a seguir demonstrará a execução verificada na ação destinada ao pagamento de Requisitórios de Pequeno Valor.

Depósitos de RPVs efetuados em 2013

ORIGEM	COMPETÊNCIA				TOTAL	
	2013		Outros Exercícios			
	QTD	Valores	QTD	Valores	QTD	Valores
Varas Federais (inclusive Comarcas Estaduais com competência delegada)	21.027	158.506.781,61	1.713	10.061.946,40	22.740	168.568.728,01
Juizados Especiais Federais	51.084	391.081.874,56	4.492	34.403.987,70	55.576	425.485.862,26
TOTAL	72.111	549.588.656,17	6.205	44.465.934,10	78.316	594.054.590,27

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ

Encontram-se detalhados a seguir os dados orçamentário-financeiros:



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 117757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Natureza dos Depósitos de RPVs – Competência 2013

ORIGEM	NATUREZA									
	Alimentar/EFU		Comum/EFU		Alimentar/FRGPS		Alimentar/FNAS		Capital/EFU	
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
Varas Federais (inclusive Comarcas Estaduais com competência delegada)	14.111	99.162.112,50	2.329	11.366.569,78	4.522	46.917.624,14	47	911.688,97	18	148.786,22
Juizados Especiais Federais	23.048	156.408.254,43	9.885	5.093.553,47	16.917	214.810.326,63	1.234	14.769.740,03	-	-
TOTAL	37.159	255.570.366,93	12.214	16.460.123,25	21.439	261.727.950,77	1.281	15.681.429,00	18	148.786,22

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ



4.3.2.3 - DEVOLUÇÃO DE VALORES

	Origem	Valores Devolvidos em 2013
Precatórios	Administração Direta	1.443.216,26
	Entidades	279.497,84
RPVs	União	1.440.951,95
	FRGPS	319.592,79
	FNAS	41.958,57
TOTAL		3.525.217,41

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ

O quadro abaixo detalha a quantidade de precatórios e requisitórios de pequenos valores depositados, à conta de todos os recursos disponíveis no exercício de 2013:

		R\$
Depósitos em 2013	Quantidade	Valores
Precatórios ^{(1) (2)}	5.361	1.317.791.153,15
RPVs ^{(2) (3)}	78.316	594.054.590,27
TOTAL	83.677	1.911.845.743,42

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias/Secretaria de Orçamento, Planejamento e Finanças.

Obs:

- (1) O valor inclui precatórios do Comitê Gestor da 2ª Região e Entidades Não Integrantes do Orçamento da União;
- (2) Não abate o valor referente às devoluções ocorridas no exercício de 2013;
- (3) Está incluído o valor de R\$ 44.465.934,10 referente ao pagamento de RPVs autuadas em dezembro/2012, liquidadas em janeiro/2013.

AVALIAÇÃO GERAL

A liquidação dos precatórios inscritos para o exercício de 2013 obedeceu à ordem cronológica de apresentação dos mesmos no Tribunal. Foi observada a preferência dos créditos alimentares em relação aos demais. Os débitos de alimentos foram liquidados dentro do primeiro semestre. Já os demais não alimentares foram atendidos apenas em novembro, quando o Governo Federal disponibilizou os recursos financeiros necessários.

Destacam-se, também, a celeridade do processo de pagamento, que dispensa a apresentação de alvará judicial para levantamento dos valores depositados, e a publicidade dada a todos os envolvidos (credores, entidades devedoras, juízo), por meio do processamento eletrônico das requisições e divulgação dos dados cadastrais e fases de processamento por meio da página do Tribunal na *Internet*, o que permite um acesso rápido e preciso das informações de depósito.



5 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Enumeramos, abaixo, outras informações que sublinhamos por relevantes na busca da prestação jurisdicional célere, efetiva e transparente, em resposta aos anseios de justiça de nossa sociedade, na gestão de 2013 da JF-2ª Região:

- I) A JF-2ª Região envolveu-se no “*Projeto Justiça Cidadã*”, idealizado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – TJ/RJ para promover a inclusão social e o exercício responsável, consciente e crítico da cidadania, com destaque para as palestras ministradas:
- ✓ em 14/8/2013, dirigida às lideranças comunitárias do Complexo da Maré, no auditório da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ;
 - ✓ em 22/11/2013, estendida a representantes de diversas comunidades do Rio de Janeiro, no auditório da Escola de Administração Judiciária – ESAJ, do TJ/RJ. A aula “*Justiça Federal vai ao cidadão*” integra o projeto do CAIJF, vinculado à COJEF-2ª Região.
- II) A JF-2ª Região ainda operou diversos eventos comprometidos com a divulgação de boas práticas na administração do lixo produzido, a exemplo do “*I Encontro Ambiental sobre Resíduos Sólidos*” na Cidade de Deus, desenvolvendo palestra e oficinas.
- III) O serviço de pesquisa ao acervo da produção judicial do TRF-2ª Região foi aprimorado. Desde janeiro de 2013, o novo portal de jurisprudência do TRF-2ª Região está disponível para o público, contando com as funcionalidades do *Google Search Appliance* - GSA, produto integrado de *hardware* e *software* da Google, que indexa documentos e informações corporativas. E encontra-se, em fase de incremento, a ampliação do GSA. As funcionalidades deste passarão a compreender outras bases, tais como: Jurisprudência Administrativa, Atos Normativos e Acervo Bibliográfico da Biblioteca do TRF-2ª Região; as decisões das Turmas Regionais e os julgados da TRU; e Inteiro Teor de sentenças da Justiça Federal da 2ª Região – JF-2ª Região.
- IV) A Resolução nº TRF2-RSP-2013/00013, de 6/3/2013, estabeleceu o procedimento para *Solicitação de Ação de Tecnologia da Informação* – SATI, na área do TRF-2ª Região e nas Seções Judiciárias vinculadas. Essa iniciativa materializa uma série de determinações e práticas preconizadas no item “*Alinhamento e Integração*” do mapa estratégico da JF-2ª Região, tais como o dever de priorizar a alocação de recursos humanos e orçamentários e a obrigatoriedade da regionalização de novos sistemas e soluções de TI, no intento de atender à sua crescente tarefa de informatização e de assegurar que os sistemas organizacionais atuem de forma integrada e colaborativa, mediante a uniformização de procedimentos, padrões, metodologias, a gerar economicidade e majoração da eficiência operacional.
- V) O TRF-2ª Região, em 5/4/2013, sediou a primeira reunião do Grupo de Trabalho da Justiça Federal brasileira no “*Fórum Nacional de Coordenação de Ações do Poder Judiciário para a Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014*”. O Fórum foi instalado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, com a finalidade de unificar as iniciativas do Judiciário brasileiro para a prevenção e solução de litígios, que possam ocorrer durante os dois eventos esportivos.



- VI) A Resolução nº TRF2-RSP-2013/00030, de 31/5/2013, alterada pela Resolução nº TRF2-RSP-2013/00041, de 18/9/2013, no propósito de conferir maior celeridade ao processamento dos recursos especial e extraordinário, deslocou procedimentos inerentes às intimações para apresentação de contrarrazões a recursos especiais, extraordinários e ordinários e à juntada das respectivas petições para as Subsecretarias das Turmas Especializadas e Subsecretaria do Tribunal Pleno e das Seções Especializadas.
- VII) O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região – NPSC2 instituiu a página de "*Perguntas Frequentes*", com base nas dúvidas mais comuns apresentadas pelo jurisdicionado a respeito dos procedimentos atinentes à conciliação. A novidade pode ser acessada no Portal mantido pelo NPSC2, na página do TRF-2ª Região, na *Internet*: <http://www.trf2.jus.br/conciliacao/index.html>. O espaço também disponibiliza dados atualizados sobre a agenda e os resultados dos mutirões de conciliação.
- VIII) A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES reconheceu o valor acadêmico do "*Caderno Fenomenologia e Direito*", editado pela Escola da Magistratura Regional Federal 2ª Região – EMARF, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e com o Seminário de Filosofia Jurídica e Política, também da UFRJ.
- IX) A EMARF, em 26/9/2013 e em parceria com o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – CEJ/CJF, realizou mais uma etapa do seminário sobre "*Agências Reguladoras, Serviços Públicos e Direito do Consumidor*", endereçado a magistrados, servidores, advogados e estudantes.
- X) A EMARF e o Centro Cultural Justiça Federal – CCJF, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense – UFF (PPGDC) e com o Laboratório de Observação Empírica (LOE/Direito/UFF) –, apresentaram o fórum "*Direito Público em Debate: um Diálogo entre Brasil e Alemanha - Parte III*". O evento, aberto ao público, realizou-se em 17/10/2013 e contou com videoconferência para a SJES.
- XI) A EMARF e o CCJF ainda organizaram o ciclo de palestras do Projeto "*Justiça e Pensamento*", que pretende aproximar os assuntos jurídicos do dia a dia das pessoas. Trabalhando temas relevantes que ajudem a pensar o mundo, os valores da sociedade e as instituições, a série contou com diversos palestrantes, em apresentações mensais ao longo do ano. O Projeto foi aberto a todos, além de magistrados, servidores do Poder Público e profissionais do Direito, já que visa promover a integração do Poder Judiciário com os cidadãos.
- XII) A EMARF – Núcleo Regional de Vitória teve participação efetiva na preparação, aperfeiçoamento e especialização de magistrados, tal como na capacitação de servidores. Promoveu diversos eventos jurídicos, dentre eles destaca-se o Curso de Formação de Conciliadores, realizado no período de 14/8/2013 a 15/8/2013.
- XIII) A Corregedoria-Regional da 2ª Região realizou reuniões, nos dias 24 e 29 de abril e 6 de maio, com os juízes do quinto mais antigo, com os juízes federais titulares e juízes federais substitutos, respectivamente, onde foi apresentada a sistemática das inspeções e correições; a Resolução nº 106 do CNJ e sua normatização nas 4ª e 5ª Regiões; a regulamentação da convocação dos plantões e sua compensação; a nova sistemática de férias; a organização e implantação do Cadastro Unificado dos Magistrados e as funções dos juízes titulares e as dos juízes substitutos.



- XIV) A Corregedoria-Regional, considerando ser de extrema importância a autoavaliação de cada Vara/Juizado/Setor Administrativo, introduziu, no sistema de acompanhamento dos trabalhos correicionados, a Autoinspeção das Varas/Juizados/Setores Administrativos, com base em documento do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. A Autoinspeção é um procedimento no qual, anteriormente às correições, as Varas/Juizados/Setores Administrativos respondem a um questionário, tomando por base o levantamento de dados e a análise dos mesmos, de modo a que cada um desses setores possa construir uma visão de sua situação e, a partir dessa constatação, projetar metas de superação e progressão. Por outro lado, as informações obtidas constituem o ponto de partida dos trabalhos correicionais, além dos Relatórios das Inspeções e Correições do ano anterior.
- XV) A Corregedoria-Regional, durante o ano de 2013, realizou todas as correições presenciais e eletrônicas previstas no calendário, atingindo a meta de 100% de acompanhamento das Varas/Juizados/Setores Administrativos. Em decorrência, elaborou os Relatórios, assim como as Decisões e Recomendações encaminhadas ao Pleno do TRF-2ª Região, que decidiu em todos os processos.
- XVI) A Corregedoria-Regional, através do Ofício Circular nº TRF2-OCI-2013/00107, divulgou aos juízes de primeiro grau da 2ª Região a necessidade permanente de alimentação e atualização do “*Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade-CNCIAF*”, em virtude das alterações inseridas pela Resolução nº 172/2013 à Resolução nº 44/2007 e da edição do Provimento nº 29, todos do CNJ.
- XVII) No campo da normatização para o âmbito da 1ª Instância da JF-2ª Região, a Corregedoria-Regional publicou, dentre outros, o Provimento nº 0007 de 3/5/2013, determinando a regularização do registro dos mandados de prisão enquadrados na situação prevista no art. 7º da Resolução nº 137/2011 do CNJ, que instituiu o Banco Nacional de Mandados de Prisão – BNMP; o Provimento nº 0016, de 27/8/2013, que dispõe acerca da tramitação prioritária de inquéritos e processos criminais, regida pelo art. 19-A da Lei nº 9.807/1999; o Provimento nº 0017, de 1/10/2013, dispondo sobre o valor das custas de certidão; a Portaria nº TRF2-PTC-2013/00333, de 24/10/2013, com a finalidade de fixar os valores para determinados serviços prestados, revogando a Portaria T2-PTC-2011/00131, de 6/4/2011; o Ofício Circular nº TRF2-OCI-2013/00093, de 22/11/2013, divulgando aos magistrados a uniformização dos procedimentos das varas das Subseções que possuem competência mista para fiscalizar o cumprimento das Cartas Precatórias Penais - Classe 28006, matéria disciplinada na Resolução nº 42/2011, da Presidência do TRF-2ª Região; o Ofício Circular nº TRF2-OCI-2013/00098, de 29/11/2013, recomendando a todos os magistrados de 1º grau, que se abstenham de ameaçar com multa, prisão ou outras sanções, os advogados públicos diante de casos de descumprimento de decisões judiciais dirigidas aos gestores das entidades públicas, em atenção à Decisão proferida pelo CNJ nos autos da Reclamação Disciplinar nº 0007609-44.2012.2.00.0000; e o Ofício Circular nº TRF2-OCI-2013/00103, solicitando aos juízes, conforme deliberado na última reunião do Fórum de Corregedores, o envio à Corregedoria de listagem referente aos processos sobrestados em decorrência de repercussão geral, na forma dos artigos 543-B e 543-C do CPC, para a realização de um levantamento e posterior encaminhamento aos Tribunais Superiores.



- XVIII) Na página da Corregedoria na *Intranet*, foi lançado o menu “*Classificação de Desempenho*”, adotando-se critérios para tal classificação – como: acervo, processos aguardando decisão, total de sentenças aguardando julgamento, etc. –, que tem por finalidade mensurar trimestralmente as unidades jurisdicionais da 2ª Região, apontando os melhores desempenhos das varas, conforme dados extraídos do Portal de Estatística e do Sistema Apolo. O método aplicado é inédito em todo o país e tem gerado uma disputa salutar entre as unidades, o que contribui para a celeridade processual e, certamente, na melhoria do atendimento ao jurisdicionado. Todas as varas e juizados da 2ª Região já foram classificados e os dados estão disponíveis ao público. Este trabalho, desenvolvido por um servidor da Corregedoria, ganhou o prêmio “*Mérito Institucional*” 2012/2014.
- XIX) A Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região – COJEF-2ª Região, no intento de oferecer-lhes melhores serviços e de suprir a real necessidade dos juízes dos Juizados Especiais Federais – JEFs à imediata ciência da jurisprudência das Turmas Recursais, lançou o sítio eletrônico <http://www10.trf2.jus.br/precedentesturmasrecursais/>, que possibilita o acesso aos julgados da Corte julgadora de 2ª instância.
- XX) A COJEF-2ª Região participou de importantes eventos, tal qual o “*X Fórum Nacional de Juizados Especiais Federais – FONAJEF*”, que se realizou na cidade de Belo Horizonte/MG, nos dias 21 e 22/11/2013, e contou com a participação da Desembargadora Coordenadora dos JEF-2ª Região, que ministrou palestra sobre os Juizados Especiais e Turmas Recursais.
- XXI) Entre as ações empreendidas pela COJEF-2ª Região, o “*2º Fórum Regional dos Juizados Especiais e Federais da 2ª Região – FOREJEF*” concretizou-se no período de 25 a 27/11/2013. Nele, reservaram-se momentos específicos para que os representantes dos órgãos que mais figuram no polo passivo das ações dos JEFs – Instituto Nacional do Seguro Social, União Federal, Caixa Econômica Federal-CEF e Correios – expusessem os avanços e esforços despendidos na busca de mecanismos de conciliação entre as partes, sobretudo na fase pré-processual, visando prevenção de litígios e, decerto, a uma maior satisfação dos jurisdicionados. Dos objetivos do evento, salientamos: desafogar o acervo de processos que assoberbam os JEFs, com o auxílio de meios alternativos de solução de conflitos; compartilhar a política de mediação e conciliação de cada ente público federal, de molde a trazer o tema ao debate e de fomentar a sua implementação na 2ª Região. Ao final, foram aprovados 16 enunciados, 4 propostas diretivas e houve o mapeamento de 3 controvérsias.
- XXII) A Biblioteca do TRF-2ª Região, mediante parcerias nacionais e internacionais, angariou, a título de doação, um volume de itens bibliográficos que não apenas ampliaram significativamente o seu acervo, mas também significaram uma economia ao erário de R\$107.450,00, aproximadamente.
- XXIII) A Biblioteca igualmente recebeu 23 títulos de periódicos, em contrapartida das empresas cadastradas como Repositórios Oficiais Autorizados da jurisprudência do TRF-2ª Região.



- XXIV) A Seção Judiciária do Rio de Janeiro – SJRJ operacionalizou outra edição do curso de "Formação do Gestor Educador e Facilitador de Equipe", em agosto de 2013. O Projeto, que tem por desafio transformar os ambientes de trabalho em locais de crescimento compartilhado, cada vez mais começa a fazer parte da rotina dos gestores da SJRJ. Durante quatro dias, 12 equipes compostas pelo diretor da vara e um servidor indicado, que atuará como facilitador da aprendizagem, recebem treinamento, a fim de reconhecer o gestor como um multiplicador de conhecimentos, identificando, por meio de *feedback*, oportunidades para desenvolver cada integrante individualmente e em equipe. A grande vantagem do desenvolvimento de equipes proposto, além do envolvimento de todos, é a elaboração de um planejamento específico para cada local de trabalho.
- XXV) No campo do aprimoramento das atividades da SJRJ, o projeto "Desenvolvimento de Equipes" foi selecionado para participar da VII Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade no Poder Judiciário, ocorrida em Manaus no mês novembro de 2013. Dos 13 trabalhos concorrentes na área de Gestão de Pessoas, tão somente três foram selecionados: o da JFRJ, o do TRT do Pará e o do TJ do Rio Grande do Sul.
- XXVI) A Portaria nº JFES-POR-2013/00025 regulamentou o sistema integrado de audiências criminais por videoconferência na Seção Judiciária do Espírito Santo – SJES. Antecipando-se ao prazo final estabelecido, a SJES constituiu seu sistema de agendamento e marcação de audiências criminais por videoconferência, eliminando-se, a partir de sua adoção, a expedição de cartas precatórias inquiritórias entre as varas federais da Seccional. Com a adoção da nova sistemática, os juízes criminais, acessando diretamente o sistema disponível na *Intranet*, conseguem marcar as audiências nas datas de seu interesse, respeitando os agendamentos porventura já realizados, sendo também os responsáveis pela expedição dos respectivos mandados de intimação.



6 - CONCLUSÃO

A Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF-2ª Região retratou, nos indicadores constantes deste Relatório, a gestão empreendida na Justiça Federal da 2ª Região – JF-2ª Região, no exercício de 2013.

Identificamos que a meta de processos julgados, vinculada à “*Atividade Julgamento de Causas*”, do “*Programa Prestação Jurisdicional da Justiça Federal*”, foi alcançada, quer no TRF-2ª Região, quer na Seção Judiciária do Rio de Janeiro – SJ/RJ e na Seção Judiciária do Espírito Santo - SJ/ES, revelando o engajamento com a política de resultados, a partir da projeção da produtividade dentro de padrões de razoabilidade.

Particularizamos, como resultado da atividade jurisdicional do TRF-2ª Região, que foram julgados 81.874 processos, ultrapassando a meta prevista (78.000) em 3.874 feitos (aproximadamente 5%). Esses dados estatísticos denotam que o total de processos julgados no ano superou em 34% o de processos ingressados, que totalizaram 61.160 feitos.

E, ao exame das Metas Nacionais do Poder Judiciário de 2013, acordadas pelos Tribunais e pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, visualizamos que a JF-2ª Região cumpriu, integralmente, cinco dessas oito metas estabelecidas.

Apontamos que a conciliação, destacada como política estratégica do Judiciário em resposta aos anseios da sociedade por uma justiça ágil e efetiva, foi responsável por 3.495 acordos homologados e movimentou a importância de R\$ 60.723.644,51, contribuindo para a superação da Meta Nacional nº 5.

No plano de investimento para a modernização e capacitação dos nossos serviços administrativos, fez-se notório que atingimos a meta de Capacitação de Recursos Humanos, ao contemplar o número total de 983 treinandos.

Citamos, ainda, a avaliação para aprimoramento de outro instrumental valioso: o Sistema Integrado de Gestão Documental – SIGA-DOC, que controla a criação, assinatura, tramitação e arquivamento de expedientes e processos administrativos digitais. Anotamos que o sistema SIGA-DOC já conta com efetiva implementação em diversos outros órgãos, a exemplo do Conselho da Justiça Federal – CJF; o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – TJ/BA divulgou Resolução em 7/8/2013, instituindo o sistema naquele Tribunal; e, em 17/12/2013, celebramos convênio de cooperação técnica, para a inauguração do Siga-DOC no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJ/RJ.

Revelamos que, diante da precariedade do estado de nossas edificações, aprovamos o projeto de reforma da sede do TRF-2ª Região, a se desencadear a partir de 2014. Encetamos, pois, uma série de melhorias no prédio, de maneira que tragam superior segurança, funcionalidade, acessibilidade, conforto, harmonia estética e, notadamente, que reduzam o consumo de água e substituam o sistema de iluminação por outro mais eficiente que, além de gastar menos energia, aqueça menos o ambiente, propiciando melhor aproveitamento dos equipamentos de refrigeração.

E, conforme explicitamos na Apresentação do presente Relatório, o primeiro passo inclusive foi dado no final de 2013, com o início da reforma do Plenário do TRF-2ª Região; sendo certo que o empreendimento se efetivará com ônus integral a cargo da Caixa Econômica Federal – CEF, por conta de recursos financeiros do Contrato nº 69/2009, celebrado entre o TRF-2ª Região e a instituição bancária.



Descrevemos, de igual forma, vários projetos empreendidos na Biblioteca do Tribunal e divulgamos a Unificação das Bibliotecas da JF-2ª Região, com a finalidade de propiciar a redução de custos de manutenção, a racionalização da ocupação do espaço físico e do quantitativo de servidores à disposição do setor.

De outro giro, no campo do cumprimento das sentenças judiciais transitadas em julgado, comprovamos que foram depositados 5.361 precatórios e 78.316 requisitórios de pequeno valor, totalizando cerca de R\$ 1,9 bilhão; com a ressalva de que, nesse cálculo, não foram abatidas eventuais devoluções havidas posteriormente ao depósito.

Ao demais, lavramos que a receita global da JF-2ª Região ultrapassou o patamar de R\$ 6 bilhões e observamos que as despesas para sua operação e manutenção equivaleram a quase 17,66% dos recursos arrecadados. Patenteamos, destarte, que os valores recolhidos ao Tesouro, a cargo das Unidades da JF-2ª Região, montam a mais de 5 vezes o valor das despesas para a manutenção do TRF-2ª Região, da SJRJ e da SJES.

O detalhamento das diversas ações praticadas no exercício de 2013, alinhadas a metas e a indicadores, nas seções que compõem este Relatório, denota a incansável busca pela prestação jurisdicional de excelência, anseio maior dos operadores do Direito e dos jurisdicionados.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2014.

SERGIO SCHWAITZER

Presidente



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A



JUSTIÇA FEDERAL
TRF2

Anexos



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A



JUSTIÇA FEDERAL
TRF2

Matriz dos Indicadores Estratégicos da 2ª Região

Anexo I



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

ANEXO I – MATRIZ DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

Ficha do Indicador Estratégico						
Visão de futuro	Consolidar-se, perante a sociedade, como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica.					
Indicador	Taxa de alcance das metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal.					
Número do indicador	1					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede o percentual de metas cumpridas em relação ao Mapa Estratégico da Justiça Federal.					
Fórmula de cálculo	$TAMJF = (MAJF / TMJF) * 100$ onde: TAMJF = Taxa de alcance das metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal; MAJF = Metas do PEJF alcançadas; TMJF = Total de metas do PEJF.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Analisa o desempenho da execução da estratégia por meio da medição do índice de alcance das metas.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	SDI / CJF.					
Responsável pela coleta	AGE Nacional.					
Meta	Todas as regiões alcançarem, anualmente, 100% das metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	–	100,0%	100,0%	100,0%	
	2ª "	–	100,0%	100,0%	100,0%	
	3ª "	–	100,0%	100,0%	100,0%	
	4ª "	–	100,0%	100,0%	100,0%	
	5ª "	–	100,0%	100,0%	100,0%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.					
Indicador	Taxa de satisfação do cliente (usuário/cidadão).					
Número do indicador	2					
Tipo	Efetividade / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede o nível de satisfação, em pesquisa específica, realizada com os usuários diretos e interessados pelos serviços oferecidos pela Justiça Federal. A satisfação dos usuários e interessados compreende a análise dos serviços prestados pelos tribunais, SJs e CJF (TNU), considerando a efetividade, transparência e segurança jurídica (componentes da Visão de Futuro) e a confiabilidade da Justiça Federal. Entende-se que o nível de satisfação deve repercutir na imagem da Justiça Federal perante a sociedade.					
Fórmula de cálculo	$TSUC = (NIP / TIA) * 100$ onde: TSUC = Taxa de satisfação do usuário/cidadão; NIP = N° de itens com resposta positiva; TIA = Total de itens avaliados.					
Periodicidade de coleta	Bianual.					
Análise	Visa promover ações de melhoria nos serviços da JF.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Coordenação do Comitê de Pesquisa da JF.					
Responsável pela coleta	SDI /CJF.					
Meta	Atingir, em 2014, 70% de respostas positivas dos itens avaliados.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	-	55,0%	-	70,0%	
	2ª "	-	55,0%	-	70,0%	
	3ª "	-	55,0%	-	70,0%	
	4ª "	-	55,0%	-	70,0%	
	5ª "	-	55,0%	-	70,0%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico		Assegurar a atuação sistêmica da Justiça Federal.				
Indicador		Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da Justiça Federal.				
Número do indicador		3				
Tipo		Efetividade / resultado.				
Relator		Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.				
Descrição		Mede o nível de satisfação dos servidores que atuam nos sistemas organizacionais da Justiça Federal. Os sistemas organizacionais regulamentados são: Tecnologia da Informação; Gestão de Pessoas; Planejamento e Orçamento; Desenvolvimento Institucional; Obras; Informação e Documentação; Controle Interno; Estatística; Comunicação; Escolas da Magistratura.				
Fórmula de cálculo		$TSFS = (NIP / NIA) * 100$ onde: TSFS = Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da Justiça Federal. NIP = N° de itens com resposta positiva; NIA = N° de itens avaliados.				
Periodicidade de coleta		Último ano do horizonte estratégico - 2014.				
Análise		Visa aprimorar o funcionamento sistêmico no que se refere à integração e uniformização de procedimentos, padrões e metodologias, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional.				
Unidade de medida		Porcentagem.				
Acumulação		Último valor do período.				
Fonte de dados		Pesquisa.				
Responsável pela coleta		SDI / CJF.				
Meta		Atingir, em 2014, 70% de respostas positivas dos itens avaliados.				
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	-	-	-	70,0%	
	2ª "	-	-	-	70,0%	
	3ª "	-	-	-	70,0%	
	4ª "	-	-	-	70,0%	
	5ª "	-	-	-	70,0%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico		Assegurar a atuação sistêmica da Justiça Federal.				
Indicador		Taxa de não aderência aos padrões e metodologias estabelecidos para a Justiça Federal.				
Número do indicador		4				
Tipo		Efetividade / resultado.				
Relator		Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.				
Descrição		Mede a não aderência aos padrões e metodologias estabelecidos para a JF. Poderão ser considerados padrões e metodologias: normatizações, processos de trabalho implantados de forma uniforme.				
Fórmula de cálculo		$TAPM = (NAA / NAE) * 100$ onde: TAPM = Taxa de não aderência aos padrões e metodologias estabelecidos para a Justiça Federal; NAA = N° de itens aos padrões e metodologias não atendidos; NAE = N° de itens aos padrões e metodologias estabelecidos.				
Periodicidade de coleta		Semestral.				
Análise		Visa promover a uniformização dos procedimentos na Justiça Federal. A definição e averiguação dos padrões e metodologias estabelecidas para a JF serão realizados pelos CIs.				
Unidade de medida		Porcentagem.				
Acumulação		Último valor do período.				
Fonte de dados		Corregedoria-Geral da JF (inspeções e correições) e Secretarias de Controle Interno da JF. Indicador 5 do PE/JF.				
Responsável pela coleta		SDI / CJF.				
Meta		Reduzir, até 2014, para 10% a taxa de não aderências identificadas.				
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	-	20,0%	15,0%	10,0%	
	2ª "	-	20,0%	15,0%	10,0%	
	3ª "	-	20,0%	15,0%	10,0%	
	4ª "	-	20,0%	15,0%	10,0%	
	5ª "	-	20,0%	15,0%	10,0%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Assegurar a atuação sistêmica da Justiça Federal.					
Indicador	Taxa de atendimento às demandas por sistemas informatizados nacionais.					
Número do indicador	5					
Tipo	Eficiência / esforço.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede o atendimento às demandas identificadas de sistemas de informação nos processos estratégicos e objetivos da perspectiva Recursos.					
Fórmula de cálculo	TADSIN = (NDA / NDSIN) * 100 onde: TADSIN = Taxa de atendimento às demandas por sistemas informatizados nacionais; NDA = N° de demandas atendidas; NDSIN = N° de demandas por sistemas informatizados nacionais.					
Periodicidade de coleta	Anual.					
Análise	Visa auxiliar a implantação dos sistemas informatizados nacionais demandados pela estratégia da JF. Considera-se sistema informatizado nacional aquele que possibilita o fluxo de informação entre órgãos da JF.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Escritório de processos de trabalho da JF.					
Responsável pela coleta	AGE Nacional.					
Meta	Atender, até 2014, 100% das demandas por sistemas informatizados nacionais.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	-	40,0%	60,0%	100,0%	
	2ª "	-	40,0%	60,0%	100,0%	
	3ª "	-	40,0%	60,0%	100,0%	
	4ª "	-	40,0%	60,0%	100,0%	
	5ª "	-	40,0%	60,0%	100,0%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Facilitar o acesso à justiça.					
Indicador	Taxa de implantação de varas.					
Número do indicador	6					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a implantação efetiva de varas dentro do prazo previsto para o período estabelecido na Resolução nº 102/2010 do CJF.					
Fórmula de cálculo	$TIV = (NVI / NVP) * 100$ onde: TIV = Taxa de implantação de varas prevista para o período; NVI = Número de varas implantadas no período; NVP = Número de varas previstas para implantação no período.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	O número de varas implantadas representa a ampliação do acesso à JF.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	TRFs.					
Responsável pela coleta	Área de gestão estratégica dos TRFs.					
Meta	Implantar, todos os anos, até 2014, 100% das varas no prazo previsto por resolução do CJF.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	100,0%	100%	100%	100%	
	2ª "	100,0%	100%	100%	100%	
	3ª "	100,0%	100%	100%	100%	
	4ª "	100,0%	100%	100%	100%	
	5ª "	100,0%	100%	100%	100%	



Ficha do Indicador Estratégico																																	
Objetivo estratégico	Facilitar o acesso à Justiça.																																
Indicador	Taxa de nomeação dos cargos vagos de magistrados.																																
Número do indicador	7																																
Tipo	Capacidade / esforço.																																
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.																																
Descrição	Mede a quantidade percentual de nomeação de magistrados.																																
Fórmula de cálculo	TNM = (NNE / NNP) * 100 onde: TNM = Taxa de nomeação de magistrados NNE = N° de nomeações efetivadas; NNP = N° de nomeações previstas.																																
Periodicidade de coleta	Anual.																																
Análise	Visa demonstrar a ocupação do quadro de magistrados. Componente necessário para a agilização da prestação jurisdicional e efetiva implantação das Varas.																																
Unidade de medida	Porcentagem.																																
Acumulação	Último valor do período.																																
Fonte de dados	Sistema de Recursos Humanos ou área de magistratura dos TRFs.																																
Responsável pela coleta	Área de gestão estratégica dos TRFs.																																
Meta	Até 2014, a Justiça Federal deverá nomear 577 juízes federais dos 719 cargos previstos em Lei, conforme tabela abaixo. <table border="1"> <thead> <tr> <th>Localidade</th> <th>2012</th> <th>2013</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1ª Região</td> <td>24</td> <td>75</td> <td>75</td> </tr> <tr> <td>2ª "</td> <td>16</td> <td>45</td> <td>30</td> </tr> <tr> <td>3ª "</td> <td>28</td> <td>65</td> <td>65</td> </tr> <tr> <td>4ª "</td> <td>8</td> <td>25</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>5ª "</td> <td>16</td> <td>40</td> <td>40</td> </tr> <tr> <td>JF</td> <td>92</td> <td>250</td> <td>235</td> </tr> </tbody> </table> A meta é atingir 100% das nomeações previstas a cada ano, por região.					Localidade	2012	2013	2014	1ª Região	24	75	75	2ª "	16	45	30	3ª "	28	65	65	4ª "	8	25	25	5ª "	16	40	40	JF	92	250	235
Localidade	2012	2013	2014																														
1ª Região	24	75	75																														
2ª "	16	45	30																														
3ª "	28	65	65																														
4ª "	8	25	25																														
5ª "	16	40	40																														
JF	92	250	235																														
Evolução da meta	LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade																												
Desdobramento	1ª região	—	100,0%	100,0%	100,0%																												
	2ª "	—	100,0%	100,0%	100,0%																												
	3ª "	—	100,0%	100,0%	100,0%																												
	4ª "	—	100,0%	100,0%	100,0%																												
	5ª "	—	100,0%	100,0%	100,0%																												



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Facilitar o acesso à Justiça.					
Indicador	Taxa de efetividade do acesso à Justiça.					
Número do indicador	8					
Tipo	Efetividade / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede o nível de efetividade, em pesquisa específica realizada com os usuários-cidadãos diretos e interessados, com relação ao acesso à Justiça Federal.					
Fórmula de cálculo	TEAJF = (NIP / NIA) * 100 onde: TEAJF = Taxa de efetividade do acesso à justiça; NIP = Número de itens com resposta positiva; NIA = Número de itens avaliados.					
Periodicidade de coleta	Último ano do horizonte estratégico - 2014.					
Análise	A efetividade do acesso à Justiça Federal demonstra a facilidade que o usuário-cidadão encontra para utilizar os serviços judiciais prestados para sociedade. O resultado da pesquisa subsidiará os estudos sobre a necessidade de criação de novas varas.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Coordenação do Comitê de Pesquisa JF.					
Responsável pela coleta	SDI /CJF.					
Meta	Atingir, em 2014, 80% de itens com respostas positivas, para todas as regiões.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	-	-	-	80,0%	
	2ª "	-	-	-	80,0%	
	3ª "	-	-	-	80,0%	
	4ª "	-	-	-	80,0%	
	5ª "	-	-	-	80,0%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Facilitar o acesso à Justiça.					
Indicador	Taxa de serviços judiciais definidos na Carta de Serviços da JF disponíveis via <i>web</i> .					
Número do indicador	9					
Tipo	Efetividade / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a taxa de disponibilização (disponibilidade de acesso), via <i>WEB</i> , dos principais serviços judiciais prestados aos cidadãos-usuários previstos na Carta de Serviço da Justiça Federal. Quanto maior a disponibilização de serviços, via <i>WEB</i> , maior é a facilidade de acesso à JF.					
Fórmula de cálculo	$TSJCS_{web} = (NSJD_{web} / NSJCS_{web}) * 100$ onde: $TSJCS_{web}$ = Taxa de serviços judiciais definidos na Carta de Serviços da JF disponíveis via <i>web</i> ; $NSJD_{web}$ = Número de serviços judiciais disponibilizados via <i>WEB</i> ; $NSJCS_{web}$ = Número de serviços judiciais definidos na Carta de Serviços da JF.					
Periodicidade de coleta	Anual.					
Análise	Visa disponibilizar de forma ágil e fácil, via <i>WEB</i> , os serviços da JF.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	CJF (TNU), TRFs e SJs.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e AGE Nacional.					
Meta	Implantar 100% dos serviços previstos na Carta de Serviços da JF até 2014. Obs.: A Justiça Federal, objetivando imprimir maior visibilidade e transparência às suas ações, elaborará a sua Carta de Serviços no ano de 2012 e o indicador será aferido a partir de 2013.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	-	-	80,0%	100,0%	
	2ª "	-	-	80,0%	100,0%	
	3ª "	-	-	80,0%	100,0%	
	4ª "	-	-	80,0%	100,0%	
	5ª "	-	-	80,0%	100,0%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Agilizar os trâmites judiciais.					
Indicador	Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau.					
Número do indicador	10					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a redução da taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau em um período, relacionando o total de processos de conhecimento baixados no 1º grau com a soma dos processos de conhecimento ingressados no 1º grau (casos novos) e os casos pendentes no 1º grau do período anterior. Indicador do Justiça em Números - item 3.2.30 (2ª Edição - Dez/09) e tem série histórica de apuração nos tribunais.					
Fórmula de cálculo	$TCC1^\circ = 1 - (T\text{Baix}C1^\circ / (CnC1^\circ + CpC1^\circ))$ onde: TCC1º = Taxa de congestionamento na fase de conhecimento de 1º grau; T Baix1º = Total de processos judiciais baixados de 1º grau; Cn1º = Casos novos de conhecimento de 1º grau; Cp1º = Casos pendentes de conhecimento de 1º grau.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa demonstrar a rapidez com que a Justiça Federal consegue decidir as demandas judiciais diminuindo a taxa de congestionamento a cada ano.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Corregedorias e/ou Secretarias Judiciárias.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e SJs.					
Meta	As regiões deverão reduzir a taxa de congestionamento conforme apresentado abaixo.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	60,0%	56,0%	52,0%	50,0%	
	2ª "	65,5%	60,0%	55,0%	50,0%	
	3ª "	56,0%	55,0%	54,0%	53,0%	
	4ª "	64,5%	64,0%	63,0%	62,0%	
	5ª "	61,8%	56,0%	52,0%	50,0%	



TRF2MEM201401454A



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Agilizar os trâmites judiciais.					
Indicador	Taxa de processos de conhecimento no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano.					
Número do Indicador	11					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a quantidade de julgamento de processos de conhecimento em relação aos distribuídos. Refere-se à meta 1/2012 e 2013 - CNJ - julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012 e 2013, observando o glossário do CNJ, v.8 (maio 2012).					
Fórmula de cálculo	$TPC1^{\circ}J = (NPPUJ/NPND) * 100$ onde: TPC1ºJ = Taxa de processos de conhecimento no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano; NPPUJ = Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento; NPND = Número de processos novos distribuídos.					
Periodicidade de Coleta	Semestral.					
Análise	Visa mensurar a agilidade da prestação jurisdicional com a redução do estoque.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	TRFs e SJs.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e SJs.					
Meta	Atingir, até 2014, 20% de processos novos julgados a mais que os distribuídos.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região		10,0%	15,0%	20,0%	
	2ª "		10,0%	15,0%	20,0%	
	3ª "		10,0%	15,0%	20,0%	
	4ª "		10,0%	15,0%	20,0%	
	5ª "		10,0%	15,0%	20,0%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Agilizar os trâmites judiciais.					
Indicador	Taxa de processos antigos julgados no 1º grau.					
Número do Indicador	12					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a quantidade de processos antigos de 2005 a 2008 julgados, observando o glossário do CNJ, v.8 (maio 2012).					
Fórmula de cálculo	$\text{TPAJ1}^\circ = (\text{NPAJ1}^\circ / \text{NPAD1}^\circ) * 100$ onde: TPAJ1º = Taxa de processos antigos julgados no 1º grau; NPAJ1º = Nº de processos antigos de 1º grau julgados; NPAD1º = Nº de processos antigos de 1º grau distribuídos.					
Periodicidade de Coleta	Semestral.					
Análise	Visa diminuir o estoque dos processos antigos.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	TRFs e SJs.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e SJs.					
Meta	Attingir, anualmente, 100% do estabelecido a seguir: Julgar 50% dos processos distribuídos: 2012 - processos distribuídos em 2007; 2013 - processos distribuídos em 2008; 2014 - remanescentes do período 2005 a 2008.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	-	100%	100%	100%	
	2ª "	-	100%	100%	100%	
	3ª "	-	100%	100%	100%	
	4ª "	-	100%	100%	100%	
	5ª "	-	100%	100%	100%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Agilizar os trâmites judiciais.					
Indicador	Taxa de congestionamento do 2º grau.					
Número do indicador	13					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a redução da taxa de congestionamento do 2º grau em um período, relacionando o total de processos baixados no 2º grau com a soma dos processos ingressados no 2º grau (casos novos) e os casos pendentes no 2º grau do período anterior. Indicador do Justiça em Números - item 3.1.11 (2ª Edição - Dez/09) e tem série histórica de apuração nos tribunais.					
Fórmula de cálculo	$TC2^\circ = 1 - (TBaix2^\circ / (Cn2^\circ + Cp2^\circ))$ Onde: TC2º = Taxa de congestionamento do 2º grau; TBaix2º = Total de processos judiciais baixados do 2º grau; Cn2º = Casos novos do 2º grau; Cp2º = Casos pendentes do 2º grau.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa demonstrar a rapidez que a Justiça Federal consegue decidir as demandas judiciais diminuindo a taxa de congestionamento a cada ano.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Corregedorias e/ou Secretarias Judiciárias.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e SJs.					
Meta	As regiões deverão reduzir a taxa de congestionamento conforme apresentado abaixo.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	84,0%	80,0%	76,0%	70,0%	
	2ª "	47,2%	40,0%	35,0%	30,0%	
	3ª "	61,0%	60,0%	59,0%	58,0%	
	4ª "	43,6%	43,0%	42,0%	41,0%	
	5ª "	71,3%	69,5%	67,5%	65,5%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Agilizar os trâmites judiciais.					
Indicador	Taxa de processos de conhecimento no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano.					
Número do Indicador	14					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a quantidade de julgamento de processos de conhecimento em relação aos distribuídos. Refere-se à meta 1/2012 e 2013 - CNJ - julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012 e 2013, observando o glossário do CNJ, v.8 (maio 2012).					
Fórmula de cálculo	$TPC2^{\circ}J = (NPPUJ/NPND) * 100$ onde: TPC2ºJ = Taxa de processos de conhecimento no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano; NPPUJ = Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento; NPND = Número de processos novos distribuídos.					
Periodicidade de Coleta	Semestral.					
Análise	Visa mensurar a agilidade da prestação jurisdicional com a redução do estoque.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	TRFs e SJs.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e SJs.					
Meta	Atingir, até 2014, 20% de processos novos julgados a mais que os distribuídos.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região		10,0%	15,0%	20,0%	
	2ª "		10,0%	15,0%	20,0%	
	3ª "		10,0%	15,0%	20,0%	
	4ª "		10,0%	15,0%	20,0%	
	5ª "		10,0%	15,0%	20,0%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Agilizar os trâmites judiciais.					
Indicador	Taxa de processos antigos julgados no 2º grau.					
Número do Indicador	15					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a quantidade de processos antigos de 2005 a 2008 julgados, observando o glossário do CNJ, v.8 (maio 2012).					
Fórmula de cálculo	$TPAJ2^\circ = (NPAJ1^\circ / NPAD2^\circ) * 100$ onde: TPAJ2º = Taxa de processos antigos julgados no 2º grau; NPAJ2º = Nº de processos antigos de 2º grau julgados; NPAD2º = Nº de processos antigos de 2º grau distribuídos.					
Periodicidade de Coleta	Semestral.					
Análise	Visa diminuir o estoque dos processos antigos.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	TRFs e SJs.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e SJs.					
Meta	Attingir, anualmente, 100% do estabelecido a seguir: Julgar 50% dos processos distribuídos: 2012 - processos distribuídos em 2007; 2013 - processos distribuídos em 2008; 2014 - remanescentes do período 2005 a 2008.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	-	100%	100%	100%	
	2ª "	-	100%	100%	100%	
	3ª "	-	100%	100%	100%	
	4ª "	-	100%	100%	100%	
	5ª "	-	100%	100%	100%	



TRF2MEM201401454A



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo estratégico	Agilizar os trâmites judiciais.					
Indicador	Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do JEF.					
Número do indicador	16					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a redução da taxa de congestionamento na fase de conhecimento do JEF em um período, relacionando o total de processos baixados com a soma dos processos ingressados no JEF (casos novos) e os casos pendentes do período anterior. Indicador do Justiça em Números - item 3.4.12 (2ª Edição - Dez/09) e tem série histórica de apuração nos tribunais.					
Fórmula de cálculo	$TCCJEF = 1 - (TBaixCJE / (CnCJEF + CpCJEF))$ onde: TCCJEF = Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do JEF; TBaixCJE = Total de processos judiciais baixados de conhecimento do JEF; CnCJEF = Casos novos de conhecimento do JEF; CPJEF = Casos pendentes de conhecimento do JEF.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa demonstrar a rapidez com que a Justiça Federal consegue decidir as demandas judiciais diminuindo a taxa de congestionamento a cada ano.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Corregedorias e/ou Secretarias Judiciárias.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e SJs.					
Meta	As regiões deverão reduzir a taxa de congestionamento conforme apresentado abaixo.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	78,0%	75,0%	65,0%	50,0%	
	2ª "	49,0%	40,0%	35,0%	30,0%	
	3ª "	48,0%	47,0%	46,0%	45,0%	
	4ª "	53,0%	53,0%	52,0%	51,0%	
	5ª "	38,2%	35,0%	33,0%	30,0%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Agilizar os trâmites judiciais.					
Indicador	Taxa de processos de conhecimento no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano.					
Número do Indicador	17					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a quantidade de julgamento de processos de conhecimento em relação aos distribuídos. Refere-se à meta 1/2012 e 2013 - CNJ - julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012 e 2013, observando o glossário do CNJ, v.8 (maio 2012).					
Fórmula de cálculo	$\text{TPCJEFJ} = (\text{NPPUJ}/\text{NPND}) * 100$ onde: TPCJEFJ = Taxa de processos de conhecimento no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano; NPPUJ = Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento; NPND = Número de processos novos distribuídos.					
Periodicidade de Coleta	Semestral.					
Análise	Visa mensurar a agilidade da prestação jurisdicional com a redução do estoque.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	TRFs e SJs.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e SJs.					
Meta	Atingir, até 2014, 20% de processos novos julgados a mais que os distribuídos.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região		10,0%	15,0%	20,0%	
	2ª "		10,0%	15,0%	20,0%	
	3ª "		10,0%	15,0%	20,0%	
	4ª "		10,0%	15,0%	20,0%	
	5ª "		10,0%	15,0%	20,0%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Agilizar os trâmites judiciais.					
Indicador	Taxa de processos antigos julgados no JEF.					
Número do Indicador	18					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a quantidade de processos antigos de 2007 a 2010 julgados, observando o glossário do CNJ, v.8 (maio 2012).					
Fórmula de cálculo	$\text{TPAJJEF} = (\text{NPAJJEF} / \text{NPADJEF}) * 100$ onde: TPAJJEF = Taxa de processos antigos julgados no JEF; NPAJJEF = N° de processos antigos de JEF julgados; NPADJEF = N° de processos antigos de JEF distribuídos.					
Periodicidade de Coleta	Semestral.					
Análise	Visa diminuir o estoque dos processos antigos.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	TRFs e SJs.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e SJs.					
Meta	Atingir, anualmente, 100% do estabelecido a seguir: Julgar 50% dos processos distribuídos: 2012 - processos distribuídos de 2007 a 2009; 2013 - processos distribuídos em 2010; 2014 - remanescentes do período 2007 a 2010.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	-	100%	100%	100%	
	2ª "	-	100%	100%	100%	
	3ª "	-	100%	100%	100%	
	4ª "	-	100%	100%	100%	
	5ª "	-	100%	100%	100%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Agilizar os trâmites judiciais.					
Indicador	Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos.					
Número do indicador	19					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede o percentual de acórdãos de turmas recursais e de 2º grau publicados dentro do prazo de 10 dias úteis contado a partir do primeiro dia útil seguinte ao da sessão de julgamento. Os dados são sempre referentes às publicações de acórdãos produzidos no período de referência, ainda que elas sejam feitas no mês seguinte ao de referência. O prazo é de 10 dias úteis, contando-se do dia útil seguinte ao da sessão de julgamento. Para efeito deste indicador, considera-se data de publicação a data em que o acórdão assinado, em documento impresso ou eletrônico, é disponibilizado para consulta por intermédio da secretaria ou do sistema informatizado.					
Fórmula de cálculo	TAPA = (NAPPP/NAP) * 100 onde: TAPA = Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos; NAPPP = Número de acórdãos publicados dentro do prazo padrão de 10 dias úteis; NAP = Número de acórdãos a publicar.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa manter os prazos de publicação dos acórdãos, conforme acordo de nível de serviço em até 10 dias úteis.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Unidades judiciárias das TRs e dos TRFs .					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e AGE Nacional.					
Meta	Publicar, em até 10 dias úteis, 100% dos acórdãos de turmas recursais e de 2º grau, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da sessão de julgamento.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	5,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	2ª "	74,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	3ª "	76,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	4ª "	92,6%	100,0%	100,0%	100,0%	
	5ª "	95,0%	100,0%	100,0%	100,0%	



TRF2MEM201401454A



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais.					
Indicador	Taxa de congestionamento na turma recursal.					
Número do indicador	20					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a redução da taxa de congestionamento nas turmas recursais em um período, relacionando o total de processos baixados na turma recursal com a soma dos processos ingressados na turma recursal e os casos pendentes na turma recursal do período anterior. Indicador da Justiça em Números - item 3.3.10 (2ª Edição - Dez/09) e tem série histórica de apuração nos tribunais.					
Fórmula de cálculo	$TCTR = 1 - (T\text{BaixTR} / (Cn\text{TR} + Cp\text{TR}))$ onde: TCTR = Taxa de congestionamento na TR; T\text{BaixTR} = Total de processos judiciais baixados na TR; Cn\text{TR} = Casos novos na TR; Cp\text{TR} = Casos pendentes na TR.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa demonstrar a rapidez com que a Justiça Federal consegue decidir as demandas judiciais diminuindo a taxa de congestionamento a cada ano.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Corregedorias e/ou Secretarias Judiciárias.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e SJs.					
Meta	As regiões deverão reduzir a taxa de congestionamento conforme apresentado abaixo.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	72,0%	70,0%	60,0%	50,0%	
	2ª "	57,8%	50,0%	45,0%	40,0%	
	3ª "	78,0%	77,0%	76,0%	74,0%	
	4ª "	75,3%	73,0%	72,0%	70,0%	
	5ª "	68,1%	67,0%	66,0%	65,0%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais.					
Indicador	Taxa de processos antigos julgados na turma recursal.					
Número do Indicador	21					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a quantidade de processos antigos de 2007 a 2010 julgados, observando o glossário do CNJ, v.8 (maio 2012).					
Fórmula de cálculo	$\text{TPAJTR} = (\text{NPAJTR}/\text{NPADTR}) * 100$ onde: TPAJTR = Taxa de processos antigos julgados na TR; NPAJTR = N° de processos antigos da TR julgados; NPADTR = N° de processos antigos da TR distribuídos.					
Periodicidade de Coleta	Semestral.					
Análise	Visa diminuir o estoque dos processos antigos.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	TRFs e SJs.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e SJs.					
Meta	Attingir, anualmente, 100% do estabelecido a seguir: Julgar 50% dos processos distribuídos: 2012 - processos distribuídos de 2007 a 2009; 2013 - processos distribuídos em 2010; 2014 - remanescentes do período 2007 a 2010.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	-	100%	100%	100%	
	2ª "	-	100%	100%	100%	
	3ª "	-	100%	100%	100%	
	4ª "	-	100%	100%	100%	
	5ª "	-	100%	100%	100%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais.					
Indicador	Taxa de congestionamento nas turmas regionais de uniformização.					
Número do indicador	22					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a redução da taxa de congestionamento nas turmas regionais de uniformização em um período, relacionando o total de processos baixados com a soma dos processos ingressados e os casos pendentes. Indicador do Justiça em Números - item 3.5.5 (2ª Edição - Dez/09) e tem série histórica de apuração nos tribunais.					
Fórmula de cálculo	$TCTRU = 1 - (TBaixTRU / (CnTRU + CpTRU))$ onde: TCTRU - Taxa de congestionamento nasTRUs; TBaixTRU = Total de processos judiciais baixados nas TRUs; CNTRU = Casos novos nas TRUs; CPTRU = Casos pendentes nasTRUs.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa demonstrar a rapidez com que a Justiça Federal consegue decidir as demandas judiciais diminuindo a taxa de congestionamento a cada ano.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Corregedorias e/ou Secretarias Judiciárias.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e SJs.					
Meta	As regiões deverão reduzir a taxa de congestionamento conforme apresentado abaixo.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	67,0%	60,0%	55,0%	50,0%	
	2ª "	9,0%	5,0%	3,0%	1,0%	
	3ª "	28,0%	27,0%	27,0%	26,0%	
	4ª "	57,9%	56,0%	54,0%	53,0%	
	5ª "	65,2%	60,0%	55,0%	50,0%	



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
 Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Ficha do Indicador Estratégico					
Objetivo Estratégico	Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais.				
Indicador	Taxa de congestionamento na Turma Nacional de Uniformização.				
Número do indicador	23				
Tipo	Eficácia / resultado.				
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.				
Descrição	Mede a redução da taxa de congestionamento na Turma Nacional de Uniformização em um período, relacionando o total de processos baixados com a soma dos processos ingressados e os casos pendentes. Indicador do Justiça em Números - item 3.6.5 (2ª Edição - Dez/09).				
Fórmula de cálculo	$TCTNU = 1 - (NBaixTNU / (CNTNU + CPTNU))$ onde: TCTNU = Taxa de congestionamento na TNU; NBaixTNU = Número de processos judiciais baixados na TNU; CNTNU = Casos novos na TNU; CPTNU = Casos pendentes na TNU.				
Periodicidade de coleta	Semestral.				
Análise	Visa demonstrar a rapidez que a Justiça Federal consegue decidir as demandas judiciais diminuindo a taxa de congestionamento a cada ano.				
Unidade de medida	Porcentagem.				
Acumulação	Último valor do período.				
Fonte de dados	TNU.				
Responsável pela coleta	AGE Nacional.				
Meta	A TNU deverá reduzir a taxa de congestionamento para 20%, até 2014.				
Evolução da meta	LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	CJF	36,0%	30,0%	25,0%	20,0%



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Promover a conciliação.					
Indicador	Taxa de audiências de conciliação.					
Número do indicador	24					
Tipo	Eficiência / esforço.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a quantidade percentual de audiências de conciliação designadas no ano em relação ao ano anterior, observando o glossário do CNJ, v.8 (maio 2012).					
Fórmula de cálculo	$TAC = ((NACA / NACAA) - 1) * 100$ onde: TAC = Taxa de audiências de conciliação; NACA = Número de audiências de conciliação designadas no ano; NACAA = Número de audiências de conciliação designadas no ano anterior.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa promover o aumento do número de audiências de conciliação designadas anualmente. No entanto, também é importante a informação sobre o quantitativo de audiências realizadas e de conciliações homologadas. Tais informações devem constar na análise técnica do indicador.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Corregedorias e/ou Secretarias Judiciárias.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e SJs.					
Meta	Designar 10% a mais de audiências de conciliação por ano, até 2014, do que as designadas no ano anterior.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	18,0%	10,0%	10,0%	10,0%	
	2ª "	32,0%	10,0%	10,0%	10,0%	
	3ª "	119,0%	10,0%	10,0%	10,0%	
	4ª "	-1,0%	10,0%	10,0%	10,0%	
	5ª "	3,5%	10,0%	10,0%	10,0%	



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
 Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa.					
Indicador	Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da Justiça Federal.					
Número do indicador	25					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a quantidade percentual de processos de trabalho estratégicos monitorados. São eles: Conciliação (Pré-instrução e Instrução); Turmas Recursais, TRU e TNU (Processo judicial); Governança e operacionais de TI (Aquisição de bens e serviços de TI; Gerenciar projetos em TI; Assegurar continuidade de serviços de TI; Gestão de contratos; Gestão de catálogos; Mudanças; Gestão de risco; Gestão de incidentes; Gestão de problemas; Cumprimento de requisições e serviços, conforme Perfil Governança TI 2012/TCU); Gestão da estratégia; Supervisão (Orçamentária; Administrativa; Disciplinar; Fiscalização e controle; Normatização).					
Fórmula de cálculo	$TPEM = (NPEM / NPE) * 100$ onde: TPEM = Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da Justiça Federal; NPEM = Número de processos estratégicos monitorados; NPE = Número de processos estratégicos.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa propiciar o monitoramento e controle dos processos estratégicos da Justiça Federal para implementar melhorias nas rotinas de trabalho, fomentando discussões locais, regionais e nacionais sobre necessidades de alteração de normas, procedimentos, metodologias e tecnologias que suportam a execução dos processos estratégicos.					
Unidade de medida	Percentual.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Áreas de gestão de processos dos TRFs, SJs e CJF.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e AGE Nacional.					
Meta	Implantar o monitoramento em 100% dos processos estratégicos até 2014.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	CJF	-	40,0%	70,0%	100,0%	
	1ª região	-	40,0%	70,0%	100,0%	
	2ª "	-	40,0%	70,0%	100,0%	
	3ª "	-	40,0%	70,0%	100,0%	
	4ª "	-	40,0%	70,0%	100,0%	
	5ª "	-	40,0%	70,0%	100,0%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia.					
Indicador	Taxa de magistrados com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas.					
Número do indicador	26					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede-se o quanto os magistrados envolvidos no alcance da estratégia estão se aperfeiçoando nas competências identificadas como necessárias. Para o período de 2012 a 2014, priorizaram-se os magistrados que atuam nos processos de trabalho finalísticos definidos como estratégicos, quais sejam: Conciliação; Turmas Recursais, TRUs e TNU . Com relação a esses processos, os magistrados possuem atribuições técnicas e gerenciais. As áreas de conhecimento a serem aperfeiçoadas deverão ser previamente identificadas.					
Fórmula de cálculo	$TMCE = (NMCE / NMPE) * 100$ onde: TMCE = Taxa de magistrados com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas; NMCE = Número de magistrados com as CE; NMPE = Número de magistrados com atuação nos processos de trabalho estratégicos.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa assegurar que os magistrados envolvidos nos processos de trabalho considerados estratégicos estejam preparados para as funções e atribuições estratégicas.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	CEJ e Escolas de Magistratura da JF.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e AGE Nacional.					
Meta	Desenvolver em 2012, 40% dos magistrados envolvidos; em 2013, atingir 70%; e, em 2014, atingir 90%.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	-	40,0%	70,0%	100,0%	
	2ª "	-	40,0%	70,0%	100,0%	
	3ª "	-	40,0%	70,0%	100,0%	
	4ª "	-	40,0%	70,0%	100,0%	
	5ª "	-	40,0%	70,0%	100,0%	



TRF2MEM201401454A



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Desenvolver as competências estratégicas.					
Indicador	Taxa de servidores com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas.					
Número do indicador	27					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede se os servidores envolvidos possuem as competências necessárias ao alcance da estratégia. São considerados processos estratégicos: Conciliação (Instrução); Turmas Recursais, TRU e TNU (Processo Judicial); Governança e operacional de TI (COBIT e ITIL); Gestão da estratégia; Supervisão (Orçamentária; Administrativa; Disciplinar; Fiscalização e controle; Normatização). Com relação a esses processos, os servidores possuem atribuições técnicas e gerenciais. As áreas de conhecimento a serem aperfeiçoadas deverão ser previamente identificadas.					
Fórmula de cálculo	$TSCE = (NSCE/NSPE) * 100$ onde: TSCE = Taxa de servidores com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas; NSCE = Número de servidores com as CE; NSPE = Número de servidores que atuam nos processos estratégicos.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa assegurar que os servidores envolvidos nos processos de trabalho considerados estratégicos estejam preparados para as funções e atribuições estratégicas.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Áreas de desenvolvimento do CJF, TRFs e SJs.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e AGE Nacional.					
Meta	Desenvolver em 2012, 40% dos servidores envolvidos; em 2013, atingir 70%; e, em 2014, atingir 90%.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	1ª região	-	40,0%	70,0%	100%	
	2ª "	-	40,0%	70,0%	100%	
	3ª "	-	40,0%	70,0%	100%	
	4ª "	-	40,0%	70,0%	100%	
	5ª "	-	40,0%	70,0%	100%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Fortalecer o clima organizacional e o bem estar dos magistrados.					
Indicador	Taxa de satisfação dos magistrados com o clima organizacional.					
Número do indicador	28					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a satisfação dos magistrados em relação às seguintes variáveis que compõem o clima organizacional: trabalho em equipe, liderança, conhecimento do órgão, qualidade, administração, infraestrutura, relacionamento interpessoal e comunicação.					
Fórmula de cálculo	$T\text{SmCO} = (\text{NIP}/\text{NIA}) * 100$ onde: TSmCO = Taxa de satisfação dos magistrados com o clima organizacional; NIP = Número de itens com respostas positivas; NIA = Número de itens avaliados.					
Periodicidade de coleta	Bianual.					
Análise	Visa identificar as variáveis que necessitam de ações de melhoria.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Pesquisa.					
Responsável pela coleta	Comitê Pesquisa JF.					
Meta	Atingir, em 2012, 55% de respostas positivas dos itens avaliados e 75%, em 2014. Obs.: A aferição deste indicador está condicionada a realização da pesquisa.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	CJF	-	55%	-	75%	
	1ª região	-	55%	-	75%	
	2ª "	-	55%	-	75%	
	3ª "	-	55%	-	75%	
	4ª "	-	55%	-	75%	
	5ª "	-	55%	-	75%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Fortalecer o clima organizacional e o bem estar dos servidores.					
Indicador	Taxa de satisfação dos servidores com o clima organizacional.					
Número do indicador	29					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a satisfação dos servidores em relação às seguintes variáveis que compõem o clima organizacional: trabalho em equipe, liderança, conhecimento do órgão, qualidade, administração, infraestrutura, relacionamento interpessoal e comunicação.					
Fórmula de cálculo	$TSsCO = (NIP/NIA) * 100$ onde: TSsCO = Taxa de satisfação dos servidores com o clima organizacional; NIP = Número de itens com respostas positivas; NIA = Número de itens avaliados.					
Periodicidade de coleta	Bianual.					
Análise	Visa identificar as variáveis que necessitam de ações de melhoria.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Pesquisa.					
Responsável pela coleta	Comitê Pesquisa JF.					
Meta	Atingir, em 2012, 55% de respostas positivas dos itens avaliados e 75%, em 2014. Obs.: A aferição deste indicador está condicionada a realização da pesquisa.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	CJF	-	55%	-	75%	
	1ª região	-	55%	-	75%	
	2ª "	-	55%	-	75%	
	3ª "	-	55%	-	75%	
	4ª "	-	55%	-	75%	
	5ª "	-	55%	-	75%	



Ficha do Indicador Estratégico					
Objetivo Estratégico	Garantir soluções tecnológicas efetivas				
Indicador	Taxa de satisfação dos clientes internos da JF com as soluções de TI.				
Número do indicador	30				
Tipo	Efetividade / resultado.				
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.				
Descrição	Mede a satisfação dos magistrados e servidores com os serviços prestados pelas áreas de TI.				
Fórmula de cálculo	<p>TSCITI = (NIP / TIA) * 100 onde: TSCITI = Taxa de satisfação dos clientes internos da JF com as soluções de TI; NIP = Número de itens com respostas positivas; TIA = Total de itens avaliados.</p>				
Periodicidade de coleta	Bianual.				
Análise	Visa aprimorar as soluções de TI.				
Unidade de medida	Porcentagem.				
acumulação	Último valor do período.				
Fonte de dados	Pesquisa de clima organizacional aplicada para o PE / JE.				
Responsável pela coleta	SDI / CJF.				
Meta	Atingir, até 2014, 75% de respostas positivas dos itens avaliados.				
Evolução do alcance da meta	LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
	—	55%	—	75%	
Desdobramento	A evolução da meta se aplica a todas as regiões.				



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Prover estrutura e meios de segurança adequados.					
Indicador	Taxa de satisfação dos magistrados e servidores com as instalações físicas e com os meios de segurança.					
Número do indicador	31					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede o grau de satisfação dos magistrados e servidores com as instalações físicas e com os meios de segurança. Consideram-se como meios de segurança todos os relativos à segurança pessoal, predial e da informação.					
Fórmula de cálculo	$TSIF = (NIP / NIA) * 100$ onde: TSIF = Taxa de satisfação com as instalações físicas; NIP = Número de itens com respostas positivas; NIA = Total de itens avaliados.					
Periodicidade de coleta	Bianual.					
Análise	Visa propiciar melhores instalações físicas aos usuários, magistrados e servidores da JF.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Pesquisa.					
Responsável pela coleta	Comitê de Pesquisa da JF.					
Meta	Alcançar, em 2012, 55% de respostas positivas dos itens avaliados e, em 2014, 70%. Obs.: A aferição deste indicador está condicionada a realização da pesquisa.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	CJF	-	55%	-	70%	
	1ª região	-	55%	-	70%	
	2ª "	-	55%	-	70%	
	3ª "	-	55%	-	70%	
	4ª "	-	55%	-	70%	
	5ª "	-	55%	-	70%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Prover estrutura física e meios de segurança adequados.					
Indicador	Taxa de instalações físicas adequadas aos padrões de acessibilidade.					
Número do indicador	32					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a quantidade percentual de instalações físicas adequadas aos padrões de acessibilidade predial, de acordo com a NBR 9050. Padrões de acessibilidade predial se referem às facilidades de acesso físico (locomoção): acesso à área interna, circulação interna e disponibilidade de sanitários.					
Fórmula de cálculo	$TIFPA = (NIFA / NIF) * 100$ onde: TIFPA = Taxa de instalações físicas adequadas aos padrões de acessibilidade de acordo com a NBR 9050; NIFA = Número de instalações físicas adequadas; NIF = Número de instalações físicas.					
Periodicidade de coleta	Bianual.					
Análise	Visa propiciar aos usuários com dificuldade locomotora ou visual acesso às instalações da JF.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Comitê de obras.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e AGE Nacional.					
Meta	Alcançar, em 2014, 70% das instalações físicas adequadas aos padrões de acessibilidade estabelecido.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	CJF	-	50%	-	70%	
	1ª região	-	50%	-	70%	
	2ª "	-	50%	-	70%	
	3ª "	-	50%	-	70%	
	4ª "	-	50%	-	70%	
	5ª "	-	50%	-	70%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Assegurar os recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia.					
Indicador	Taxa de previsão orçamentária destinada aos projetos estratégicos garantida.					
Número do indicador	33					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede o percentual entre o valor previsto nos projetos estratégicos e o valor disponibilizado para tal.					
Fórmula de cálculo	$TPOPE = (VD / VPPE) * 100$ onde: TPOPE = Taxa de previsão orçamentária destinada aos projetos estratégicos garantida; VD = Valor disponibilizado; VPPE = Valor previsto nos projetos estratégicos.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa assegurar que haja recursos orçamentários suficientes para a execução da estratégia. Para tanto, é necessária a apresentação, no prazo previsto, do portfólio de projetos estratégicos, devidamente documentado e aprovado, à área de orçamento, para que seja contemplado no PPA e LOA.					
Unidade de medida	Porcentagem					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	AGE Nacional.					
Responsável pela coleta	AGE Nacional.					
Meta	Obter, anualmente, 100% do valor necessário para execução dos projetos.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	CJF	-	100%	100%	100%	
	1ª região	-	100%	100%	100%	
	2ª "	-	100%	100%	100%	
	3ª "	-	100%	100%	100%	
	4ª "	-	100%	100%	100%	
	5ª "	-	100%	100%	100%	



Ficha do Indicador Estratégico						
Objetivo Estratégico	Assegurar os recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia.					
Indicador	Taxa de execução orçamentário-financeira dos projetos em relação ao planejado.					
Número do indicador	34					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede o percentual entre o valor executado nos projetos estratégicos e o valor disponibilizado para tal.					
Fórmula de cálculo	$TEOE = (VEPE / VD) * 100$ onde: TEOE = Taxa de execução do orçamento estratégico; VEPE = Valor executado nos projetos estratégicos; VD = Valor disponibilizado.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa verificar e controlar o orçamento para execução da estratégia.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Áreas de execução orçamentária do CJF e TRFs.					
Responsável pela coleta	AGE Nacional.					
Meta	Executar, anualmente, 100% do valor disponibilizado.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	CJF	-	100%	100%	100%	
	1ª região	-	100%	100%	100%	
	2ª "	-	100%	100%	100%	
	3ª "	-	100%	100%	100%	
	4ª "	-	100%	100%	100%	
	5ª "	-	100%	100%	100%	



Ficha do Indicador Estratégico / PETI						
Objetivo Estratégico	Assegurar a efetividade das soluções de TI para a Justiça Federal.					
Indicador	Taxa de satisfação dos clientes internos da JF com as soluções de TI.					
Número do indicador	1					
Tipo	Efetividade / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a satisfação dos magistrados e servidores com os serviços prestados pelas áreas de TI.					
Fórmula de cálculo	$TSCITI = (NIP / NIA) * 100$ onde: TSCITI = Taxa de satisfação dos clientes internos da JF com as soluções de TI; NIP = N° de itens com respostas positivas; NIA = N° de itens avaliados.					
Periodicidade de coleta	Bianual.					
Análise	Visa aprimorar as soluções de TI.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Pesquisa de clima organizacional aplicada para o PEJF.					
Responsável pela coleta	SDI / CJF.					
Meta	Atingir, até 2014, 75% de respostas positivas dos itens avaliados.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	CJF	-	55%	-	75%	
	1ª região	-	55%	-	75%	
	2ª "	-	55%	-	75%	
	3ª "	-	55%	-	75%	
	4ª "	-	55%	-	75%	
	5ª "	-	55%	-	75%	



Ficha do Indicador Estratégico / PETI						
Objetivo Estratégico	Assegurar a atuação sistêmica da TI na Justiça Federal.					
Indicador	Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da TI da Justiça Federal.					
Número do indicador	2					
Tipo	Efetividade / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede o nível de satisfação dos servidores que atuam no sistema de TI da Justiça Federal.					
Fórmula de cálculo	$\text{TSFSTI} = (\text{NIP} / \text{NIA}) * 100$ onde: TSFSTI = Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico de TI; NIP = N° de itens com respostas positivas; NIA = N° de itens avaliados.					
Periodicidade de coleta	Bianual.					
Análise	Visa aprimorar o funcionamento sistêmico da TI no que se refere à integração e uniformização de procedimentos, padrões e metodologias, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Pesquisa de satisfação aplicada para o PEJE.					
Responsável pela coleta	SDI / CJF.					
Meta	Atingir, até 2014, 70% de respostas positivas dos itens avaliados.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	CJF	—	—	—	70%	
	1ª região	—	—	—	70%	
	2ª "	—	—	—	70%	
	3ª "	—	—	—	70%	
	4ª "	—	—	—	70%	
	5ª "	—	—	—	70%	



Ficha do Indicador Estratégico / PETI						
Objetivo Estratégico	Aperfeiçoar a gestão de TI na Justiça Federal.					
Indicador	Taxa de não aderência aos padrões e metodologias de TI estabelecidos para a Justiça Federal.					
Número do indicador	3					
Tipo	Efetividade / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a não aderência aos padrões e metodologias de TI estabelecidos para a JF. Poderão ser considerados padrões e metodologias: normatizações, processos de trabalho implantados de forma uniforme. Padrões e metodologias identificados: estrutura e funcionamento dos comitês; gerenciamento de projetos; aquisição de bens e serviços de TI; priorização das ações de TI; políticas de segurança da informação.					
Fórmula de cálculo	$TAPM = (NQNA / NQE) * 100$ onde: TAPM = Taxa de não aderência aos padrões e metodologias de TI estabelecidos para a Justiça Federal; NQNA = N° de itens dos padrões e metodologias não atendidos. NQE = N° de itens dos padrões e metodologias estabelecidos.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa promover a conformidade na uniformização dos procedimentos na Justiça Federal.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Corregedoria-Geral da JF (inspeções e correições) e Secretarias de Controle Interno da JF. Indicador 5 do PEJF.					
Responsável pela coleta	AGE nacional/CJF.					
Meta	Reduzir, até 2014, para 10% a taxa de não aderência aos padrões e metodologias estabelecidas.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	CJF	—	20%	15%	10%	
	1ª região	—	20%	15%	10%	
	2ª "	—	20%	15%	10%	
	3ª "	—	20%	15%	10%	
	4ª "	—	20%	15%	10%	
	5ª "	—	20%	15%	10%	



Ficha do Indicador Estratégico / PETI						
Objetivo Estratégico	Aperfeiçoar a gestão de TI na Justiça Federal.					
Indicador	Taxa de processos estratégicos de governança de TI monitorados.					
Número do indicador	4					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a quantidade percentual de processos de trabalho estratégicos, baseados no COBIT, monitorados. São eles: Aquisição de bens e serviços de TI; Gerenciar projetos em TI; Gestão de contratos; Gestão de risco, conforme Perfil Governança TI 2012/TCU.					
Fórmula de cálculo	$TPM = (NPEM / NTPE) * 100$ onde: TPM = Taxa de processos estratégicos monitorados; NPEM = N° de processos estratégicos monitorados; NTPE = N° total de processos estratégicos.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa propiciar o monitoramento e controle dos processos estratégicos de governança de TI, para implementar melhorias nas rotinas de trabalho, fomentando discussões locais, regionais e nacionais sobre necessidades de alteração de normas, procedimentos, metodologias e tecnologias que suportam a execução dos processos estratégicos.					
Unidade de medida	Percentual.					
Acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Áreas de gestão de processos dos CJF, TRFs e SJs.					
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e AGE Nacional.					
Meta	Implantar e monitorar os 4 processos estratégicos de governança de TI, considerando 1 em 2012, 2 em 2013 e os 4 em 2014, totalizando 100% dos processos estratégicos de TI definidos acima monitorados até 2014.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	CJF	—	25%	50%	100%	
	1ª região	—	25%	50%	100%	
	2ª "	—	25%	50%	100%	
	3ª "	—	25%	50%	100%	
	4ª "	—	25%	50%	100%	
	5ª "	—	25%	50%	100%	



Ficha do Indicador Estratégico / PETI						
Objetivo Estratégico	Assegurar níveis de serviços adequados ao negócio.					
Indicador	Taxa de solução das solicitações dos clientes.					
Número do indicador	5					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede o nível de atendimento às solicitações de solução de incidentes de TI, considerando os níveis de serviços estabelecidos. Serão consideradas como solicitações solucionadas aquelas que estiverem de acordo com o nível de serviço estabelecido para incidentes de 1º nível.					
Fórmula de cálculo	$TSC = (NSS / NSOL) * 100$ onde: TSC = Taxa de solução das solicitações dos clientes; NSS = N° de solicitações solucionadas de acordo com o nível de serviço estabelecido; NSOL = N° de solicitações.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa aprimorar o atendimento às solicitações de TI.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Unidades de TI do CJF, TRFs e SJs.					
Responsável pela coleta	Unidades de TI do CJF, TRFs e SJs.					
Meta	Atingir, até 2014, 74% de atendimento às solicitações de acordo com o nível de serviço estabelecido.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	CJF	—	60%	70%	74%	
	1ª região	—	60%	70%	74%	
	2ª "	—	60%	70%	74%	
	3ª "	—	60%	70%	74%	
	4ª "	—	60%	70%	74%	
	5ª "	—	60%	70%	74%	



Ficha do Indicador Estratégico / PETI						
Objetivo Estratégico	Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia.					
Indicador	Taxa de servidores de TI com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas.					
Número do Indicador	6					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a quantidade de servidores com as competências necessárias aos processos de trabalho de TI definidos como estratégicos desenvolvidas. As áreas de conhecimento identificadas foram: Cobit, Gerenciamento de Projetos; Análise de Requisitos/Negócio; Análise de Testes; Segurança da Informação; Análise de Ponto de Função; e Análise de Riscos (mínimo de 2 gestores especialistas por Região); Itil (mínimo de 2 gestores especialistas por Região e 100% dos gestores e técnicos das áreas de Atendimento/Suporte ou Infraestrutura, inclusive redes, no nível Itil v3) e Gestão de Contratos (100% dos gestores de contratos). Gestores são os servidores comissionados ou com função comissionada que possuem subordinados.					
Fórmula de cálculo	$TSCCE = (NSC / NSE) * 100$ onde: TSCCE = Taxa de servidores da TI com as competências necessárias desenvolvidas; NSC = N° de servidores com as competências necessárias desenvolvidas; NSE = N° de servidores envolvidos.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa assegurar que os servidores que atuam nos processos estratégicos de TI sejam devidamente capacitados para as respectivas funções e atribuições.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Áreas de desenvolvimento do CJF, TRFs e SJs.					
Responsável pela coleta	AGE nacional.					
Meta	Desenvolver até 2014, 100% da meta estipulada por área de conhecimento, considerando, em 2012, 4 especialistas e 25% dos profissionais das áreas de conhecimento ITIL e gestão de contratos. 2013, 4 especialistas e 50% dos profissionais das áreas de conhecimento ITIL e gestão de contratos. 2014, 8 especialistas e 100% dos profissionais das áreas de conhecimento ITIL e gestão de contratos					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	CJF	-	25%	50%	100%	
	1ª região	-	25%	50%	100%	
	2ª "	-	25%	50%	100%	
	3ª "	-	25%	50%	100%	
	4ª "	-	25%	50%	100%	
	5ª "	-	25%	50%	100%	



Ficha do Indicador Estratégico / PETI						
Objetivo Estratégico	Fortalecer o clima organizacional e o bem estar dos servidores.					
Indicador	Taxa de satisfação com o clima na unidade de TI.					
Número do indicador	7					
Tipo	Efetividade / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede a satisfação dos servidores de TI em relação a diferentes aspectos da cultura ou realidade aparente da unidade de TI, tais como: trabalho em equipe, liderança, conhecimento do tribunal, motivação, qualidade, administração, infraestrutura, relacionamento interpessoal e comunicação.					
Fórmula de cálculo	TSCO= (NIP / TIA) * 100 onde: TSCO = Taxa de satisfação com o clima de TI; NIP = N° de itens com resposta positivas; NTI = Total de itens avaliados.					
Periodicidade de coleta	Bianual					
Análise	Visa identificar as variáveis que necessitam de ações de melhoria.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Pesquisa de clima organizacional aplicada para o PEJF.					
Responsável pela coleta	SDI / CJF.					
Meta	Atingir, em 2014, índice de satisfação com 75% dos itens avaliados.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	CJF	-	55%	—	75%	
	1ª região	-	55%	—	75%	
	2ª "	-	55%	—	75%	
	3ª "	-	55%	—	75%	
	4ª "	-	55%	—	75%	
	5ª "	-	55%	—	75%	



Ficha do Indicador Estratégico / PETI					
Objetivo Estratégico	Garantir soluções tecnológicas efetivas.				
Indicador	Taxa de aderência ao requisito de nivelamento Força de Trabalho.				
Número do indicador	8				
Tipo	Eficácia / resultado.				
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.				
Descrição	<p>Mede o percentual de atendimento ao nivelamento de Força de trabalho, anexo I, Res. CNJ N. 90/2009:</p> <p>1. até 500 usuários de recursos TIC - mínimo 7% = mínimo de 15 profissionais do quadro permanente;</p> <p>2. entre 501 e 1.500 usuários de recursos TIC - mínimo 5% = mínimo de 35 profissionais do quadro permanente;</p> <p>3. entre 1.501 e 3.000 usuários de recursos TIC - mínimo 4% = mínimo de 75 profissionais do quadro permanente;</p> <p>4. entre 5.001 e 10.000 usuários de recursos TIC - mínimo 3% = mínimo 120 profissionais do quadro permanente;</p> <p>5. entre 5.001 e 10.000 usuários de recursos TIC - mínimo 2% = mínimo 150 profissionais do quadro permanente;</p> <p>6. acima de 10.000 usuários de recursos TIC - mínimo 1% = mínimo 200 profissionais do quadro permanente.</p>				
Fórmula de cálculo	<p>TARForça de trabalho = (NPM / NIA) * 100</p> <p>onde:</p> <p>TARForça de trabalho = Taxa de aderência aos requisitos de nivelamento Força de trabalho;</p> <p>NPM = N° de servidores atuando efetivamente na área de TI;</p> <p>NIA = N° mínimo de profissionais do quadro permanente estabelecido pela Res. CNJ 90/2009.</p>				
Periodicidade de coleta	Anual.				
Análise	Visa suprir com as melhores práticas e soluções a TI da JF no que se refere à força de trabalho.				
Unidade de medida	Porcentagem.				
Acumulação	Último valor do período.				
Fonte de dados	Unidades de TI (CJF, TRFs e SJs).				
Responsável pela coleta	AGEs nacional e regional.				
Meta	Alcançar, até 2014, 85% de aderência ao nivelamento da Força de Trabalho de TI definido pelo CNJ por órgão.				
Evolução do alcance da meta	LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
CJF		65%	75%	85%	
1ª Região		65%	75%	85%	
TRF 1		65%	75%	85%	
SJDF		65%	75%	85%	
SJGO		65%	75%	85%	
SJTO		65%	75%	85%	
SJMG		65%	75%	85%	
SJMT		65%	75%	85%	
SJRO		65%	75%	85%	
SJAC		65%	75%	85%	
SJRR		65%	75%	85%	
SJAM		65%	75%	85%	
SJAP		65%	75%	85%	
SJPA		65%	75%	85%	



TRF2MEM201401454A



SJMA		65%	75%	85%
SJPI		65%	75%	85%
SJBA		65%	75%	85%
2ª Região		65%	75%	85%
TRF 2		65%	75%	85%
SJRJ		65%	75%	85%
SJES		65%	75%	85%
3ª Região		65%	75%	85%
TRF 3		65%	75%	85%
SJSP		65%	75%	85%
SJMS		65%	75%	85%
4ª Região		65%	75%	85%
TRF 4		65%	75%	85%
SJRS		65%	75%	85%
SJSC		65%	75%	85%
SJPR		65%	75%	85%
5ª Região		65%	75%	85%
TRF 5		65%	75%	85%
SJPE		65%	75%	85%
SJPB		65%	75%	85%
SJRN		65%	75%	85%
SJAL		65%	75%	85%
SJSE		65%	75%	85%
SJCE		65%	75%	85%



TRF2MEM201401454A



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>

Ficha do Indicador Estratégico / PETI																		
Objetivo Estratégico	Aperfeiçoar a gestão de TI na Justiça Federal.																	
Indicador	Taxa de processos estratégicos operacionais de TI monitorados.																	
Número do indicador	9																	
Tipo	Eficácia / resultado.																	
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.																	
Descrição	Mede a quantidade percentual de processos de trabalho operacionais estratégicos, baseados no ITIL implantados e monitorados São eles: Cumprimento de Requisição; Gerenciamento da Capacidade; Gerenciamento da Configuração e de Ativo de Serviço; Gerenciamento da Continuidade do Serviço de TI; Gerenciamento da Demanda; Gerenciamento da Disponibilidade; Gerenciamento de Acesso; Gerenciamento de Evento; Gerenciamento de Fornecedor; Gerenciamento de Incidente; Gerenciamento de Liberação e Implantação; Gerenciamento de Mudança; Gerenciamento de Portfólio de Serviço; Gerenciamento de Problema; Gerenciamento de Segurança da Informação; Gerenciamento do Conhecimento; Gerenciamento do Catálogo de Serviço; Gerenciamento do Nível de Serviço; Gerenciamento Financeiro; conforme Perfil Governança TI 2012/TCU. Cada órgão poderá selecionar dentre os processos acima os que serão implantados e monitorados no horizonte estratégico 2012-2014.																	
Fórmula de cálculo	$TPIM = (NPEM / NPOE) * 100$ onde: TPIM = Taxa de processos operacionais estratégicos implantados e monitorados; NPEIM = N° de processos operacionais estratégicos implantados e monitorados; NPOE = N° de processos operacionais estratégicos definidos para o horizonte estratégico 2012-2014.																	
Periodicidade de coleta	Anual.																	
Análise	Visa propiciar o monitoramento e controle dos processos operacionais estratégicos de TI, para implementar melhorias nas rotinas de trabalho, fomentando discussões locais, regionais e nacionais sobre necessidades de alteração de normas, procedimentos, metodologias e tecnologias que suportam a execução dos processos estratégicos.																	
Unidade de medida	Percentual.																	
Acumulação	Último valor do período.																	
Fonte de dados	Áreas de gestão de processos dos CJF, TRFs e SJs.																	
Responsável pela coleta	Áreas de gestão estratégica dos TRFs e AGE Nacional.																	
Meta	Atingir, anualmente, até 2014, 100% dos quantitativos a seguir: Implantar 6 processos de trabalho, considerando 4 na fase de monitoramento e 2 na fase de implantação dos processos estratégicos de TI. <table border="1" style="margin-left: 20px;"> <thead> <tr> <th></th> <th>2012</th> <th>2013</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>20% implantado</td> <td>67% implantado</td> <td>100% implantada</td> <td></td> </tr> <tr> <td>0% monitorado</td> <td>20% monitorado</td> <td>67% monitorado</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							2012	2013	2014	20% implantado	67% implantado	100% implantada		0% monitorado	20% monitorado	67% monitorado	
	2012	2013	2014															
20% implantado	67% implantado	100% implantada																
0% monitorado	20% monitorado	67% monitorado																
Evolução da meta	LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade													
Desdobramento	CJF	–	100%	100%	100%													
	1ª região	–	100%	100%	100%													
	2ª "	–	100%	100%	100%													
	3ª "	–	100%	100%	100%													
	4ª "	–	100%	100%	100%													
	5ª "	–	100%	100%	100%													



TRF2MEM201401454A



Ficha do Indicador Estratégico / PETI						
Objetivo Estratégico	Assegurar os recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia.					
Indicador	Taxa de previsão orçamentária destinada aos projetos estratégicos de TI garantida.					
Número do indicador	10					
Tipo	Eficácia / resultado.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede o percentual entre o valor previsto nos projetos estratégicos e o valor disponibilizado.					
Fórmula de cálculo	$TOOE = (VP / VD) * 100$ onde: TOOE = Taxa de previsão orçamentária destinada aos projetos estratégicos de TI garantida; VP = Valor previsto nos projetos estratégicos de TI; VD = Valor disponibilizado.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa provisionar orçamento para atendimento aos projetos estratégicos de TI.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Indicador 27 do PEJF.					
Responsável pela coleta	AGE nacional.					
Meta	Obter, anualmente, 100% do orçamento necessário para a execução dos projetos.					
Evolução da meta	LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade	
Desdobramento	CJF	-	100%	100%	100%	
	1ª região	-	100%	100%	100%	
	2ª "	-	100%	100%	100%	
	3ª "	-	100%	100%	100%	
	4ª "	-	100%	100%	100%	
	5ª "	-	100%	100%	100%	



Ficha do Indicador Estratégico / PETI						
Objetivo Estratégico	Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia.					
Indicador	Taxa de execução orçamentária-financeira dos projetos de TI em relação ao planejado.					
Número do indicador	11					
Tipo	Eficiência / esforço.					
Relator	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da JF.					
Descrição	Mede o percentual entre o valor executado nos projetos estratégicos de TI e o valor disponibilizado.					
Fórmula de cálculo	$TEOE = (VE / VD) * 100$ onde: TEOE = Taxa de execução orçamentária-financeira dos projetos em relação ao planejado; VE = valor executado nos projetos estratégicos de TI; VD = valor disponibilizado.					
Periodicidade de coleta	Semestral.					
Análise	Visa verificar e controlar o orçamento para execução da estratégia.					
Unidade de medida	Porcentagem.					
acumulação	Último valor do período.					
Fonte de dados	Indicador 28 do PEJF.					
Responsável pela coleta	Áreas de execução orçamentária e financeira.					
Meta	Executar, anualmente, 100% do orçamento disponibilizado.					
Evolução da meta		LB 2011	2012	2013	2014	Polaridade
Desdobramento	CJF	-	100%	100%	100%	
	1ª região	-	100%	100%	100%	
	2ª "	-	100%	100%	100%	
	3ª "	-	100%	100%	100%	
	4ª "	-	100%	100%	100%	
	5ª "	-	100%	100%	100%	





JUSTIÇA FEDERAL
TRF2

Demonstrativo da força de trabalho

Evolução da força de trabalho dezembro/2013

São incluídos os servidores do quadro, servidores requisitados, servidores em exercício provisório neste órgão e servidores sem vínculo ocupantes de cargo em comissão. Os servidores que se encontram em férias, licenças médicas, suspensões, licenças-prêmio e outros afastamentos temporários também são computados para efeito de força de trabalho. São excluídos os servidores cedidos, em disponibilidade, em exercício provisório em outro órgão e em licença sem vencimentos.
(critérios conforme Memorando n.º 040/SPO, de 28.04.94).

Anexo II



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Magistrados do TRF		23	23	23	24	24	24	24	24	25	25	25	25	
Magistrados Convocados		17	13	11	9	11	12	16	10	9	9	9	8	
Magistrados Cedidos (-)		-	-	-	-	-	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	
Magistrados Licenciados/Afastados (-)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total da Força de Trabalho dos Magistrados		40	36	34	33	35	35	39	33	33	33	33	32	
Servidores do Quadro	Efetivo sem FC/ Cargo em Comissão	264	258	254	256	250	254	248	246	251	257	252	251	
	CJ-1 a CJ-4	77	76	78	79	80	81	81	81	79	79	81	80	
	FC-01 a FC-06	676	679	679	676	680	676	679	678	680	676	676	680	
	Cedidos (-)	(64)	(63)	(63)	(60)	(61)	(61)	(59)	(57)	(58)	(59)	(60)	(57)	
	Removidos (-)	(53)	(53)	(53)	(53)	(52)	(52)	(52)	(52)	(52)	(52)	(52)	(55)	
	Exercício Provisório (-)	(8)	(8)	(8)	(8)	(8)	(8)	(8)	(8)	(8)	(8)	(8)	(8)	
	Licença Sem Vencimentos (-)	(4)	(4)	(3)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(5)	(5)	(5)	(5)	
Cargo em Comissão (CJ-1 a CJ-4) s/vínculo		24	24	26	24	22	22	24	24	24	23	21	21	
Servidores de Outros Órgãos	Servidores Requisitados (+)	Efetivo sem FC/ Cargo em Comissão	15	14	16	14	12	14	17	14	12	14	15	14
		CJ-1 a CJ-4	40	40	41	39	40	39	40	40	41	42	43	45
		FC-01 a FC-06	156	155	154	149	157	158	155	160	162	163	163	162
	Servidores Removidos (+)	Efetivo sem FC/ Cargo em Comissão	20	21	22	25	25	27	26	24	23	22	22	24
		CJ-1 a CJ-4	19	19	19	22	22	21	21	21	22	22	22	21
		FC-01 a FC-06	104	103	102	95	92	91	90	92	91	92	92	90
	Exercício Provisório (+)	Efetivo sem FC/ Cargo em Comissão	1	1	-	-	-	1	1	-	-	1	1	1
		CJ-1 a CJ-4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		FC-01 a FC-06	7	5	5	5	5	5	6	7	7	7	7	7
	Licença Sem Vencimentos (-)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total da Força de Trabalho dos Servidores		1274	1267	1269	1259	1260	1264	1265	1266	1269	1274	1270	1271
	Total da Força de Trabalho		1314	1303	1303	1292	1295	1299	1304	1299	1302	1307	1303	1303



TRF2MEM201401454A





JUSTIÇA FEDERAL
TRF2

Dados Estatísticos

- Movimentação Processual por Órgão Julgador
- Julgados por Órgão Julgador e Relator
- Julgados por Órgão Julgador e Relator Fase
- Comparativo Histórico

Anexo

III



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Movimentação Processual por Órgão Julgador

Órgão	Remanescentes no Início do Período	Total de Entradas	Total de Saídas	Tramitação no Final do Período
Tribunal Pleno	77	137	126	88
1a.SEÇÃO ESPECIALIZADA	297	415	403	309
2a.SEÇÃO ESPECIALIZADA	132	90	100	122
Órgão Especial	0	1	1	0
3a.SEÇÃO ESPECIALIZADA	348	431	440	339
4a.SEÇÃO ESPECIALIZADA	0	4	4	0
Presidência	16	32	40	8
Vice-Presidência	25.322	15.873	13.400	27.795
1a.Turma	16	4	14	6
2a.Turma	0	5	5	0
3a.Turma	1	3	4	0
4a.Turma	1	6	6	1
5a.Turma	1	1	2	0
6a.Turma	0	1	1	0
1a.TURMA ESPECIALIZADA	4.125	6.349	5.262	5.212
2a.TURMA ESPECIALIZADA	5.718	10.952	9.696	6.974
3a.TURMA ESPECIALIZADA	14.406	25.273	20.014	19.665
4a.TURMA ESPECIALIZADA	18.064	21.946	20.356	19.654
5a.TURMA ESPECIALIZADA	12.942	7.245	8.681	11.506
6a.TURMA ESPECIALIZADA	4.070	5.965	5.891	4.144
7a.TURMA ESPECIALIZADA	4.244	5.992	6.180	4.056
8a.TURMA ESPECIALIZADA	6.617	9.493	7.175	8.935
Total geral	96.397	110.218	97.801	108.814



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Mapa de Atividades - Julgados por Órgão Julgador e Relator

Órgão	Relator	Decisões Monocráticas Terminativas	Julgamentos em Sessão	Julgamentos de Incidentes	Total de Julgamentos
Tribunal Pleno	ABEL GOMES	2	1	1	4
	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	0	2	0	2
	ANDRÉ FONTES	0	3	2	5
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	1	2	0	3
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	1	1	1	3
	GUILHERME DIEFENTHAELER	0	2	0	2
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	0	3	0	3
	JOSE F. NEVES NETO	1	1	2	4
	LANA REGUEIRA	1	0	0	1
	LILIANE RORIZ	2	0	2	4
	LUIZ ANTONIO SOARES	0	2	0	2
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	0	2	1	3
	MARCUS ABRAHAM	1	2	0	3
	MARIA HELENA CISNE	1	1	0	2
	MESSOD AZULAY NETO	0	0	2	2
	NIZETE LOBATO CARMO	1	0	0	1
	PAULO ESPIRITO SANTO	0	1	0	1
	POUL ERIK DYRLUND	0	1	1	2
	RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	1	1	0	2
	REIS FRIEDE	1	1	0	2
	RICARDO PERLINGEIRO	1	0	1	2
	SALETE MACCALÓZ	1	0	1	2
	SERGIO SCHWAITZER	0	1	0	1
THEOPHILO MIGUEL	1	1	0	2	
VERA LÚCIA LIMA	0	6	0	6	
Tribunal Pleno Total		16	34	14	64
1a.SEÇÃO ESPECIALIZADA	ABEL GOMES	9	23	11	43
	ANDRÉ FONTES	0	11	10	21
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	4	18	4	26
	LILIANE RORIZ	0	10	1	11
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	15	31	18	64
	MESSOD AZULAY NETO	4	29	15	48
	PAULO ESPIRITO SANTO	2	25	9	36
1a.SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		34	147	68	249



TRF2MEM201401454A



Órgão	Relator	Decisões Monocráticas Terminativas	Julgamentos em Sessão	Julgamentos de Incidentes	Total de Julgamentos
2a.SEÇÃO ESPECIALIZADA	CLAUDIA NEIVA	2	3	0	5
	JOSE F. NEVES NETO	1	5	10	16
	LANA REGUEIRA	1	12	5	18
	LUIZ ANTONIO SOARES	0	13	6	19
	RICARDO PERLINGEIRO	0	7	1	8
	THEOPHILO MIGUEL	2	12	12	26
2a.SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		6	52	34	92
3a.SEÇÃO ESPECIALIZADA	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	5	9	10	24
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	6	16	9	31
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	10	8	12	30
	GUILHERME DIEFENTHAELER	3	23	10	36
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	6	11	5	22
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	4	23	22	49
	MARCUS ABRAHAM	5	12	3	20
	MARIA HELENA CISNE	3	2	3	8
	NIZETE LOBATO CARMO	10	5	7	22
	POUL ERIK DYRLUND	3	2	5	10
	RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	2	8	1	11
	REIS FRIEDE	3	17	13	33
	SERGIO SCHWAITZER	2	2	2	6
VERA LÚCIA LIMA	4	6	4	14	
3a.SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		66	144	106	316
Presidência	PRESIDENTE	13	2	19	34
	TANIA HEINE	2	0	0	2
Presidência Total		15	2	19	36
Vice-Presidência	ARNALDO LIMA	1	0	0	1
	CHALU BARBOSA	2	0	0	2
	FERNANDO MARQUES	12	0	1	13
	FREDERICO GUEIROS	4	0	0	4
	RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	0	0	1	1
	VERA LÚCIA LIMA	13	1	2	16
	VICE-PRESIDENTE	2.597	7	131	2.735
Vice-Presidência Total	2.629	8	135	2.772	
1a.TURMA ESPECIALIZADA	ABEL GOMES	65	1.783	680	2.528
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	307	1.150	473	1.930
	PAULO ESPIRITO SANTO	58	1.808	615	2.481
1a.TURMA ESPECIALIZADA Total		430	4.741	1.768	6.939



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Órgão	Relator	Decisões Monocráticas Terminativas	Julgamentos em Sessão	Julgamentos de Incidentes	Total de Julgamentos
2a.TURMA ESPECIALIZADA	ANDRÉ FONTES	75	1.146	534	1.755
	CLAUDIA NEIVA	11	0	0	11
	LILIANE RORIZ	243	95	67	405
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	1.450	660	909	3.019
	MESSOD AZULAY NETO	275	1.675	850	2.800
2a.TURMA ESPECIALIZADA Total		2.054	3.576	2.360	7.990
3a.TURMA ESPECIALIZADA	CLAUDIA NEIVA	2.669	692	1.570	4.931
	JOSE F. NEVES NETO	0	0	1	1
	LANA REGUEIRA	892	3.498	939	5.329
	RICARDO PERLINGEIRO	141	2.723	312	3.176
	SALETE MACCALÓZ	566	165	370	1.101
THEOPHILO MIGUEL	0	1	0	1	
3a.TURMA ESPECIALIZADA Total		4.268	7.079	3.192	14.539
4a.TURMA ESPECIALIZADA	JOSE F. NEVES NETO	2.327	2.152	1.285	5.764
	LANA REGUEIRA	5	0	2	7
	LUIZ ANTONIO SOARES	261	4.433	1.055	5.749
	THEOPHILO MIGUEL	4.271	314	1.841	6.426
4a.TURMA ESPECIALIZADA Total		6.864	6.899	4.183	17.946
5a.TURMA ESPECIALIZADA	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	247	2.825	769	3.841
	GUILHERME DIEFENTHAELER	437	1.678	730	2.845
	MARCUS ABRAHAM	388	2.478	855	3.721
5a.TURMA ESPECIALIZADA Total		1.072	6.981	2.354	10.407
6a.TURMA ESPECIALIZADA	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	204	1.644	584	2.432
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	717	1.297	769	2.783
	NIZETE LOBATO CARMO	308	1.698	628	2.634
6a.TURMA ESPECIALIZADA Total		1.229	4.639	1.981	7.849
7a.TURMA ESPECIALIZADA	JOSÉ ANTONIO NEIVA	409	1.430	769	2.608
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	463	1.291	729	2.483
	REIS FRIEDE	1.919	262	1.159	3.340
7a.TURMA ESPECIALIZADA Total		2.791	2.983	2.657	8.431



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Órgão	Relator	Decisões Monocráticas Terminativas	Julgamentos em Sessão	Julgamentos de Incidentes	Total de Julgamentos
8a.TURMA ESPECIALIZADA	MARIA HELENA CISNE	187	494	208	889
	POUL ERIK DYRLUND	65	450	184	699
	RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	133	465	88	686
	SERGIO SCHWAITZER	219	43	126	388
	VERA LÚCIA LIMA	178	1.021	383	1.582
8a.TURMA ESPECIALIZADA Total		782	2.473	989	4.244
Total geral		22.256	39.758	19.860	81.874



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Mapa de Atividades - Julgados por Órgão Julgador e Relator Fase

Órgão	Relator da Fase	Decisões Monocráticas Terminativas	Julgamentos em Sessão	Julgamentos de Incidentes	Total de Julgamentos
Tribunal Pleno	ABEL GOMES	2	1	1	4
	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	0	2	0	2
	ANDRÉ FONTES	0	3	2	5
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	1	2	0	3
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	1	1	2	4
	GUILHERME DIFENTHAELER	0	2	0	2
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	0	3	3	6
	JOSE F. NEVES NETO	1	1	2	4
	LANA REGUEIRA	3	0	0	3
	LUIZ ANTONIO SOARES	0	2	0	2
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	1	0	0	1
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	0	2	1	3
	MARCUS ABRAHAM	1	2	0	3
	MARIA HELENA CISNE	1	1	0	2
	PAULO ESPIRITO SANTO	0	1	0	1
	POUL ERIK DYRLUND	0	1	1	2
	RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	1	1	0	2
	REIS FRIEDE	1	1	0	2
	RICARDO PERLINGEIRO	1	0	1	2
	SALETE MACCALÓZ	1	0	1	2
	SERGIO SCHWAITZER	0	1	0	1
THEOPHILO MIGUEL	1	1	0	2	
VERA LÚCIA LIMA	0	6	0	6	
Tribunal Pleno Total		16	34	14	64
1a.SEÇÃO ESPECIALIZADA	ABEL GOMES	9	22	8	39
	ANDRÉ FONTES	0	11	11	22
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	4	16	2	22
	CLAUDIA NEIVA	0	10	1	11
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	0	0	1	1
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	15	35	20	70
	MESSOD AZULAY NETO	3	29	18	50
	PAULO ESPIRITO SANTO	2	24	7	33
	SANDRA CHALU BARBOSA	1	0	0	1
1a.SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		34	147	68	249



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Órgão	Relator	Decisões Monocráticas Terminativas	Julgamentos em Sessão	Julgamentos de Incidentes	Total de Julgamentos
2a.SEÇÃO ESPECIALIZADA	CLAUDIA NEIVA	2	4	0	6
	JOSE F. NEVES NETO	1	5	10	16
	LANA REGUEIRA	1	12	4	17
	LUIZ ANTONIO SOARES	0	13	7	20
	RICARDO PERLINGEIRO	0	7	1	8
	THEOPHILO MIGUEL	2	11	12	25
2a.SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		6	52	34	92
3a.SEÇÃO ESPECIALIZADA	ALEXANDRE LIBONATI DE ABREU	0	0	2	2
	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	5	8	10	23
	ANTÔNIO HENRIQUE C. DA SILVA	0	9	1	10
	CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA	4	9	6	19
	EUGENIO ROSA DE ARAUJO	2	0	0	2
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	2	10	3	15
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	9	7	8	24
	GUILHERME DIEFENTHAELER	3	21	8	32
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	4	13	8	25
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	4	21	22	47
	MARCUS ABRAHAM	5	4	2	11
	MARIA ALICE PAIM LYARD	2	1	5	8
	MARIA AMELIA SENOS DE CARVALHO	0	1	1	2
	MARIA DO CARMO FREITAS RIBEIRO	0	1	0	1
	MARIA HELENA CISNE	3	2	2	7
	NIZETE LOBATO CARMO	9	5	8	22
	NOBRE MATTA	0	1	3	4
	POUL ERIK DYRLUND	3	2	4	9
	RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	2	7	1	10
	REIS FRIEDE	3	13	7	23
SERGIO SCHWAITZER	2	2	2	6	
SIMONE SCHREIBER	0	1	0	1	
VERA LÚCIA LIMA	4	6	3	13	
3a.SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		66	144	106	316
Presidência	ANDRÉ FONTES	0	1	0	1
	MARIA HELENA CISNE	0	0	5	5
	PRESIDENTE	2	0	2	4
	SERGIO SCHWAITZER	11	1	12	24
	TANIA HEINE	2	0	0	2



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Órgão	Relator	Decisões Monocráticas Terminativas	Julgamentos em Sessão	Julgamentos de Incidentes	Total de Julgamentos
Presidência Total		15	2	19	36
Vice-Presidência	ARNALDO LIMA	1	0	0	1
	CHALU BARBOSA	2	0	0	2
	FERNANDO MARQUES	12	0	0	12
	FREDERICO GUEIROS	3	0	0	3
	POUL ERIK DYRLUND	1	0	3	4
	RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	1	2	4	7
	SALETE MACCALÓZ	1	0	1	2
	THEOPHILO MIGUEL	1	0	0	1
	VERA LÚCIA LIMA	13	0	0	13
Vice-Presidência Total		2.594	6	127	2.727
Vice-Presidência Total		2.629	8	135	2.772
1a.TURMA ESPECIALIZADA	ABEL GOMES	48	1.420	568	2.036
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	306	1.150	475	1.931
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	23	423	140	586
	PAULO ESPIRITO SANTO	53	1.748	585	2.386
1a.TURMA ESPECIALIZADA Total		430	4.741	1.768	6.939
2a.TURMA ESPECIALIZADA	ANDRÉ FONTES	78	1.145	532	1.755
	CLAUDIA NEIVA	244	92	59	395
	LILIANE RORIZ	4	5	4	13
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	1.451	660	912	3.023
	MESSOD AZULAY NETO	247	1.674	853	2.774
	SANDRA CHALU BARBOSA	30	0	0	30
2a.TURMA ESPECIALIZADA Total		2.054	3.576	2.360	7.990
3a.TURMA ESPECIALIZADA	CLAUDIA NEIVA	2.074	441	1.254	3.769
	GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO	190	336	237	763
	LANA REGUEIRA	700	2.635	430	3.765
	LUIZ NORTON BAPTISTA DE MATTOS	1	520	179	700
	RICARDO PERLINGEIRO	141	2.701	261	3.103
	SALETE MACCALÓZ	457	67	207	731
	SANDRA CHALU BARBOSA	604	366	514	1.484
	THEOPHILO MIGUEL	0	1	0	1
	WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA	101	12	110	223
3a.TURMA ESPECIALIZADA Total		4.268	7.079	3.192	14.539



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Órgão	Relator	Decisões Monocráticas Terminativas	Julgamentos em Sessão	Julgamentos de Incidentes	Total de Julgamentos
4a.TURMA ESPECIALIZADA	FATIMA MARIA NOVELINO SEQUEIRA	64	0	16	80
	JOSE F. NEVES NETO	1.773	1.583	1.028	4.384
	LANA REGUEIRA	1	0	1	2
	LUIZ ANTONIO SOARES	214	4.432	1.035	5.681
	MARIA CLAUDIA DE GARCIA ALLEMAND	131	123	20	274
	RICARLOS ALMAGRO VITORIANO CUNHA	0	217	88	305
	SANDRA CHALU BARBOSA	398	227	149	774
	THEOPHILO MIGUEL	4.283	317	1.846	6.446
4a.TURMA ESPECIALIZADA Total		6.864	6.899	4.183	17.946
5a.TURMA ESPECIALIZADA	ALUISIO GONCALVES DE CASTRO MENDES	230	2.516	692	3.438
	ANTÔNIO HENRIQUE C. DA SILVA	31	268	43	342
	EUGENIO ROSA DE ARAUJO	0	0	2	2
	FLÁVIA HEINE PEIXOTO	0	28	5	33
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	0	1	0	1
	GUILHERME DIEFENTHAELER	217	1.463	616	2.296
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	0	1	1	2
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	0	1	0	1
	MARCUS ABRAHAM	357	2.191	817	3.365
	MARIA AMELIA SENOS DE CARVALHO	9	197	19	225
	MARIA DO CARMO FREITAS RIBEIRO	17	289	84	390
	MAURO LUIS ROCHA LOPES	0	1	0	1
	RICARDO PERLINGEIRO	0	14	0	14
	SANDRA CHALU BARBOSA	0	0	1	1
VIGDOR TEITEL	211	11	74	296	
5a.TURMA ESPECIALIZADA Total		1.072	6.981	2.354	10.407
6a.TURMA ESPECIALIZADA	CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA	172	1.172	420	1.764
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	29	388	111	528
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	570	995	610	2.175
	MARIA ALICE PAIM LYARD	180	445	256	881
	MAURO LUIS ROCHA LOPES	9	84	43	136
	NIZETE LOBATO CARMO	223	1.408	474	2.105
	WILLIAM DOUGLAS RESINENTE DOS SANTOS	46	147	67	260
6a.TURMA ESPECIALIZADA Total		1.229	4.639	1.981	7.849



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Órgão	Relator	Decisões Monocráticas Terminativas	Julgamentos em Sessão	Julgamentos de Incidentes	Total de Julgamentos
7a.TURMA ESPECIALIZADA	ANDREA CUNHA ESMERALDO	31	57	17	105
	CRISTIANE CONDE CHMATALIK	0	0	1	1
	EUGENIO ROSA DE ARAUJO	60	143	246	449
	FLÁVIA HEINE PEIXOTO	0	1	0	1
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	348	1.287	532	2.167
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	432	1.233	713	2.378
	NOBRE MATTA	140	11	84	235
	REIS FRIEDE	1.780	251	1.064	3.095
7a.TURMA ESPECIALIZADA Total		2.791	2.983	2.657	8.431
8a.TURMA ESPECIALIZADA	ALEXANDRE LIBONATI DE ABREU	61	145	59	265
	CRISTIANE CONDE CHMATALIK	0	0	4	4
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	0	0	1	1
	MARCELLA NOVA BRANDÃO	0	9	0	9
	MARCELO LEONARDO TAVARES	38	23	13	74
	MARIA HELENA CISNE	127	349	150	626
	POUL ERIK DYRLUND	66	449	182	697
	RALDÊNIO BONIFACIO COSTA	70	339	67	476
	SERGIO SCHWAITZER	218	36	124	378
	SIMONE SCHREIBER	27	103	7	137
VERA LÚCIA LIMA	175	1.020	382	1.577	
8a.TURMA ESPECIALIZADA Total		782	2.473	989	4.244
Total geral		22.256	39.758	19.860	81.874

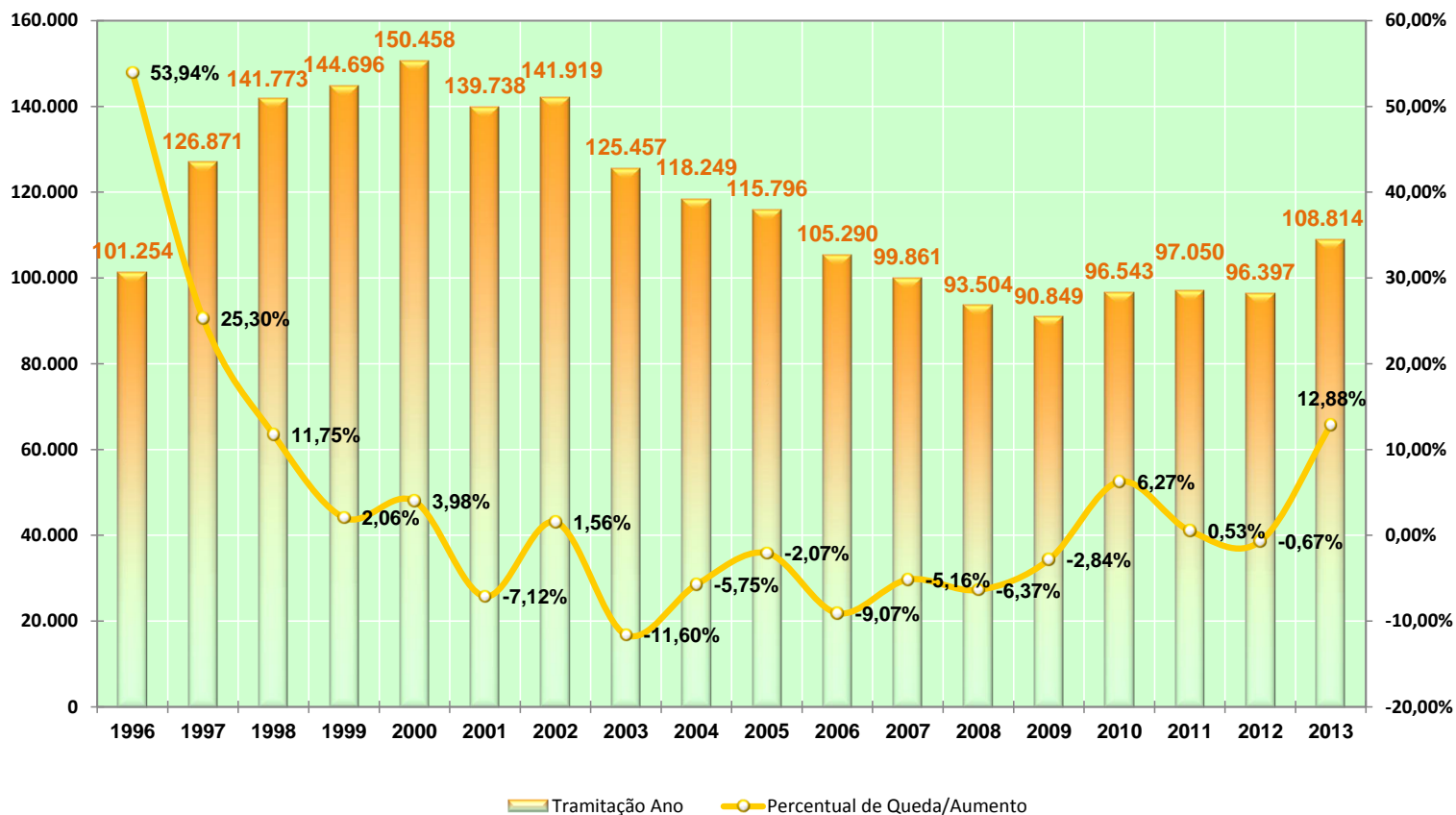


Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Comparativo Anual de Tramitação

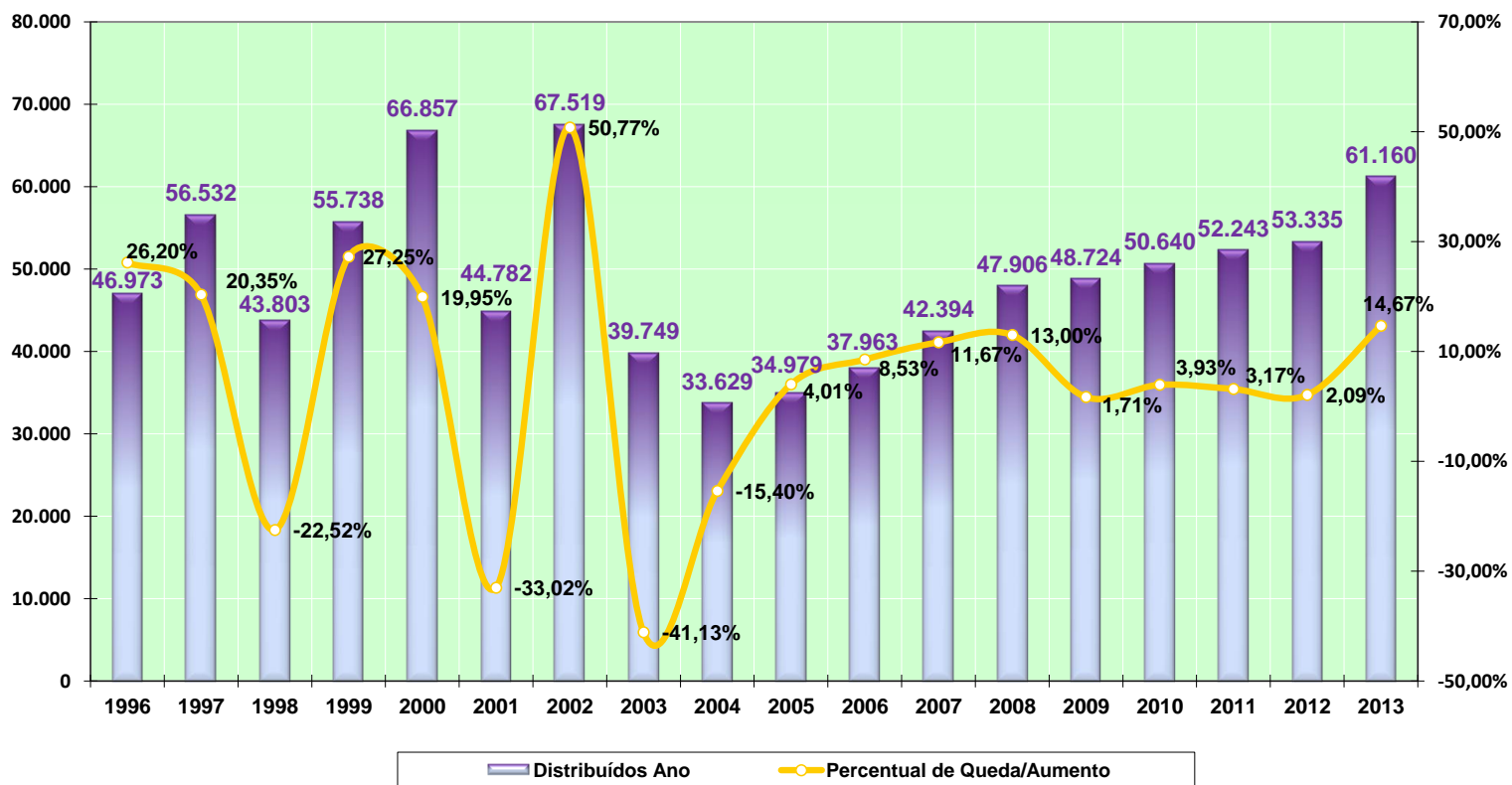


Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
 Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Comparativo Anual de Distribuídos

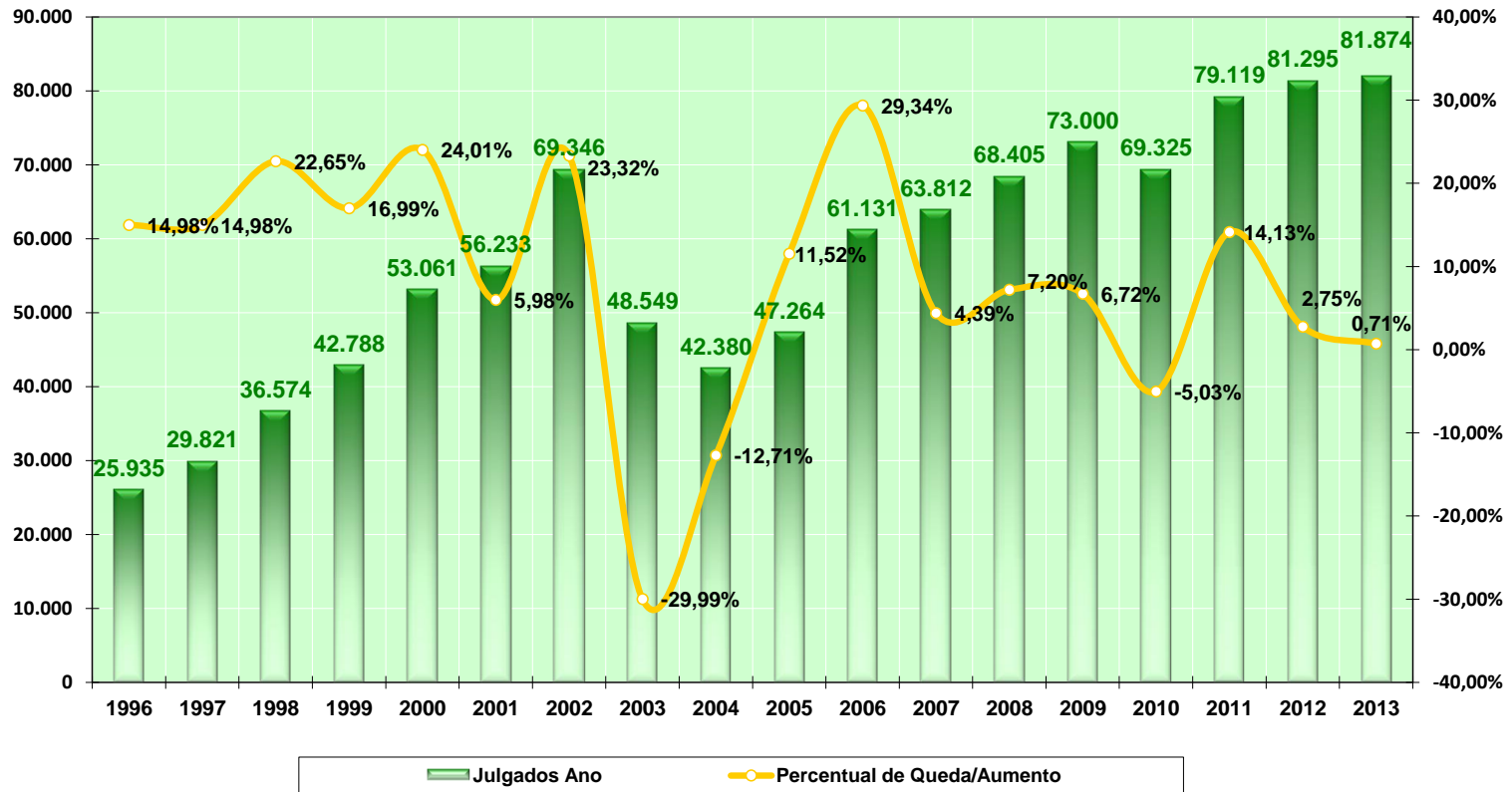


Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
 Documento N°: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

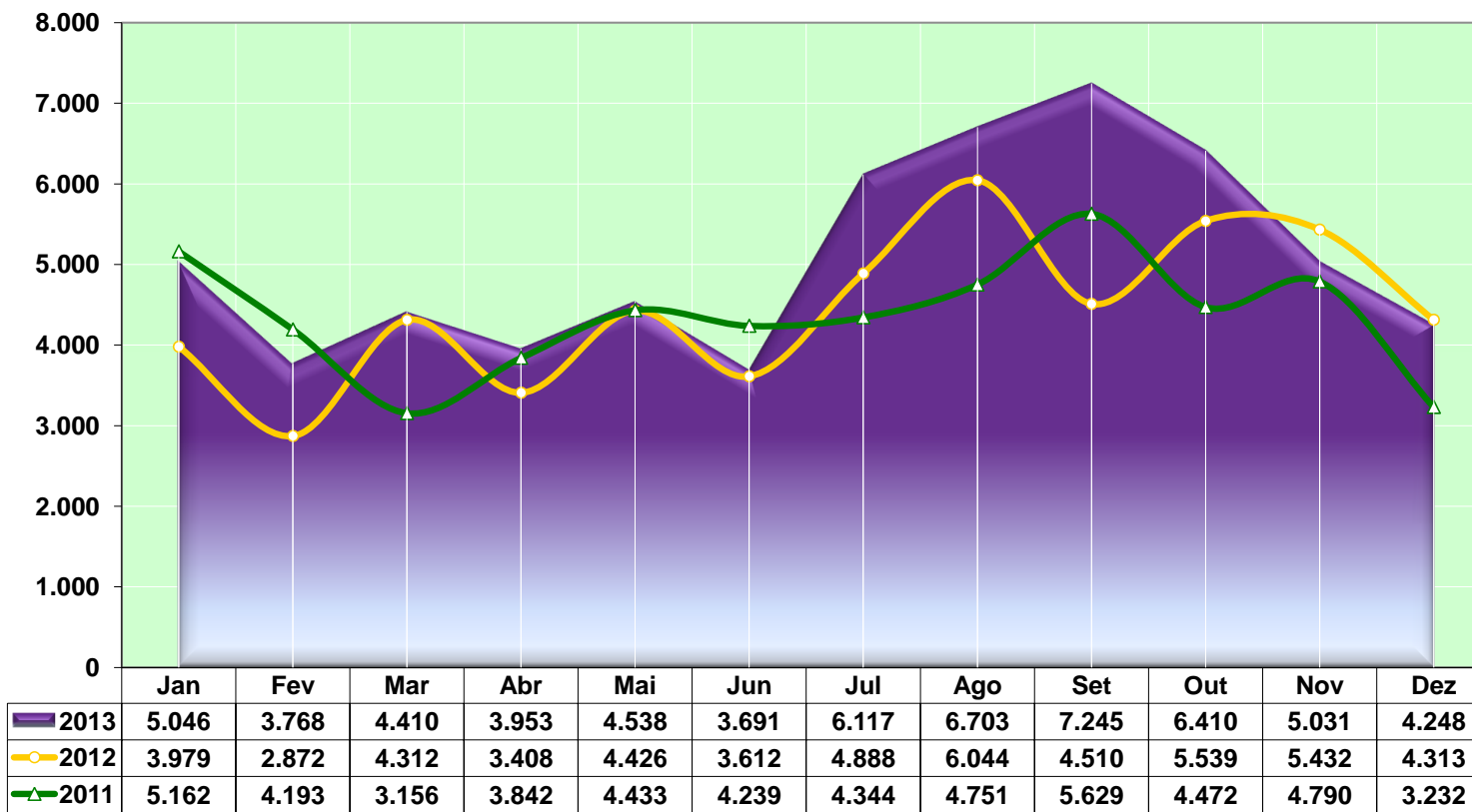
Comparativo Anual de Julgados



TRF2MEM201401454A



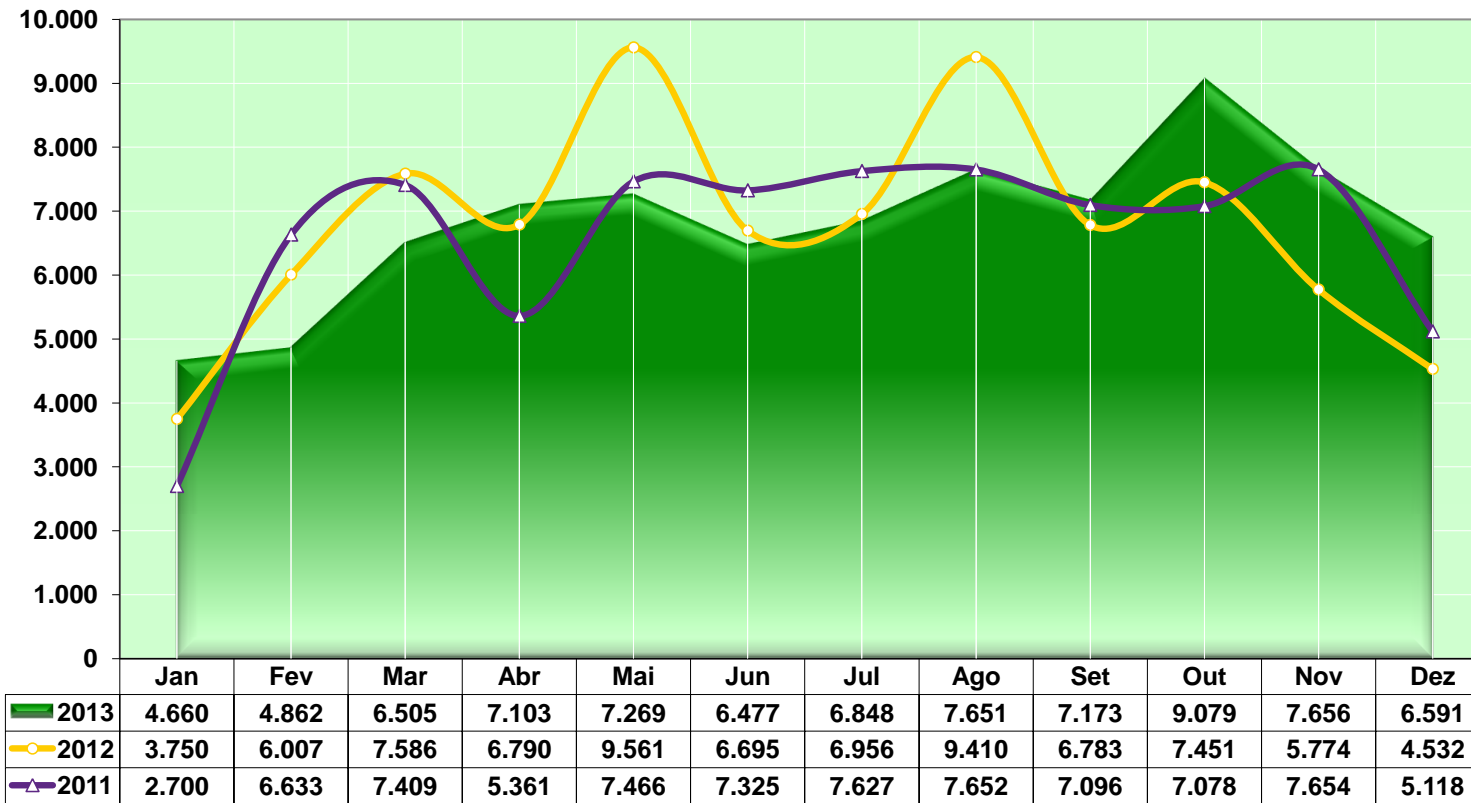
Comparativo Mensal de Distribuídos



TRF2MEM201401454A



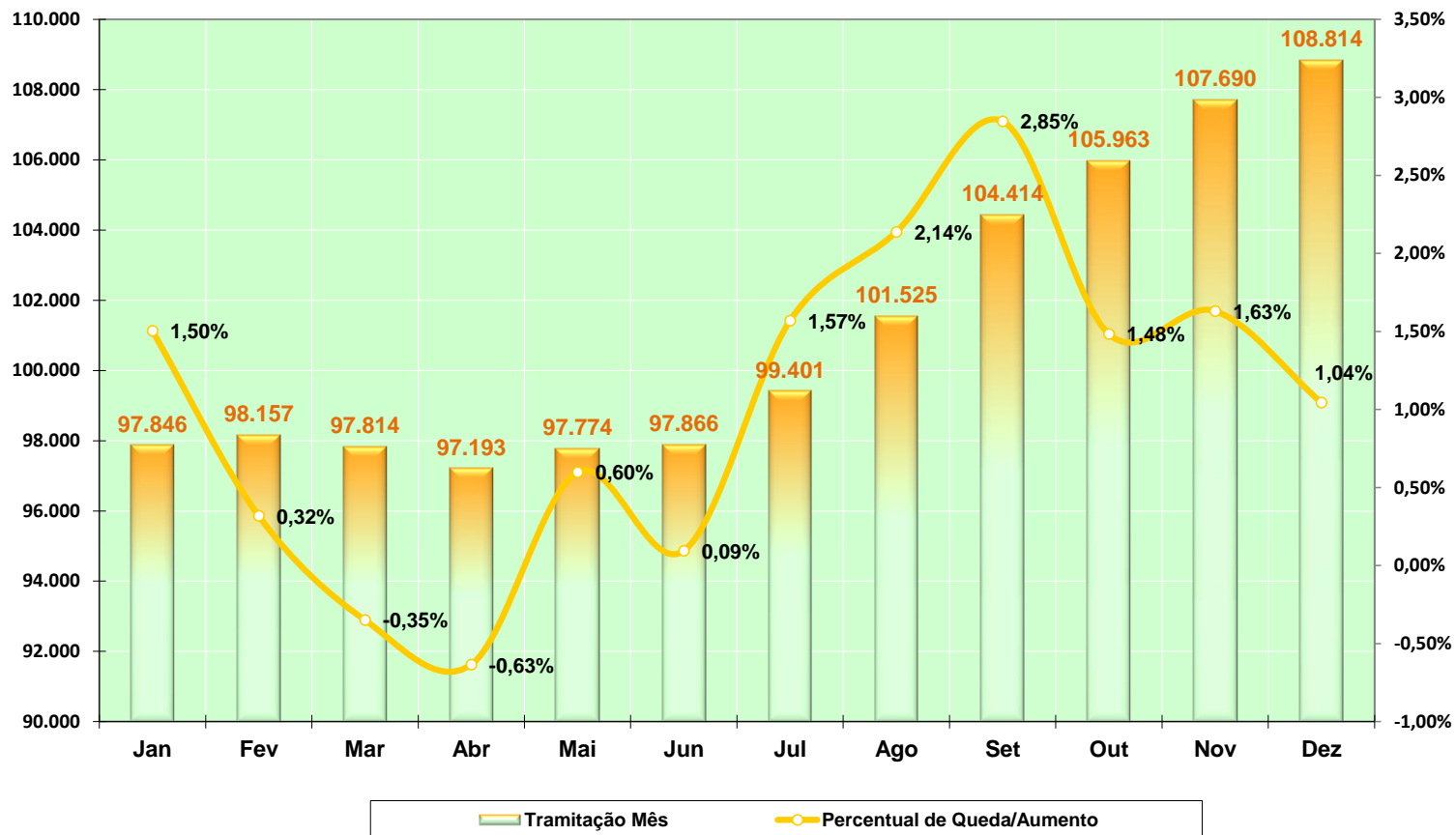
Comparativo Mensal de Julgados



TRF2MEM201401454A



Tramitação - Ano 2013

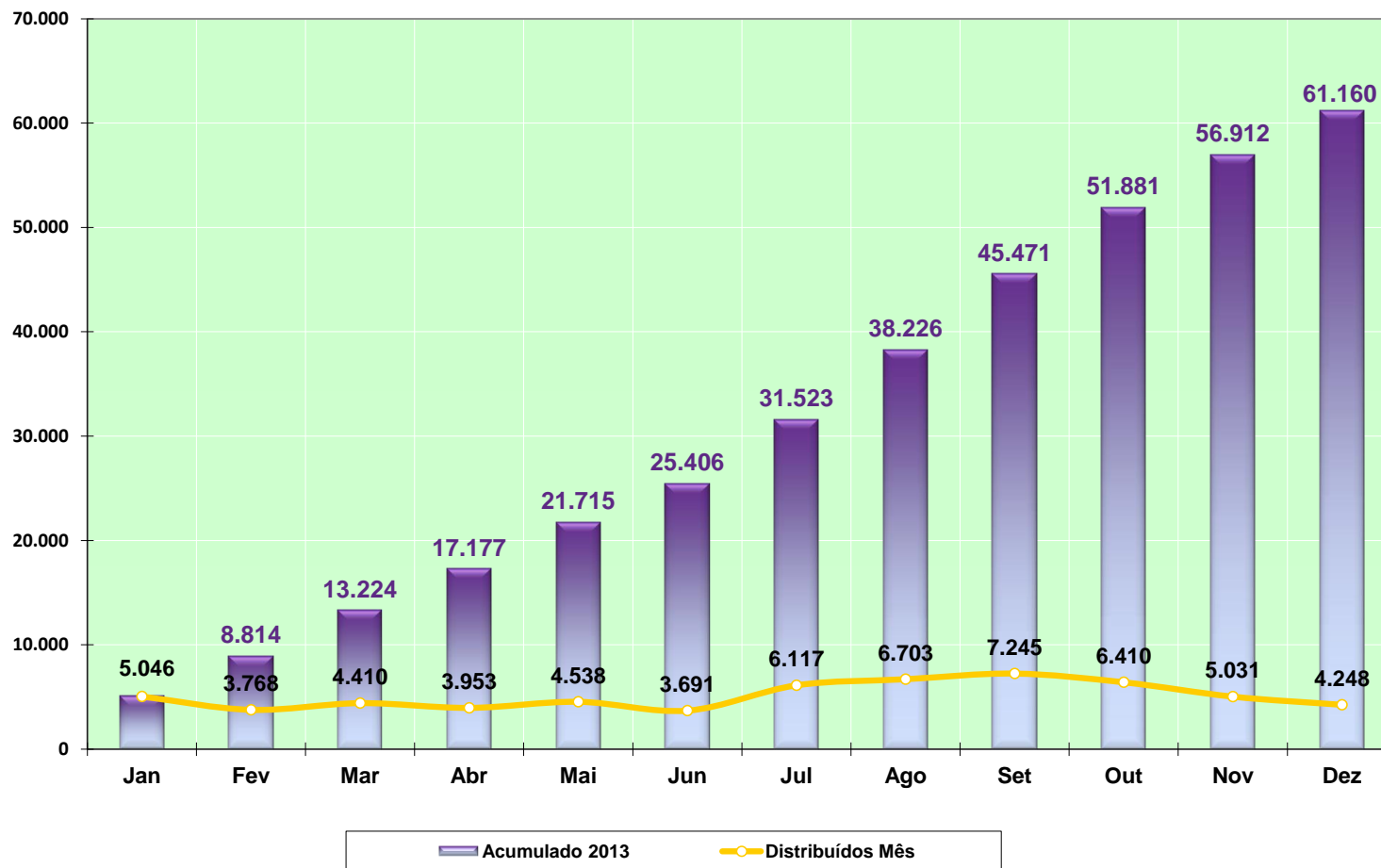


Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
 Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Distribuídos - Ano 2013

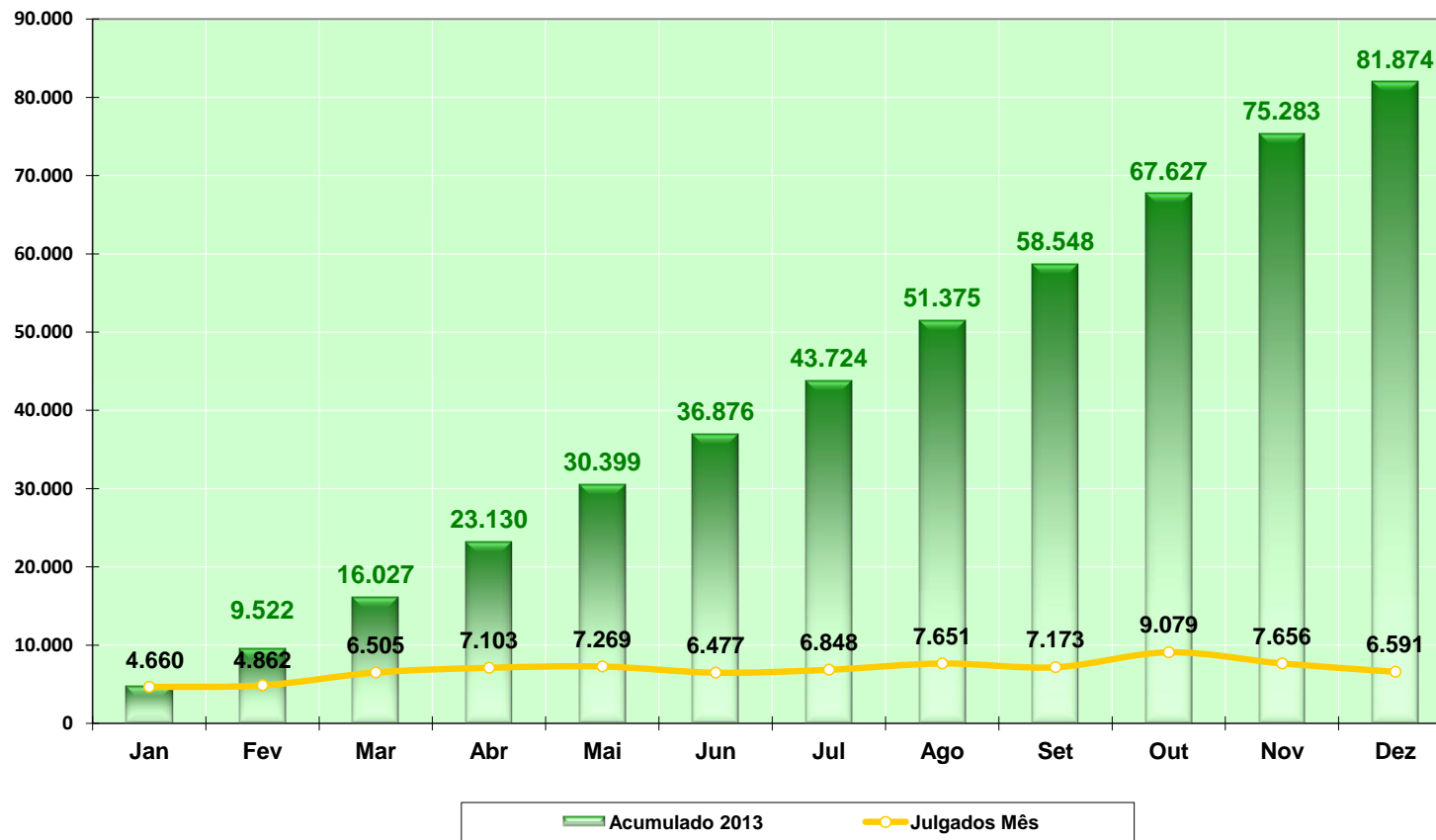


Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

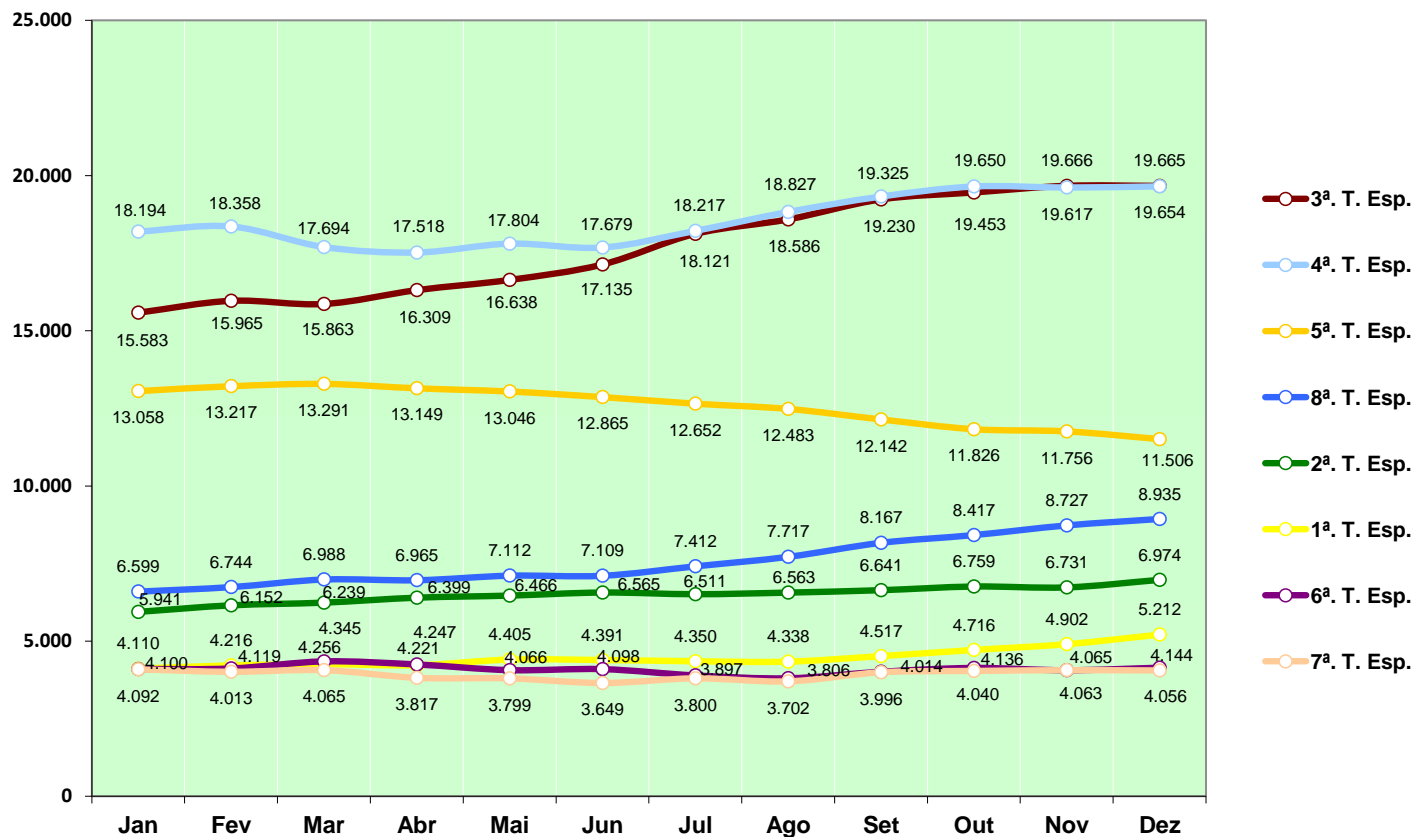
Julgados - Ano 2013



TRF2MEM201401454A



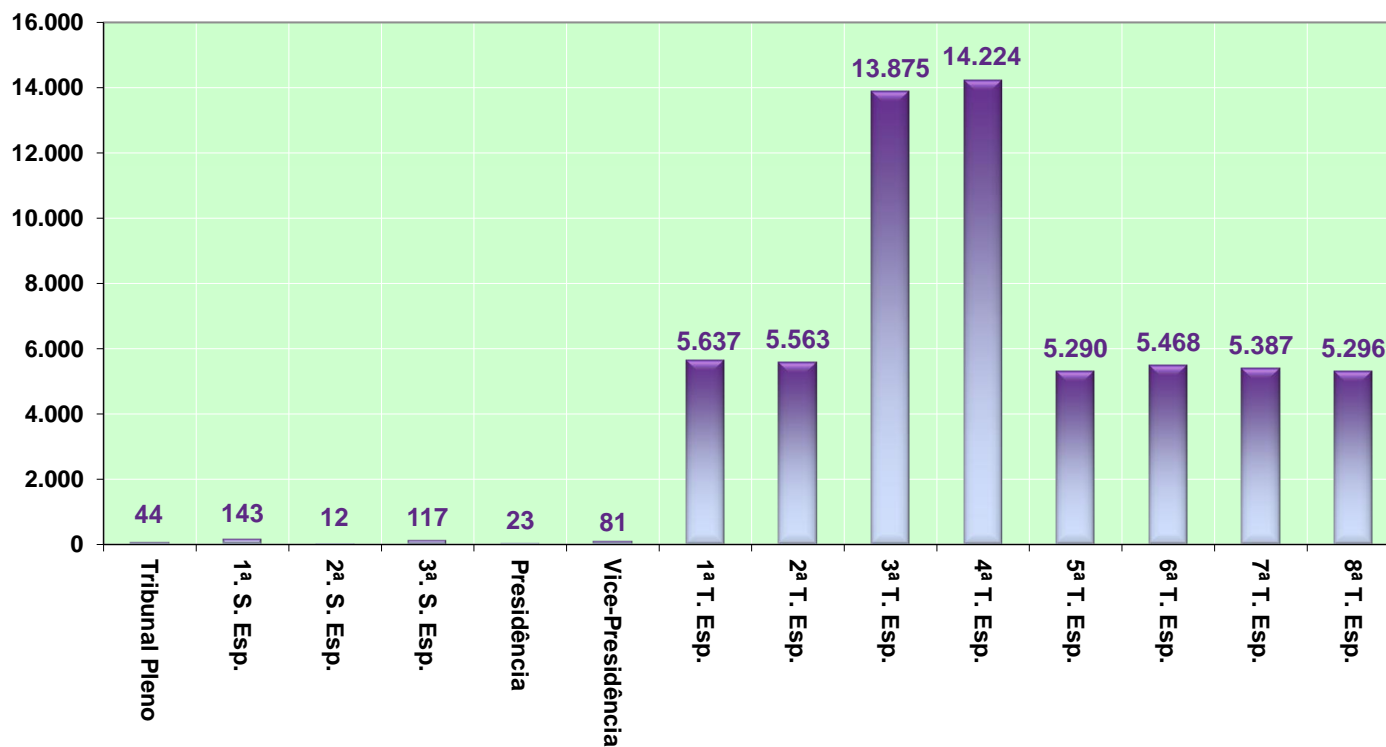
Tramitação por Turma Especializada - Ano 2013



TRF2MEM201401454A



Distribuídos por Órgão - Ano 2013

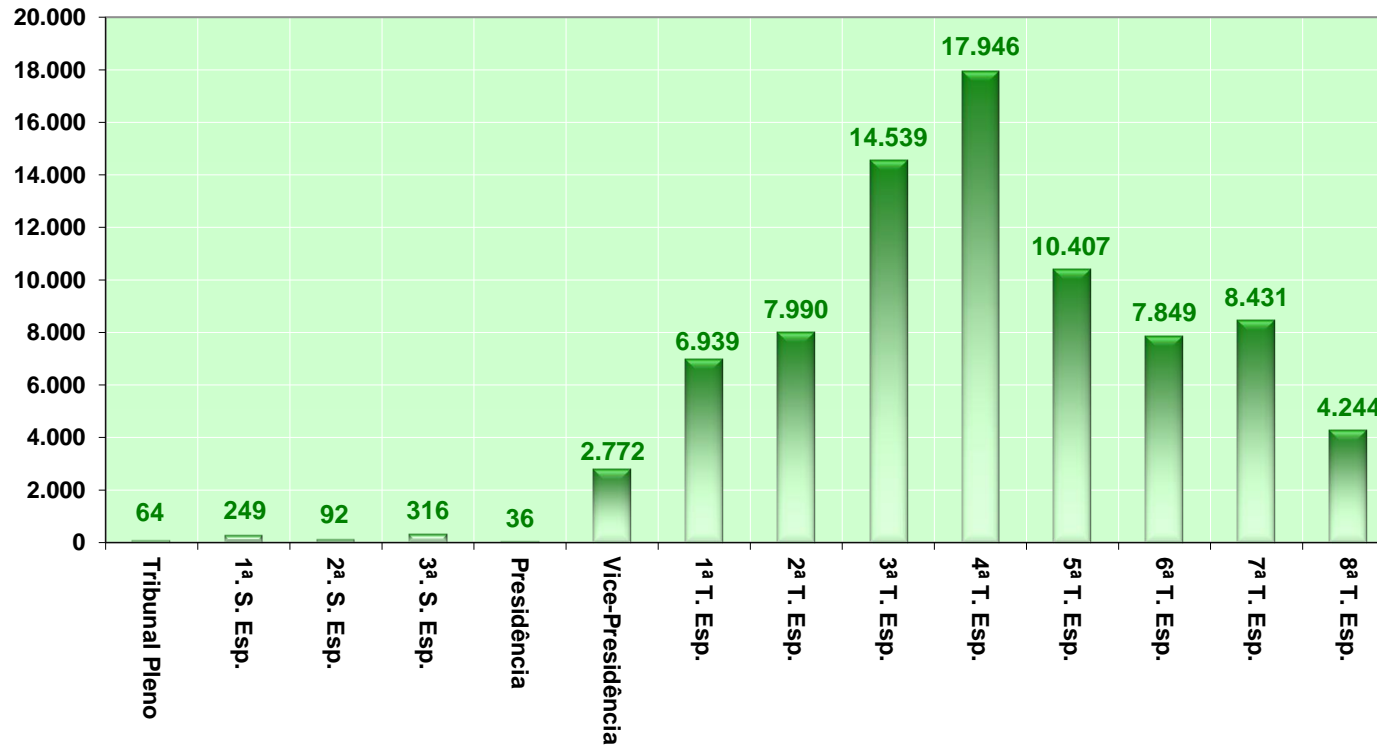


Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A

Julgados por Órgão - Ano 2013



Assinado digitalmente por SERGIO SCHWAITZER.
Documento Nº: 1177757.10206832-8764 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201401454A